

Previdência: uma reforma sem consensos



O tema volta à agenda nacional pouco mais de um ano após a última mudança no setor. Especialistas divergem sobre a melhor forma de resolver os problemas das contas públicas, garantir direitos e manter a solvência do sistema

Entrevista: Raquel Rolnik

Urbanista fala da financeirização do espaço público nas cidades e de como os interesses imobiliários se sobrepõem ao planejamento e às políticas de interesse social

O que há com o petróleo

Os preços internacionais têm sofrido forte oscilação nos últimos anos. Comercialização envolve interesses geopolíticos, muito além da lei da oferta e da procura

A volta das epidemias

Zika, chikungunya e dengue se disseminaram pelo país. Que motivos possibilitaram a difusão dessas doenças e quais as dificuldades de erradicação do transmissor?

**Toda mulher traz
dentro de si a força
para chegar onde quiser.
E ela não está sozinha
para enfrentar
a violência.**

DESPERTE PARA ESSA CAUSA.

MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA

Agredir física ou psicologicamente uma mulher é crime e dá cadeia. As brasileiras vítimas de violência não estão sozinhas. Nosso país inteiro está ao lado delas.

DENUNCIE. É GRATUITO. É SEGURO.



Secretaria de
Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL João Cláudio Garcia

CONSELHO EDITORIAL André Zuvanov, Antonio Lassance, Bárbara Marguti,
Claudio Amitrano, Elaine Marcial, Estêvão Bastos, Fabiano Pompermayer, Felix
Garcia Lopez, Guilherme de Oliveira Schmitz, Lucas Mation, Maria da Piedade,
Marina Nery, Walter Desiderá

REDAÇÃO

DIRETOR-EXECUTIVO Francisco Alves de Amorim

COORDENADOR DE PESQUISA Gilberto Maringoni

REPÓRTERES Carla Lisboa, Gilberto Maringoni, José Armênio de Brito Cruz, José
Luís Fervereiro, Marcos Antonio Macedo Cintra, Murilo Machado, Najla Passos,
Renata Laurindo

FOTOGRAFIA João Viana, Shio OO, Agência Brasil, Dollar Photo Club

EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Elton Mark

REVISÃO Carla Lisboa

COLABORAÇÃO

Marcelo Almeida de Brito, George Alex da Guia, Humberto Mattos, Jamil
Buzar Neto, Eliezer Vieira, Leila Posenato Garcia, André Monteiro Costa, Nilo
Luiz Saccaro Junior, Lucas Ferreira Mation, Patricia A. Morita Sakowski, Rovena
Negreiros, Mari Aparecida dos Santos, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho,
Nidia Pinheiro, Adriana Sandoval-Moreno, Adriana Hernández-Garcia, Alexandre
Pires Domingues, Bruno Queiroz Cunha, Juliano Medeiros, Paulo A. Meyer M.
Nascimento, Jean Marlo Pepino de Paula

CARTAS PARA A REDAÇÃO

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517

CEP 70076-900 — Brasília, DF

desafios@ipea.gov.br

IMPRESSÃO Gráfica e Editora Qualidade

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (Ipea), OU DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO.

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA,
DESDE QUE CITADA A FONTE

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO
DO IPEA PRODUZIDA PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA – IBAP, EM COLABORAÇÃO COM TÉCNICOS DO IPEA



IBAP INSTITUTO BRASILEIRO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEDE: SQN 104 — Bloco D — Sala 104 — Cjpr: 70.733-540 — Brasília-DF
Telefax: (61) 3201 6018 — 9972-6018

Carta ao leitor

A reportagem de capa desta edição buscou ouvir diversas opiniões sobre um dos temas centrais da conjuntura, a reforma da Previdência. Colocada como pauta decisiva para a recuperação das finanças públicas por uns e criticada abertamente por outros, que não veem necessidade de se mexer no setor, a matéria da repórter Najla Passos tenta trazer ao leitor o debate vivo existente na sociedade.

Quando estávamos no processo de fechamento da revista, quase optamos por outro tema como central: o surto de epidemias transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. São elas, como se sabe, a dengue, a moléstia causada pelo vírus Zika e a chikungunya, que se espalham pelas regiões mais pobres do Brasil e são de difícil prevenção. A jornalista Carla Lisboa ouviu especialistas variados para oferecer um painel abrangente de uma situação que se imaginava resolvida no País.

A entrevista principal é com a urbanista Raquel Rolnik. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e consultora da ONU, Rolnik fala do fenômeno de privatização e mercantilização do espaço público em nossas cidades. Ele se acentua com a realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Embora o quadro se apresente em diversos países, a urbanista destaca que a situação é mais grave na América Latina, onde se verifica às vezes uma simbiose entre poder político e grandes interesses privados na gestão urbana.

Na área internacional, há dois assuntos expressivos. O primeiro é uma extensa reportagem de Murilo Machado, que procura elucidar as oscilações no mercado internacional do petróleo. A queda acentuada dos preços nos últimos dois anos tem causas variadas e abala a economia de países que têm o produto no centro de sua pauta exportadora, caso da Rússia, do Irã e da Venezuela.

O segundo tema é uma análise dos desdobramentos mais recentes da crise mundial. A desaceleração da economia chinesa e a queda dos preços das *commodities* ainda não dão mostras de reversão e tendem a dificultar uma recuperação no curto prazo, destaca Marcos Antonio Macedo Cintra.

Uma matéria sobre o Prêmio dos Objetivos do Milênio no Brasil, realizada por Renata Laurindo, nove artigos assinados e nossas sessões tradicionais completam uma edição consistente e – esperamos – de agradável leitura.

João Cláudio Garcia,
diretor-geral da revista *Desafios do Desenvolvimento*

desafios do desenvolvimento

Sumário

- 10 | **Entrevista** | Raquel Rolnik
- 20 | **Previdência** | Uma (e qual) reforma resolveria os problemas?
- 28 | **Saúde** | O mosquito que desafia o Brasil
- 44 | **Internacional** | Os limites do preço do petróleo
- 54 | **Economia** | Turbulência global não tem prazo para terminar
- 62 | **ODM** | Os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

Artigos

- 19 **Governança interfederativa: os desafios postos para as RMs brasileiras a partir do Estatuto da Metrópole**
Rovena Negreiros
- 27 **Geotecnologias na administração pública**
George Alex da Guia
Humberto Mattos
Jamil Buzar Neto
Eliezer Vieira
- 41 **Implicação do vírus Zika na causalidade da microcefalia: evidências atuais**
Leila Posenato Garcia
- 43 **A determinação social da microcefalia/Zika**
André Monteiro Costa
- 53 **O agronegócio brasileiro e o desenvolvimento sustentável**
Mari Aparecida dos Santos
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
- 59 **Reforma do Estado no Brasil: a nova ou a velha?**
Alexandre Pires Domingues
Bruno Queiroz Cunha
- 61 **A ‘Estratégia de Lisboa’ e o Estado de bem estar da Ásia Oriental – Convergência?**
Marcelo Almeida de Britto
- 73 **Efeito do desmatamento sobre malária e leishmaniose na Amazônia**
Nilo Luiz Saccaro Junior
Lucas Ferreira Mation
Patrícia A. Morita Sakowski
- 81 **O Pronatec em tempos de ajuste fiscal**
Paulo A. Meyer M. Nascimento

Seções

- 6 **Giro Ipea**
- 8 **Giro**
- 74 **Perfil**
- 82 **Circuito**
- 84 **Estante**
- 86 **Humanizando o desenvolvimento**



10



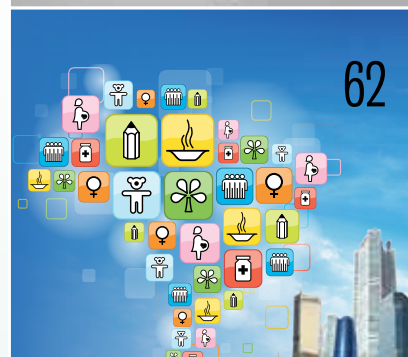
20



28



44



62

Agência Brasil



EXPERIÊNCIAS

Gestão do Conhecimento na administração pública

A Gestão do Conhecimento (GC) é um método gerencial que tem como objetivo criar, compartilhar e aplicar conhecimentos para melhorar o desempenho organizacional. No Brasil, muitas instituições, públicas e privadas, adotaram a GC em suas repartições, porém ainda precisam avançar nos processos. Fora do Brasil, esse tema já tem sido priorizado pelas instituições, pois acredita-se que a Gestão do Conhecimento pode ajudar a melhorar a qualidade dos seus serviços, sua eficiência e o seu desempenho organizacional. Dessa forma, o pesquisador do Ipea Fábio Ferreira Batista organizou o livro *Experiências Internacionais de Implementação da Gestão do Conhecimento no Setor Público*, com a apresentação das experiências de GC no Canadá, México, Chile, Portugal, Reino Unido, Alemanha, Áustria e Suíça.

COMBUSTÍVEL

Qual o futuro do etanol no Brasil?

A produção do etanol, em 40 anos, foi responsável pela geração de aproximadamente um milhão de empregos e corresponde a 16% da produção da energia gerada no País. Porém, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. A publicação *Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas*, organizada pelo técnico de Planejamento e Pesquisa



Agência Brasil

do Ipea Gesmar Rosa dos Santos, aponta que as variações do clima, o endividamento das indústrias acima da sua receita anual, os atrasos na adoção de tecnologias e o crédito barato são alguns dos principais desafios do setor.

Agência Brasil



MEIO AMBIENTE

Estados são maiores responsáveis pelo licenciamento ambiental

O processo de urbanização das cidades abre as discussões sobre o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e os impactos ambientais, principal objetivo do licenciamento ambiental. A maior parte desse licenciamento,

90%, é feita pelos estados brasileiros. O dado foi apresentado pelo diretor de Licenciamento Ambiental do Ibama, Thomaz Toledo, durante o seminário internacional *Licenciamento Ambiental e Governança Territorial*, promovido pelo Ipea. A questão federativa e a repartição das competências também foram abordadas. Dentro dessa lógica, uma dificuldade brasileira é a falta de organização dos municípios a fim de implementar políticas conjuntas.

ARRECADAÇÃO

Renúncia fiscal e orçamento da Saúde

Estudo do **Ipea** mostra que 25,4 bilhões de reais deixaram de ser arrecadados em renúncias fiscais do total dos gastos federais em saúde em 2013. “O valor corresponde a 30,5% dos gastos na área, um montante expressivo o bastante para que se discuta quais são as prioridades na alocação dessa desoneração fiscal”, disse o técnico de

Planejamento e Pesquisa do Instituto Carlos Ocké. Ele foi um dos autores da Nota Técnica Radiografia do Gasto Tributário em Saúde 2003-2013, lançada no final de maio, em Brasília.

“Há subsídio tanto à demanda - famílias, empregadores, pessoa física e jurídica, quanto à oferta - medicamentos e hospitais filantrópicos. E, ao se verificar a composição destes gastos, houve um montante expressivo que deixou de ser arrecadado em relação aos hospitais filantrópicos e em relação aos planos privados de saúde”, explicou Ocké.

RECONHECIMENTO

Catadores de materiais recicláveis ganharam visibilidade

A discussão de políticas públicas destinadas à reciclagem no Brasil sob a ótica dos catadores foi tema de estudo no **Ipea**. A publicação *Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional* apresenta artigos que destacam a identidade do catador, a atividade de reciclagem como trabalho digno, questões de gênero, além de tocar em



Governo da Bahia

pontos como a organização, a instituição e o fortalecimento das cooperativas como forma de inclusão produtiva. O presidente do **Ipea**, Jessé Souza, afirmou que o debate e as iniciativas sobre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis têm dado dignidade para as pessoas. “Os invisíveis se tornaram visíveis muito recentemente”, destacou.

INOVAÇÃO

Bibliotecas do futuro

As tecnologias estão cada vez mais espalhadas nos diversos setores. As bibliotecas não ficaram fora das inovações e cada dia mais estão evoluindo em aspectos de tecnologia e conectividade com os usuários. O acervo digital e a navegabilidade dos usuários pelas plataformas das bibliotecas foram temas do seminário internacional

Bibliotecas do século XXI: desafios e perspectivas. Os especialistas destacaram que serviços móveis como disponibilidade de ebooks, acesso a catálogos digitalmente, audiolivros e serviço de referência virtual devem ser incentivados cada vez mais. Outra questão é que os avanços tecnológicos devem ser acompanhados pelas bibliotecas para que, ao chegar às bibliotecas físicas, o usuário tenha a mesma experiência que teve com a plataforma virtual.

Agência Brasil



HOMICÍDIOS

No Brasil, negros e mulheres morrem mais

Os negros e as mulheres são os grupos mais vulneráveis a sofrerem homicídio no Brasil. Ao chegar aos 21 anos de idade, as chances de um negro ser assassinado é de 147% em relação a uma pessoa branca, oriental ou indígena (não negro). Entre 2004 e 2014, a taxa de homicídio de pessoas negras aumentou 18,2%, enquanto a de não-negros caiu 14,6%. Na população geral foram 59.627 mortes, o que coloca o Brasil como o País que mais mata no mundo. Os dados foram apresentados no estudo *Atlas da Violência*, de autoria do técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Daniel Cerqueira. A pesquisa mostra ainda a disparidade nos estados. Enquanto no Rio Grande do Norte a taxa de homicídios aumentou em 308,1%, em São Paulo ela diminuiu 52,4%.

Agência Brasil



SEGURANÇA

População carcerária cresceu mais de 500%

O crescimento da população carcerária no Brasil tem sido motivo de preocupação para as autoridades e formuladores de políticas públicas. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2014 apontava que a população carcerária no País aumentou 575% entre 1990 e 2014. O diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça (Depen), Renato de Vito, explicou durante audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal que o país precisa rever e sofisticar as políticas de execução penal e investir em penas alternativas. Ainda de acordo com o Infopen, a média de pessoas presas no Brasil ultrapassa a média mundial. A cada 100 mil pessoas no Brasil, cerca de 300 estão presas, sendo que a média mundial é de 144 presos por 100 mil habitantes. A redução da população carcerária também auxiliaria na economia. Por ano, cada preso custa entre R\$ 40 mil e R\$ 50 mil para o Estado.

ÍNDIOS

Araras recebem o direito de apropriação de terra

Desde 1970, o povo indígena pertencente ao grupo Arara luta pela demarcação das terras Cachoeira Seca, localizadas na região oeste do Pará. Um decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff, em abril deste ano, garantiu a 105 índios o direito a um terreno de 733.688 hectares. A Fundação Nacional do Índio (Funai) havia identificado 1.085 ocupações de não indígenas na área, sendo que, desses, 72%



Agência Brasil

eram pequenos proprietários. A região conhecida como Terra do Meio faz parte de uma das áreas mais importantes de proteção na Amazônia. A ocupação definitiva dos povos indígenas nessa localidade, além de preservar a cultura desse povo, combaterá o desmatamento predatório com a retirada de árvores em maior quantidade do que a natureza consegue repor.

SAÚDE

Investimento em hospitais universitários

Cinquenta hospitais universitários integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS) serão contemplados com o investimento de R\$ 832 milhões para serem usados na construção e revitalização de suas estruturas, na aquisição de equipamentos, medicamentos, produtos para saúde, além de reformas e ampliações dos hospitais. A verba está prevista na Lei Orçamentária Anual 2016 (LOA) e a utilização dos recursos por essas instituições foi aprovada pelo Comitê Gestor do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), coordenado pela Empresa

Reprodução



Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). Os critérios para liberação do dinheiro durante o ano serão, entre outros, o número de leitos, a taxa de ocupação hospitalar, a quantidade de funcionários por leito e a participação do hospital em projetos do Ministério da Saúde (MS) como a Rede Cegonha, Rede Psicossocial e ações de humanização.

Reprodução



MEIO AMBIENTE

Brasil pode ser recompensado por qualidade ambiental

O Brasil lançou a estratégia para redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, a REDD+. O objetivo dessa estratégia é pensar como o País pode implementar esse instrumento e prevê que países em desenvolvimento que reduzirem as emissões de gases de efeito estufa e aumentarem o estoque de carbono poderão receber “pagamentos por resultados” de entidades internacionais como o Fundo Verde para o Clima (GEF, na sigla em inglês).

ORIENTAÇÕES

Participantes das Olimpíadas 2016 deverão cumprir regras para cães-guia

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou a Instrução Normativa nº 4 que define regras para as delegações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. No que diz respeito a atletas e demais profissionais que precisarem de acompanhamento de cães-guia, a Normativa define que os animais devem estar com o Certificado Veterinário Internacional emitido por

Reprodução



EDUCAÇÃO

Políticas brasileiras em educação inclusiva avançam

Em 13 anos, desde que a educação inclusiva foi instituída nas escolas públicas comuns, os números de matrículas de pessoas com deficiência aumentaram consideravelmente. Os dados do Censo da Educação Básica de 2015 mostram que 751 mil pessoas com deficiências física, intelectual ou sensorial estavam frequentando escolas regulares no País. Na educação superior os números também avançaram. A quantidade de alunos com deficiência passou de 5 mil para 33,4 mil graduandos.

Reprodução



profissional competente do país de origem contendo explícitas todas as garantias sanitárias e vacina contra a raiva, caso o cachorro tenha mais de três meses. Os produtos para cuidado dos cães devem estar em embalagem apropriada com o nome comercial do produto, nome e endereço do fabricante, identificação do lote e data ou prazo de validade escritos em português, inglês ou espanhol.

Reprodução



OPORTUNIDADES

Empreendedorismo para refugiados

Sírios, angolanos, colombianos, congoleses e libaneses são a maior parte dos refugiados no Brasil. Os dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) apontam que no Brasil existem 8,6 mil refugiados reconhecidos e mais 20 mil solicitantes de refúgio. Para ajudar essas pessoas a se manterem no País com dignidade, o Sebrae e o Conare oferecerão a essa comunidade uma capacitação em empreendedorismo específica para imigrantes que procuraram o Brasil por terem sido perseguidos em seus países por questões religiosas, políticas, grupo social ou por violações de direitos humanos decorrentes de guerras e conflitos armados. O projeto Refugiado Empreendedor foi lançado no mês de abril em São Paulo e proporcionará cursos gratuitos a distância e presencialmente. Inicialmente, 250 refugiados participarão do projeto. Além de auxiliar os imigrantes refugiados, o projeto atua no desenvolvimento socioeconômico do País.

Marco Antonio Sá



Raquel Rolnik

“Estamos implantando instrumentos legais que permitem às empresas avançar sobre o espaço público das cidades”

Gilberto Maringoni – São Paulo

Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, está imersa nas lutas e na definição de marcos legais sobre o direito à moradia desde o final dos anos 1970. Nesta entrevista, ela fala da privatização do espaço e das políticas públicas de habitação e planejamento urbano no Brasil. Vincula essa situação ao financiamento privado de campanhas eleitorais, que cria uma teia de interesses entre empresas prestadoras de serviços e a própria máquina estatal. E, por fim, alerta: um novo ciclo de lutas populares está começando.

Desafios – A senhora é consultora da ONU e sua especialidade está focada nas cidades. Tivemos, há três anos, uma profusão de revoltas urbanas no Brasil. Qual o significado de junho de 2013?

Raquel Rolnik – Junho de 2013, para mim, marca a percepção de um novo ciclo de lutas em torno do direito à cidade no Brasil. O último ciclo semelhante aconteceu entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e acabou recebendo o nome de luta pela reforma urbana. Tinha estreita vinculação com a demanda pela redemocratização e contra a ditadura. Havia uma articulação desse campo com a reforma urbana, com o campo sindical, com o campo da liberdade de expressão e pelas liberdades políticas. Aquele ciclo foi protagonizado por moradores de assentamentos irregulares autoconstruídos, de favelas, de vilas e das periferias do país, clamando por sua integração à cidade. Lutavam por sua inserção, junto com setores profissionais – arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros etc. – e mutuários do sistema financeiro de habitação, que já não estavam conseguindo pagar seus débitos. Esse movimento gerou a proposta de emenda popular de reforma urbana na Constituição brasileira e também o empenho por uma legislação subsequente, procurando incluir o conceito de função social da cidade e da propriedade, o reconhecimento do direito de posse, entre outros.

Desafios – Esse é o germe do Estatuto da Cidade?

PERFIL

Raquel Rolnik é arquiteta, urbanista e doutora pela Universidade de Nova York. É também professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Sua trajetória também envolve a diretoria de Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992), a coordenadoria de Urbanismo do Instituto Pólis (1997-2002) e a Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), entre outras atividades.

Foi relatora internacional do Direito à Moradia Adequada do Conselho de Direitos Humanos da ONU (2008-2014). Esse período – que coincidiu com a crise da habitação nos Estados Unidos, na Espanha e na Irlanda – é objeto de reflexão em seu último livro *Guerra dos Lugares* (Boitempo Editorial). Raquel Rolnik participa ativamente, desde os anos 1980, das tentativas de se implantar políticas de habitação popular em diversas prefeituras brasileiras.

É ainda autora dos livros *A Cidade e a Lei* (Fapesp/ Nobel), *O que é Cidade* (Brasiliense) e *Folha Explica: São Paulo* (Publifolha). É colunista do jornal *Folha de S. Paulo* e consultora de cidades brasileiras e latino-americanas em política urbana e habitacional.



Marco Antonio Sa

Raquel Rolnik – Isso é o germe do Estatuto da Cidade e das lutas pela sua implementação e regulamentação, bem como dos planos diretores participativos. Esse processo também foi responsável por fortalecer e constituir a base de

novos partidos políticos, entidades sindicais e outros movimentos. E nos anos 1980 houve possibilidade de se implantar a ideia da função social e da democracia direta na definição das políticas públicas...

Desafios – É o caso do Orçamento Participativo?

Raquel Rolnik – Do Orçamento Participativo, de conselhos, de conferências e de outras experiências municipais, a partir do final dos anos 1980. Em 2001, foi votado o Estatuto da Cidade. Mas esses mesmos partidos, por uma questão de estratégia de governabilidade e da possibilidade de ganhar eleições, acabaram se comprometendo com um modo de produção da cidade, com um modo de decisão sobre a política urbana, muito capturado pelos interesses dos negócios urbanos. Leia-se: empreiteiras e concessionárias de serviços públicos, como as de transporte, de lixo etc.



Desafios – Ou seja, privatizou-se a política urbana.

Raquel Rolnik – A relação entre a produção da cidade e o modelo político eleitoral que hoje aparece sob a forma do escândalo da corrupção – um processo muito mais amplo e profundo – acabou interferindo muito na condução da política urbana, de tal maneira que os espaços participativos e as políticas de inclusão acabaram ficando em segundo plano. A força desse processo foi sendo cada vez mais capturada pela cidade dos negócios. É muito importante dizer que, entre as décadas de 1990 e de 2000, as cidades foram passando por um processo crescente de financeirização, ou seja, pelo complexo imobiliário-financeiro. A produção da cidade funciona basicamente para remunerar o capital financeiro. Isso avançou internacionalmente nesse período.

Desafios – Os grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas, fazem parte dessa lógica?

Raquel Rolnik – A realização dos grandes eventos é exatamente o momento em

“Nos anos 1980, houve possibilidade de se implantar a ideia da função social e da democracia direta na definição das políticas públicas”

que isso se fortalece no Brasil. No âmbito dos megaeventos se ensaia, talvez pela primeira vez, como esses projetos ligados ao complexo imobiliário-financeiro podem ter enorme força, passando por cima do que existia como regulação. A situação envolve o Plano Diretor, a legislação ambiental e a lei de licitações. Nada disso precisa ser mais obedecido, em nome de se construir rapidamente. Assim entendemos, por exemplo, como é possível que nos anos 2000, depois de tantos anos na luta pelo reconhecimento dos direitos de posse, se façam remoções em massa de favelas, sem respeitar o direito à moradia e sem oferecer contrapartidas. E na Constituição está

escrito que quem está há mais de cinco anos sem oposição na terra que ocupa tem o direito de permanecer nela.

Desafios – É o antigo usucapião, não?

Raquel Rolnik – Exatamente. A pessoa tem o direito a usucapião. O pobre é removido e não se paga a ele a desapropriação, como se paga para a classe média. E veja: nesse momento de crise, avança no Congresso a pauta da privatização do espaço público. Isso se dá através da Medida Provisória 700. Ela simplesmente permite que o privado desapropriar uma área da cidade e depois a explore comercialmente. Falo tudo isso para dizer que, desde o início dos anos 2000, a gente começa a ver sinais de um novo ciclo de lutas.

Desafios – Como a senhora classifica esse novo ciclo?

Raquel Rolnik – Ele começa a aparecer com alguns movimentos novos. Eu citaria o Movimento Passe Livre (MPL), que desde 2003 e 2004 começou



juventude que não conheceu as lutas contra a ditadura. Uma juventude que já nasceu com o tal do campo popular democrático no poder. Nós estamos falando de novos personagens e novas estratégias. Por exemplo, a importância da arte e da cultura nesses movimentos é totalmente diferente do que a gente via no ciclo anterior. Em 2013, ele se tornou visível. Muitos se surpreenderam. Para quem acompanhava as novas lutas não houve surpresa alguma.

Desafios – Voltemos às movimentações de junho de 2013. Se não houve surpresa com aqueles fenômenos, houve pelo menos com sua intensidade, não?

Raquel Rolnik – Elas tiveram um caráter nacional. Desde os anos 1970, com a implementação de um sistema de comunicação de massa unificado no Brasil, criam-se pautas unificadas, também. Um exemplo é que, nos anos 1990, tempos de crise fiscal, ajuste estrutural e desemprego pesado para as grandes cidades, começa a aparecer muito o tema do tráfico de drogas, da insegurança, da relação entre tráfico, favelas e ocupações. Eram mostradas na TV cenas do Rio de Janeiro e uma das consequências é que aumentam as vendas de condomínios fechados com segurança privada em São José do Rio Preto (SP). Há uma pauta e uma agenda nacional. Embora as pessoas na maior parte do País não estivessem diretamente afetadas por aquele fenômeno, elas são tocadas por aquela pauta. Como é que você vai vender um condomínio fechado que oferece segurança para uma cidade que não estava sofrendo com problema? A onda mais recente de comunicação, a da internet, faz questões localizadas circularem também no Brasil inteiro.

a organizar protestos em torno do transporte público como elemento essencial da cidade. Emerge também uma série de movimentos nos temas da apropriação de espaços públicos. É o caso do cicloativismo e o pedestre, o pé contra a política urbana submetida ao automóvel. Há um ciclo também em relação aos próprios movimentos de moradia, com uma nova onda de ocupações de terrenos e de prédios vazios. Esses movimentos têm algumas pautas e algumas características diferentes do ciclo anterior. Agora se fala

“A relação entre a produção da cidade e o modelo político eleitoral que hoje aparece sob a forma do escândalo da corrupção – um processo muito mais amplo e profundo – acabou interferindo muito na condução da política urbana”

do direito à cidade como um elemento unificador. Eles estão muito marcados pela presença da juventude, uma

Desafios — A senhora acha que o Estado tomou alguma iniciativa para reduzir as causas dos problemas sentidos há três anos?

Raquel Rolnik — A explosividade continua. Houve, sim, em vários níveis governamentais, algum tipo de reforma voltada a partes dessa pauta. Por exemplo, a priorização de investimentos em transporte coletivo de massa. Várias cidades começaram a definir políticas de restrição à circulação dos automóveis. Em São Paulo, houve um embate na cidade para se priorizar ônibus em vez de carro e para se construir ciclovias. As respostas são suficientes? Não, ainda não. O que aconteceu de lá para cá? A enorme crise política atual soma-se àquele conjunto de insatisfações externadas nas ruas a partir de 2013 e acaba, por uma operação midiático-jurídica, transformando-se numa espécie de narrativa única contra o governo federal. Ao transformar tudo nesse sentimento, acabou se encobrendo as reais razões do mal-estar na cidade. E pior: aprofundando os processos que geraram esse mal-estar, porque o grande problema não é a corrupção, infelizmente. A corrupção, evidentemente, é abjeta, é um problema e deve ser combatida a qualquer preço. Mas o grande problema é o efeito que essa privatização do Estado tem nas decisões do que é feito na cidade.

Desafios — A senhora acha que a solução para o problema do transporte seria a criação de uma empresa pública?

Raquel Rolnik — Não. Absolutamente. O que nós não temos é um processo de controle social e de regulação do transporte. Embora a Constituição aponte a ideia do controle social através da participação popular, nós



“Entre as décadas de 1990 e de 2000, as cidades foram passando por um processo crescente de financeirização. A produção da cidade funciona basicamente para remunerar o capital financeiro. Isso avançou internacionalmente nesse período”

não conseguimos romper a barreira do processo decisório real. Não tenho absolutamente nada contra serviços operados por empresas privadas, por

cooperativas ou por outras formas de organização. A questão fundamental é a regulação e o controle social e público sobre o serviço.

Desafios — Pelo que a senhora fala, a cidade está privatizada. Ao mesmo tempo, o gestor público, o prefeito e o governador são eleitos com base em financiamento privado. Como a senhora vê essa roda da fortuna?

Raquel Rolnik — A roda da fortuna do financiamento eleitoral tem um papel central nesse modelo. Falo do financiamento das campanhas municipais. Historicamente, os setores que têm incidência nesse financiamento



são as concessionárias de transporte coletivo, as concessionárias do lixo, as empreiteiras de obras públicas e as incorporadoras imobiliárias e, no caso das cidades menores, os loteadores. São, em síntese, os que têm na cidade o seu mercado. Eles controlam o Legislativo, historicamente, através da eleição das Câmaras municipais; controlam também o Executivo, através do financiamento das coalizões partidárias, e controlam o Judiciário. As prefeituras muitas vezes tentam, nas licitações, abrir para outros que não aqueles setores e grupos que monopolizam esses serviços na cidade. E essas licitações, através de expedientes jurídicos, são vazias,

“Nos novos ciclos de lutas se fala do direito à cidade como um elemento unificador. Eles estão muito marcados pela presença da juventude, uma juventude que não conheceu as lutas contra a ditadura”

são eliminadas ou questionadas nos tribunais. Assim, a população fica sem o serviço e o prefeito é obrigado a incluir esses agentes nos processos licitatórios. Enquanto eles não ganham, não tem licitação, não tem serviço. É uma coisa muito cartelizada, é um monopólio muito forte.

Desafios – Os governos estaduais também interferem nas regiões metropolitanas. Os casos que a senhora menciona também ocorrem nessas esferas?

Raquel Rolnik – É importante dizer que onde os governos dos estados têm importância na política de transporte coletivo de massa há também uma total simbiose entre esses agentes e as decisões tomadas em relação a essas linhas. O caso de São Paulo é absolutamente emblemático. Existe a presença forte das grandes empreiteiras no metrô, nos sistemas de trens do subúrbio, na coleta e destinação final do lixo, no complexo imobiliário-financeiro e na incorporação. Enquanto as ruas estão absolutamente indignadas com o efeito perverso do poder dessas empreiteiras sobre o Estado, estamos implantando no Brasil, cada vez mais, instrumentos legais que permitem às empresas avançar sobre o espaço público. Isso vai desde o regime direto de contratação – sem projeto – até, por exemplo, a medida mais recente, a MP 700, que permite às empreiteiras desapropriarem e explorarem comercialmente áreas inteiras da cidade, com seu setor de incorporação imobiliária.

Desafios – Isso acontece também em outros países?

Raquel Rolnik – É um fenômeno global, que tem ocorrido também na Europa e nos Estados Unidos, a partir do final dos anos 1970. Não me refiro ao papel específico das empreiteiras, pois isso é uma jabuticaba, é bem específico do Brasil. Mas o avanço da financeirização da terra e da moradia é um fenômeno global. Há, em outros contextos, processos de regulação mais ou menos eficientes. Existe a captura da política urbana para o avanço de

um complexo imobiliário-financeiro sem compromisso com a função da cidade, ele só tem compromisso com a rentabilidade do capital investido. Esse avanço é global. Entretanto, podemos ter, na experiência concreta de cada país, mais ou menos regulação, mais ou menos um Estado com controle. Na América Latina, a situação é de tragédia. Eu diria que o único país que ainda resiste em termos de política habitacional é o Uruguai, com um programa de cooperativas muito interessante.

Desafios – E o processo de gentrificação, de mudança do perfil ocupacional dos bairros?

Raquel Rolnik – No Brasil também acontece isso. A gente vive processos de mudança de perfil social em determinados bairros da cidade. Mas na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, esse avanço se deu não só através da gentrificação. Se aqui se remove favela, em alguns países – como nos Estados Unidos – se desmancharam e se demoliram conjuntos habitacionais de baixa renda, em operações vinculadas aos Jogos Olímpicos, caso de Atlanta. Este processo existe em outros lugares, com mais ou menos resistência, com mais ou menos regulação, com mais ou menos controle público e social. Depende do estágio da democracia e da natureza da democracia em cada um dos lugares.

Desafios – Como as agências da ONU vinculadas a essas temáticas têm se colocado?

Raquel Rolnik – A ONU teve uma importância grande no imediato pós-guerra e até o começo dos anos 1970, no sentido de estabelecer um marco de respeito aos direitos humanos, aos direitos individuais e coletivos. A partir dos



“Se aqui se remove favela, em alguns países – como nos Estados Unidos – se desmancharam e se demoliram conjuntos habitacionais de baixa renda, em operações vinculadas aos Jogos Olímpicos, caso de Atlanta”

anos 1960, houve uma política de afirmação dos direitos econômicos, sociais e culturais, que teve um paralelismo em relação à própria construção do Estado de bem-estar social nos países europeus. Mas tudo ficou extremamente fragilizado, principalmente depois da queda do muro de Berlim,

quando deixa de existir qualquer bloqueio para a tomada do território pelo capital e pelo mercado. Como o protagonista da ONU é o Estado, o que ele vai fazendo ao longo desse processo? Vai se autodestruindo. O próprio Estado vai se minando e se desintegrando. A Agenda Habitat dos anos 1970 formulava isso, mas há muito tempo as agências da ONU não ditam mais as regras. Elas são ditadas pelos organismos financeiros multilaterais – o FMI e o Banco Mundial – e abrem espaço para essa enorme financeirização. Assim, uma agência como a ONU-Habitat hoje é extremamente frágil, tem muito pouca capacidade de influência na pauta da política urbana. 

Mais de quatro milhões de mulheres que sofreram violência ligaram.

Você não está sozinha. Ligue para a gente.

O primeiro passo para acabar com a violência contra a mulher é ligar 180. Nossas atendedoras vão ouvir você e orientar sobre todos os tipos de violência, como **cárcere privado, violência física, humilhação, estupro e assédio sexual.**

A Central de Atendimento à Mulher é um espaço para denúncias, informações, encaminhamentos e orientações para todos. Parentes, amigos, vizinhos, qualquer pessoa pode ligar.

Denuncie. Ligue 180.

Atendimento 24h, inclusive nos finais de semana e feriados.
Ligação gratuita.
A denúncia pode ser anônima.

Secretaria de
**Políticas para
as Mulheres**

Ministério das
**Mulheres, da Igualdade Racial
e dos Direitos Humanos**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



Governança interfederativa: os desafios postos para as RMs brasileiras a partir do Estatuto da MetrÓpole

A Lei nº 13.089/2015, conhecida como Estatuto da MetrÓpole (EM), estabeleceu novo marco regulatório para as Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras. Além da competência constitucional dos estados para criar regiões metropolitanas, o EM traz diretrizes para o planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum (FPICs) e para a utilização de outros instrumentos de gestão interfederativa. Também define critérios para o apoio financeiro da União às ações interfederativas no campo do desenvolvimento urbano.

O primeiro desafio operacional a ser enfrentado no cumprimento do EM é a composição de uma pauta comum, em torno da qual se construirá a governança interfederativa. Essa pauta difere das demandas locais, pois não corresponde à sobreposição das necessidades de cada município. Outro desafio reside na assimetria da capacidade fiscal e financeira dos municípios, impactando no compartilhamento do financiamento das ações metropolitanas, que não contam com fontes de recursos específicas e nem volume suficiente para atender a todas as demandas.

Por seu turno, a capacidade de investimento dos municípios tende a ser limitada. Além do fato de que as estruturas de governança incorporam, tradicionalmente, mecanismos de sustentação material apenas via fundos financeiros, insuficientes para assegurar a competitividade econômica, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas metrÓpoles.

Diante disso, ressalta-se a importância de incorporar novos atores no financiamento, em um novo modelo em que as estruturas públicas convivam com agentes privados. A escala dos investimentos em projetos prioritários exige altos montantes de recursos, nem sempre passíveis de serem suportados apenas pelos governos, de modo que a participação do setor privado pode ser decisiva em várias situações. A utilização da Operação Urbana Consorciada Interfederativa, prevista no EM, será um bom teste desta incorporação.

Em geral, a desigualdade populacional e econômica dos municípios gera impactos negativos na eficiência da gestão metropolitana. Na RM de São Paulo, vários municípios têm baixa capacidade de investimento, o que exige a adoção de modelos de financiamento que considerem essa diversidade.

Essas condições ampliam a importância da participação dos três níveis de governo no esforço de financiamento, a fim de equalizar as contribuições para os grandes projetos e obras, o que exige a acomodação de interesses e demandas nem sempre consensuais, ou passíveis de composição política.

Entre os desafios político-institucionais para a cooperação interfederativa destacam-se: a) a fragmentação institucional, que gera impactos na gestão e implementação das FPICs, em que se sobressai a pulverização da repartição formal de atribuições entre os entes federados e a autonomia dos governos locais na solução de problemas de interesse

comum; b) o baixo reconhecimento do papel e do peso na dinâmica metropolitana de um ou mais municípios (em geral o município sede), que tende a ser desconsiderado nas estruturas de governança metropolitana; c) a dificuldade para implantar mecanismos e instrumentos que ampliem a participação do setor privado no financiamento de projetos e ações e d) as disputas político-partidárias e a falta de identidade metropolitana.

Diante disso, as políticas públicas de desenvolvimento metropolitano devem ter caráter transversal; de integração às políticas setoriais. A mobilidade, os recursos hídricos, o saneamento ambiental, a habitação e o desenvolvimento urbano, entre outras, são FPICs cujo equacionamento requer projetos que ultrapassem fronteiras físicas e institucionais. Por isso mesmo deverão ser enfrentadas por meio da cooperação entre os três níveis de governo, com a participação do setor privado e com o controle da sociedade.

Nesse sentido, o PDUI, cuja elaboração está prevista no EM, deve ser encarado como a peça central da pactuação da governança interfederativa. Sua formulação constitui excelente oportunidade para construir uma identidade metropolitana, sobretudo por incorporar um novo agente ao debate: o cidadão metropolitano. Este, certamente, trará legitimidade ao processo de elaboração do PDUI e responderá pelo monitoramento da implementação de suas diretrizes, projetos e ações. **1**

Rovena Negreiros é gestora pública do governo do Estado de São Paulo. É diretora-presidente da empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa) desde julho de 2015.

Uma (e qual) reforma resolveria os problemas?

O Brasil realizou três grandes ajustes em seu sistema previdenciário nos últimos 20 anos. O tema entra novamente em pauta, pouco mais de um ano da última alteração das regras no setor. Especialistas divergem tanto sobre o cálculo de um alegado déficit quanto sobre as soluções apontadas

Najla Passos – Brasília

CARTEIRA DE TRABALHO
E
PREVIDÊNCIA SOCIAL



Não fosse pelo aprofundamento da crise política, o Brasil já estaria debatendo a reforma da Previdência, que teria sido colocada no centro da agenda pública como possível condição essencial para a retomada do crescimento. Os números oficiais apontam que, no ano passado, as contas fecharam no vermelho, com prejuízos de R\$ 89 bilhões. A expectativa é de que, este ano, atinja R\$ 124,9 bilhões. Mas – como quase tudo neste Brasil polarizado – o tema é polêmico. Os especialistas divergem até mesmo sobre a existência ou não do tal déficit. E a pergunta que fica é: a reforma da Previdência é mesmo necessária?

O economista do BNDES Fábio Giambiagi não tem dúvidas de que o déficit é real e a necessidade da reforma, premente. “A situação da Previdência é muito grave, com um desequilíbrio que vai se acentuando progressivamente, com uma tendência muito preocupante associada às razões demográficas”, afirma. Segundo ele, os gastos previdenciários crescem acima do Produto Interno Bruto (PIB) há 30 anos. “O país precisa de medidas de ajuste fiscal e a reforma da Previdência é uma delas. Quanto mais cedo ocorrer, melhor, porque o ajustamento será menos traumático. Adiar a reforma tem custos”, alerta.

Marcelo Pessoa, economista do Ipea cedido ao governo do Rio, acrescenta que o quadro se torna ainda mais insustentável quando se considera a diminuição da população econo-



Divulgação

“A situação da Previdência é muito grave, com um desequilíbrio que vai se acentuando progressivamente, com uma tendência muito preocupante associada às razões demográficas. O País precisa de medidas de ajuste fiscal e a reforma da Previdência é uma delas. Quanto mais cedo ocorrer, melhor, porque o ajustamento será menos traumático. Adiar a reforma tem custos”

Fábio Giambiagi, economista do BNDES

micamente ativa. “Nossa taxa de fecundidade está abaixo da taxa de reposição de 2,2 filhos por mulher. Aliado ao aumento da expectativa de vida, isso vai gerar uma deterioração da nossa razão de dependência a partir de 2020. A previsão é de que teremos um terço de idosos na população por volta de 2050. Quem sustentará esses idosos num país com uma população que, historicamente, apresenta baixa produtividade?”, questiona.

Professor da FGV-RJ, Kaizô Beltrão estima que serão necessárias várias medidas diferentes para reequilibrar as contas da Previdência, como o fim da aposentadoria por tempo de contribuição (ATC), a elevação da idade mínima, a homogeneização dos benefícios entre homens e mulheres e entre trabalhadores urbanos e rurais, dentre outras. “Uma medida só não resolve. Terá que ser uma cesta de maldades. São medidas impopulares, mas as pessoas têm que entender que é melhor isso do que o que aconteceu na Argentina, onde os benefícios foram todos suspensos de uma hora para outra. Foi o pior dos mundos”, justifica.

PREVIDÊNCIA SUPERAVITÁRIA Visão diferente tem o professor Eduardo Fagnani, do Instituto de Economia da Unicamp. Segundo ele, estudos feitos pela Associação Nacional dos Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) comprovam que a Previdência brasileira sempre foi

superavitária. “Há toda a reprodução de um discurso ideológico de que o setor é deficitário, de que a reforma é o único caminho. Mas nada disso é verdade. Este é só mais um mecanismo usado pelo capital para tentar capturar os recursos públicos”, afirma.

Fagnani reconhece que a questão da transição demográfica não pode ser desconsiderada, mas defende que ela não seja vista com fatalismo. Para ele, a principal variável para se entender o desempenho da Previdência é a política econômica adotada. “Se a economia cresce, a renda da Previdência também cresce, como foi demonstrado nos últimos 12 anos. Agora, se há recessão, se há uma política de ajuste fiscal em curso, aí quebra tudo mesmo. De qualquer forma, uma reforma exige uma transição longa, de 20 a 30 anos. Então, ela não pode ser instrumento para resolver o problema da atual crise, como alguns querem fazer parecer”, alerta.

Professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Gentil alega que o cadáver da última reforma, feita no apagar das luzes do primeiro governo Dilma, logo após sua reeleição ter sido garantida em 2014, ainda nem esfriou. “Nossa Previdência ainda é superavitária. Então, não há que se falar em mais uma reforma que retire mais direitos dos trabalhadores, ainda por cima em meio a uma recessão, agravada pelas políticas adotadas pelo próprio governo”, defende.

A professora lembra que, em 2015, o governo desonerou R\$ 157,6 bilhões (2,8% do PIB) em contribuições sociais que financiam o sistema de seguridade. Além disso, manteve a política de Desvinculação das Receitas da União (DRU), que lhe permitiu



“Há toda a reprodução de um discurso ideológico de que o setor é deficitário, de que a reforma é o único caminho. Mas nada disso é verdade. Este é só mais um mecanismo usado pelo capital para tentar capturar os recursos públicos”

Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp

gastar em outras áreas 20% de tudo que foi arrecadado nesta rubrica. “Não é minimamente razoável que você abra mão de R\$ 157,6 bilhões em contribuições sociais, desvincule 20% das receitas da seguridade e depois faça a cobrança de uma reforma da Previdência que reduza custos”, avalia.

FONTES DE FINANCIAMENTO O pacto social firmado com a Constituição de 1988 respaldou um complexo sistema de seguridade social no Brasil no qual

a Previdência é um dos sustentáculos de um tripé que envolve a saúde e a assistência social. É esse sistema integrado que paga aposentadorias, pensões, seguros-desemprego e licenças-maternidade, mas também o Bolsa Família e os benefícios da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), aquele salário mínimo para aposentados pobres e pessoas com deficiência. Ele sustenta até mesmo o Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

Para financiá-lo, a chamada Constituição Cidadã previu uma estrutura também complexa, que inclui não só as contribuições descontadas em folha de trabalhadores e empregadores, mas também as tributações sobre os lucros (Cofins, PIS-Pasep e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e sobre as receitas das loterias esportivas. Até 2008, havia ainda a CPMF, suspensa por decisão do Congresso, que o governo já anunciou que tentará reeditar.

De acordo com Denise Gentil, no ano passado, todas essas fontes de



Para Kaizô Beltrão, professor da FGV-RJ, se o governo não puder pagar o déficit com o que arrecada em contribuições previdenciárias, terá que fazê-lo através de mais impostos

financiamento renderam um total de R\$ 675,1 bilhões, enquanto as despesas fecharam em R\$ 658,9 bilhões. “Isso dá um superávit de R\$ 16,1 bilhões”, observa. Mas, segundo ela, ainda que as contas fechassem no vermelho, a Constituição obriga a União a cobri-las com recursos de outras fontes. “Falar em déficit da Previdência é, no mínimo, um erro técnico”, alega.

Fagnani acrescenta que a Previdência brasileira adota o modelo de financiamento criado pelo primeiro-ministro Otto von Bismarck (1815-1898) na Alemanha do século XIX, cuja premissa é a de que as despesas sejam repartidas entre trabalhadores, empregadores e Estado. “O problema é que, desde o governo Sarney, a Constituição vem sendo descumprida e os governos transferem recursos da seguridade para outras rubricas. O governo encontra déficit nas contas da Previdência

porque só contabiliza como receita o que é pago por empregados e empregadores. O alegado déficit da Previdência é, portanto, o valor que cabe ao governo aplicar, segundo o modelo clássico de financiamento adotado em quase todo o mundo”, esclarece.

LEI PARA INGLÊS VER Economista do Ipea, Marcelo Caetano admite que a Constituição prevê fontes múltiplas de financiamento para a Previdência, mas defende a forma de cálculo oficial. “Já mudou governo, já mudou partido e o modelo permanece”, justifica. Para ele, a Previdência só será sustentável se cobrir todos os seus gastos com o que arrecada em contribuições sobre a folha. “O governo, na função típica, não vai obter recursos tributando ele mesmo. Então, o que está na Constituição não

faz sentido, é aquele tipo de lei para inglês ver”, afirma.

O economista também reconhece que as desonerações das contribuições sociais são excessivas e podem gerar distorções. Até aconselha que o assunto seja pautado nas discussões sobre a reforma da Previdência, mas entende que é necessário se trabalhar com o orçamento real, que é deficitário. “Existem desonerações demais? Existem. Isso está errado? Eu avalio que sim. Mas o dinheiro entrou? Não. Então, não há como considerar uma receita que não entrou e não vai entrar, porque essas renúncias já foram concedidas”, rebate.

Kaizô Beltrão, da FGV, concorda que mudar o cálculo não resolve o problema. “Você pode combinar coisas diferentes e achar resultados distintos. Mas fazer a conta diferente não modifica a necessidade total de financiamento que o governo tem. Até porque, se não

puder pagar esse déficit com o que arrecada em contribuições previdenciárias, o governo terá que fazê-lo através de mais impostos”, ressalta.

Para Giambiagi, falta seriedade no debate. “Nós estamos falando de um país que não consegue tratar adequadamente a questão da pobreza, mas permite que pessoas se aposentem, em média, com 53 anos. Esta situação deixaria de ser absurda ao contabilizarmos as coisas de outra forma? Essa conversa de que a Previdência não é deficitária é uma papagaiada, uma distorção da verdade”, declara.

POLÍTICA SOCIAL OU SEGURO? Entender as razões que colocam especialistas em campos tão opostos passa necessariamente por conhecer o papel que cada grupo atribui ao sistema previdenciário. Para os chamados ortodoxos ou liberais, a Previdência não é política social, não é instrumento para corrigir as distorções existentes no mercado de trabalho. “Política de distribuição de renda é outra coisa. Se você usa a Previdência para distribuir renda, não está sendo eficiente. A Previdência tem uma outra função, que é a de ser um seguro contra a perda da capacidade de gerar renda”, diz Beltrão.

Já para os desenvolvimentistas, a Previdência é, sim, política social. E, mais do que isso, é também um instrumento capaz de promover o desenvolvimento. “Reduzir benefícios previdenciários é reduzir a expectativa de vida dos trabalhadores”, afirma Denise Gentil, da UFRJ. Para ela, o governo, ao anunciar que não terá recursos para garantir a renda dos aposentados, está aprofundando o processo de privatização e financeirização em curso. “O que está



acontecendo com a Previdência hoje é o que já acontece há mais tempo com a saúde: o governo promove o sucateamento do SUS para que a população corra para os planos privados”, alerta.

Segundo a professora, discutir a necessidade ou não de uma reforma da Previdência é debater que tipo de Estado queremos. Ela lembra que, só no ano passado, o poder público gastou R\$ 501 bilhões com pagamento dos juros, que vão atender menos de cem mil pessoas. Por outro lado, gastou R\$ 385 bilhões com benefícios previdenciários para atender mais de 27 milhões de brasileiros diretamente,

ou 90 milhões indiretamente. “Então, o que é preciso reformar: a Previdência ou o sistema tributário?”, questiona.

Dentre as várias propostas em discussão na reforma da Previdência, a equiparação da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres está entre as mais polêmicas

QUESTÕES DE GÊNERO Dentre as várias propostas em discussão na reforma da Previdência, a equiparação da idade mínima para aposentadoria de homens e mulheres está entre as mais polêmicas. Hoje, o Brasil fixa a idade mínima em 65 anos para eles e 60 para elas. Mas como o sistema também prevê a aposentadoria por tempo de contribuição, de 35 anos para homens e 30 para mulheres, a idade média fica bem abaixo da idade mínima oficial.

Para Giambiagi, a diferenciação entre as idades de homens e mulheres faz parte de um mundo que não existe mais. “Hoje, a realidade social das mulheres é muito diferente de 40 ou 50 anos atrás. Os homens de hoje ajudam muitíssimo mais em casa e é um fato constatado que elas têm muito menos filhos”, alega.



Kaizô Beltrão acrescenta que o mercado de trabalho já tem uma solução para a diferença reprodutiva, que é a licença-maternidade. Além disso, alega que as estatísticas comprovam que as mulheres vivem mais tempo do que os homens e acessam o mercado de trabalho mais cedo, já que se formam antes. “Elas usufruem dos benefícios previdenciários por mais tempo”, alega.

Conforme relata Marcelo Caetano, a experiência internacional revela uma tendência à equiparação, especialmente nos países ricos. Segundo ele, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Suécia já igualaram a idade para a aposentadoria, enquanto Áustria e Suíça mantêm a diferenciação. Na França, a idade mínima é a mesma, mas o tempo de contribuição exigido da mulher é menor, dada a sua função reprodutiva. Já a Alemanha mantém a diferenciação só para mulheres que nasceram antes de 1952. Na Itália e no Reino Unido, há uma convergência progressiva, em que as idades irão se igualar em 2018.

Denise Gentil, porém, afirma que defender a equiparação da idade mínima

“Nossa Previdência ainda é superavitária. Então, não há que se falar em mais uma reforma que retire mais direitos dos trabalhadores, ainda por cima em meio a uma recessão, agravada pelas políticas adotadas pelo próprio governo”

Denise Gentil, professora do Instituto de Economia da UFRJ

é desconsiderar o machismo que ainda vigora no Brasil, onde a dupla jornada feminina é realidade. “Pesquisas apontam que as mulheres trabalham, em média, 28 horas semanais em tarefas domésticas, enquanto os homens trabalham apenas nove”, compara. Além disso, ela argumenta que a mulher vive mais, mas de forma precarizada. “Dados do SUS mostram que, a partir dos 40 anos, as mulheres desenvolvem uma série de doenças crônicas, provocadas pela sobrecarga de trabalho”, observa.

TRABALHADORES URBANOS X RURAIS Outro ponto controverso é a aposentadoria rural, que permite que o trabalhador do campo possa se aposentar cinco anos antes que o urbano: aos 60 anos, se homem, e aos 55, se mulher, com um benefício equivalente a um salário mínimo, mesmo sem ter contribuído com o sistema.

De acordo com Marcelo Pessoa, do **Ipea**, as pesquisas apontam que 40% dos trabalhadores rurais permanecem na ativa até os 70 anos de idade. Ainda assim, alega que essas aposentadorias pressionam o aumento de gastos no sistema. Segundo ele, quando foi criado, na década de 1970, esse benefício era de meio salário mínimo, a partir dos 65 anos, e restrito a um por família. “Essas regras mudaram com a Constituição de 1988, gerando, hoje, um gasto de quase R\$ 100 bilhões por ano”, contabiliza.

Fagnani, entretanto, ressalta que a aposentadoria rural foi assim pactuada porque o constituinte entendeu que não era justo lançar milhões de agricultores familiares idosos na pobreza absoluta ou obrigá-los a trabalhar até morrer. Ele acrescenta que a própria Constituição criou duas novas contribuições sociais para cobrir tais gastos. Destaca, ainda, que a aposentadoria rural se mostrou uma política social muito eficiente. “Estudos comprovam que ela reduziu o êxodo para as cidades e provocou impactos econômicos extraordinários nas economias locais, especialmente dos municípios mais pobres”, argumenta.

A polêmica está em curso. O que vai determinar as opções a serem feitas não são apenas as contas e cálculos orçamentários, mas a luta política no País. **II**



Geotecnologias na administração pública

Nas últimas décadas, o setor público no Brasil passou por um processo de amadurecimento da democracia, com a ampliação e diversificação dos atores no processo de tomada de decisões. A moderna governança pública adota métodos e princípios do planejamento estratégico, impondo a adoção de processos ágeis de tomada de decisão e maior eficiência e eficácia na entrega de produtos e serviços à população.

A adoção de geotecnologias passa a ser preponderante para responder com maior rapidez e qualidade às demandas, cada vez mais crescentes e diversas, das políticas públicas. Se, por um lado, o uso de geotecnologias torna-se primordial no cotidiano da administração pública moderna, por outro, princípios de *software* livre passam a estabelecer atitudes éticas perante o uso dos recursos públicos. Diversos movimentos, nas mais diversas frentes, estabeleceram redes colaborativas de desenvolvimento de produtos e serviços ‘livres’ como alternativas ao mercado (movimentos de *software* livre, *copyleft*, *creative commons* e a rede colaborativa de tecnologias geoespaciais Open GIS Consortium – OGC).

O Brasil, alinhado com as tendências internacionais, adotou marcos legais que pautam o uso e a produção de produtos e serviços de *softwares* livres. Destaca-se a Portaria SLTI/MP N°05/2005 (e-pinG), a criação do portal de *software* público em 2007 (www.softwarepublico.gov.br) e a Instrução Normativa n° 04/2012 (INDA). Nas geotecnologias temos o Decreto Presidencial n° 6.666/2008 que institui a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE). Não basta ao Poder Público demonstrar capacidade de planejamento

e regulamentação, pois trata-se de uma fronteira que articula os processos de planejamento com os referentes à gestão sob preceitos e olhares geográficos.

Consolida-se a forte vinculação, para a gestão pública moderna, do uso de dados referenciados sobre o espaço. Onde? O quê? Quais as características de sua distribuição? São perguntas básicas para o processo de tomada de decisão que necessitam de dados geográficos estruturados e confiáveis.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) buscou trazer as geotecnologias para o seu cotidiano. O SICG faz parte deste esforço, tendo iniciado em 2006 com a análise crítica dos procedimentos de identificação, reconhecimento e gestão dos bens culturais protegidos pelo Iphan.

A ausência de automação dos processos de cadastramento, normatização, tombamento e fiscalização do patrimônio cultural brasileiro impactava na qualidade e tempo de resposta da instituição no campo de autorização, licenciamento e monitoramento da política de conservação. O SICG foi desenvolvido com arquitetura de dados baseada em serviços e orientada a objeto, o que possibilita integrações futuras com outros sistemas, e seu sistema georreferenciado está alinhado com as diretrizes da INDE.

Destacamos o fato de termos a articulação, no território, do cadastro dos bens culturais materiais e imateriais, fato inédito no Iphan, o que permite um olhar diferenciado para a gestão dos bens culturais.

Dessa forma, o SICG passa a se constituir em uma base de dados estruturados organizados por categorias e permite análises, por meio de relatórios geográficos e relacionais, das condicionantes, de projetos de desenvolvimento territorial, como é o caso

da implantação de novas infraestruturas econômicas ou até da mudança na lei de uso e ocupação do solo de um distrito urbano.

Um dos principais beneficiados com o SICG é a população brasileira, que tem hoje uma ferramenta amigável, de acesso 24x7 e com conteúdos antes indisponíveis ou de difícil acesso. O sistema ofertará, além do acesso aos bens culturais em diversas escalas e níveis de informação diferenciados, o serviço de “pesquisa avançada de bens materiais e imateriais”, que consiste numa funcionalidade de consultas relacionais e/ou geográficas (feições linha ponto, polígono aliado a *buffer zone*). Com isso, pode-se acessar os conteúdos do sistema por meio de listagens, relatórios e mapas temáticos.

Como benefícios para o serviço público destacam-se o aumento na celeridade e qualidade do processo decisório, além de uma considerável redução do tempo e esforço para compilação, organização e disponibilização das informações ao Iphan, aos parceiros institucionais e à população brasileira.

O projeto destaca-se pelo pioneirismo, pois possibilita a execução de vários processos do Iphan (cadastramento, normatização, fiscalização e planejamento) de forma integrada, garantindo agilidade na produção e uso da informação geográfica para o cumprimento da sua missão institucional com maior eficiência, eficácia e transparência. 

George Alex da Guia é analista de Infraestrutura do MPOG em exercício no Iphan e product owner do projeto SICG.

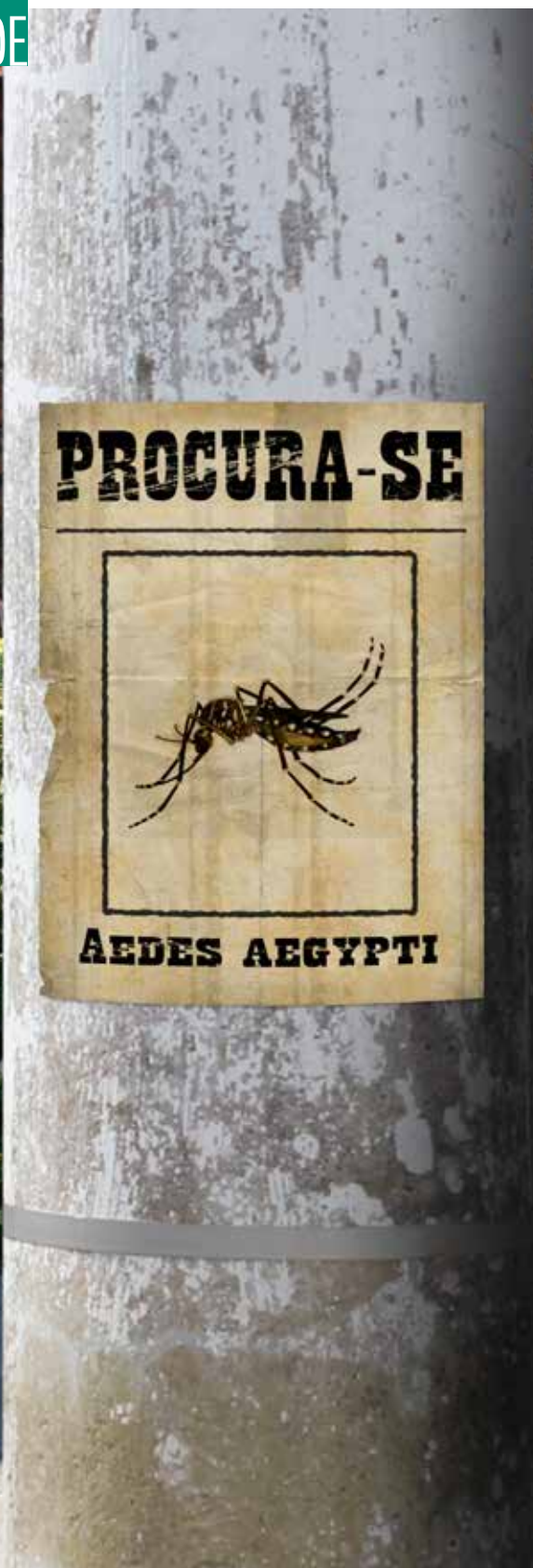
Humberto Mattos é analista em Tecnologia da Informação do MPOG em exercício no Iphan.

Jamil Buzar Neto é gestor de Projetos e Scrum Master do projeto SICG.

Eliezer Vieira é especialista de Geoprocessamento.



Alexandre Lombardi





O mosquito que desafia o Brasil

Aedes aegypti infesta as cidades e traz três epidemias ao país. Falta de saneamento básico dificulta a erradicação

Carla Lisboa – de Brasília

O *Aedes aegypti* (“Odioso do Egito”, na tradução literal) tem apenas meio centímetro de comprimento, pouco mais de 30 dias de vida em suas quatro fases (ovo, larva, pupa e adulto) e sua autonomia de voo não chega a um quilômetro de distância. Por trás dessas limitações há uma grande riqueza genética, acumulada ao longo de 250 milhões de anos. Isso explica a resistência e a impressionante capacidade de mutação e adaptação deste inseto.

Há dois anos, o Instituto Butantã, em São Paulo, comprovou a rápida variação evolutiva do mosquito. Coordenada por Lincoln Suesdek, especialista em biologia celular e molecular de culicídeos, uma equipe de pesquisadores observou o *Aedes* durante 14 meses nos arredores da capital paulista e viu que o tamanho e o formato das asas mudaram em cada estação do ano. “Percebemos que o patrimônio genético do mosquito é rico e dinâmico. A espécie tem grande potencial para sofrer alterações. Isso sugere que ela é muito versátil em explorar novos ambientes e, possivelmente, em contornar nossas tentativas de eliminá-la”, observa Suesdek.

BARATA DOS MOSQUITOS A barata dos mosquitos, na definição do pesquisador australiano Scott Ritchie, da James Cook University, tem sua origem na África, espalhou-se por grande parte do planeta, sobretudo nas regiões



*O **Aedes aegypti** (“Odioso do Egito”, na tradução literal) tem apenas meio centímetro de comprimento, pouco mais de 30 dias de vida em suas quatro fases (ovo, larva, pupa e adulto) e sua autonomia de voo não chega a um quilômetro de distância*

tropicais e subtropicais, e hoje desafia governos, cientistas, epidemiologistas, sanitaristas e virologistas de todo mundo em razão da quantidade de doenças que passou a transmitir e da ineficácia das sucessivas tentativas de sua erradicação, desde o início do século passado.

No Brasil, o mosquito se tornou um caso de saúde pública. Responsável

pela transmissão da febre amarela e da dengue, o *Aedes aegypti* passou a disseminar, desde 2014, dois novos arbovírus no país, o da febre chikungunya e o Zika, este último responsável por duas doenças neurológicas graves: a microcefalia em bebês de gestantes infectadas e a Síndrome de Guillain-Barré. E deverá trazer novas enfermidades ao país.

“Existem outras doenças com potencial epidêmico que não chegaram ao Brasil e já se sabe que podem ser transmitidas por esse mesmo vetor, como, por exemplo, a febre do Nilo Ocidental, que ocorre nos Estados Unidos. Essa é uma preocupação grande que nós temos. E outra preocupação é com as complicações que estamos vendo, principalmente em relação ao Zika, que não tinham sido relatadas na literatura científica”, ressalta a doutora

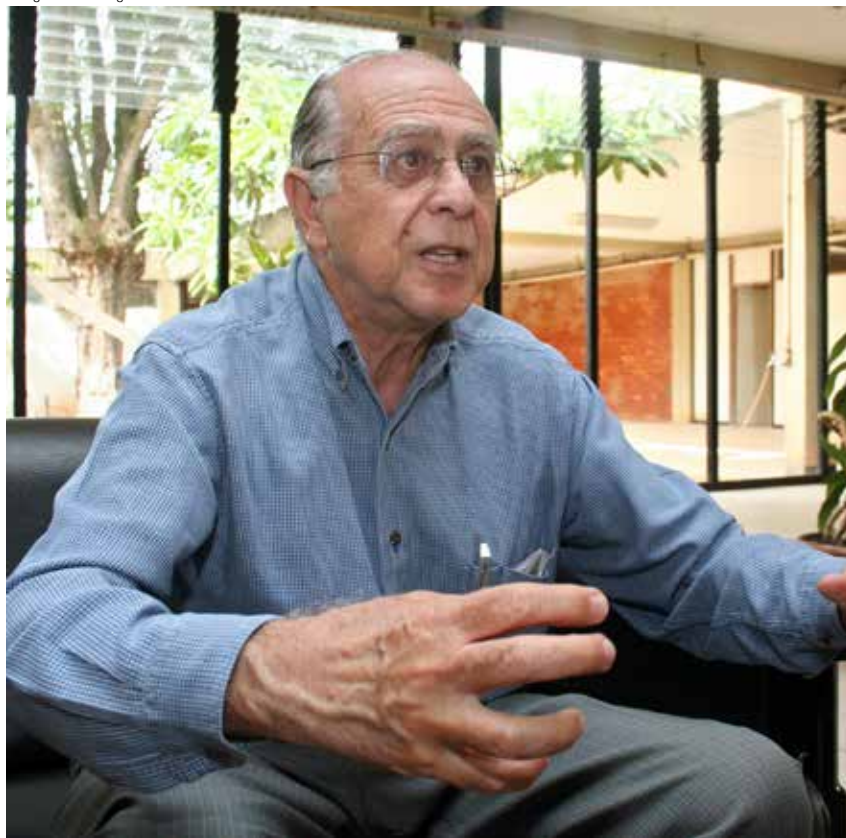
em Epidemiologia Leila Posenato, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

EPIDEMIAS EM NÚMEROS Os números das doenças transmitidas pelo mosquito configuram graves epidemias no Brasil. No ano passado, segundo dados do Ministério da Saúde, os casos de dengue cresceram 178% em relação a 2014. Em 2015, foram contabilizadas 1.649.008 pessoas infectadas, com 843 mortes confirmadas, contra 473 óbitos em 2014 (aumento de 82,5%). Especialistas acreditam que muitos casos da doença não foram notificados. O número de pacientes com chikungunya quadruplicou: em um ano, saltou de 3.657 para 20.661 em 18 estados, com três óbitos.

O vírus Zika já chegou a todo país. E até o dia 29 de março deste ano tinham sido confirmados 745 casos de bebês com microcefalia, segundo dados do Ministério da Saúde. Em fevereiro, eram 508. Ainda há 4.107 casos investigados. Até janeiro, haviam sido confirmados 139 óbitos em decorrência de microcefalia, de bebês depois de nascidos ou durante a gestação, e há mais de uma centena de mortes em investigação. São mais de 70 mil notificações de infecções por Zika em adultos no país.

O Zika era considerado o vírus mais brando dos três transmitidos atualmente pelo *Aedes aegypti* nas áreas urbanas do país. Mas, em novembro de 2015, em uma iniciativa inédita no mundo, o Ministério da Saúde confirmou que gestantes infectadas podem gerar crianças com microcefalia, uma malformação irreversível.





no Rio de Janeiro, no início do século passado. Mas foi a partir da Segunda Guerra Mundial que sua presença se intensificou nas grandes cidades. Ele se especializou em dividir espaço com o homem e alguns fatores, como o calor e a precariedade do saneamento básico, ajudaram-no a se estabelecer em países tropicais e subtropicais, como o Brasil.

“Com o fluxo rural-urbano intenso e rápido, as cidades não se organizaram para oferecer habitação e saneamento básico em condições dignas para boa parte da população. Hoje, temos 85% da população vivendo nas áreas urbanas e, segundo o IBGE, 20% das pessoas das cidades médias e grandes vivem em condições precárias, em favelas, mocambos, invasões, palafitas e cortiços, que favorecem a proliferação do mosquito”, explica o professor Pedro Tauil, especialista em medicina social e tropical da Universidade de Brasília (UnB).

Segundo ele, o processo produtivo industrial moderno também contribuiu para a proliferação do mosquito nas áreas urbanas. Tauil cita como exemplos as embalagens descartáveis de isopor, plástico, vidro, papelão e as latinhas que, quando não dispostas adequadamente no meio ambiente, funcionam como criadouros. Além disso, há os pneus, esse subproduto da indústria automobilística que não tem tido uma destinação adequada.

“Ninguém sabe o que fazer com pneus usados. O que tenho visto é a queima em manifestações populares. Esse é um desafio, porque o pneu apresenta condições excepcionais para o desenvolvimento de criadouros de mosquito, por causa do acúmulo de água em seu fundo escuro. O problema do *Aedes aegypti* precisa ser visto

Também aumentaram os casos de Síndrome de Guillain-Barré. No Rio de Janeiro, por exemplo, 16 pacientes deram entrada com a doença este ano no Hospital Universitário Antônio Pedro, da Universidade Federal Fluminense (UFF). A Organização Mundial da Saúde (OMS) já associa esta síndrome neurológica ao Zika.

Desde que aumentaram os casos de microcefalia, o Ministério da Saúde declarou Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. O ministro da Saúde, Marcelo Castro, admitiu publicamente que “estamos perdendo a batalha contra o mosquito”. A presidenta Dilma Rousseff conclamou: “Vamos demonstrar que o brasileiro é capaz de ganhar essa guerra. As igrejas, sindicatos, o governo. Cada um de nós”.

“Com o fluxo rural-urbano intenso e rápido, as cidades não se organizaram para oferecer habitação e saneamento básico em condições dignas para boa parte da população”

Pedro Tauil, especialista em medicina social e tropical da Universidade de Brasília (UnB)

NAVIOS NEGREIROS Originalmente de hábitos silvestres, o *Aedes aegypti* chegou às Américas nos navios negreiros, no período colonial. Com o tempo, encontrou no ambiente urbano o espaço ideal para a sua proliferação e chegou a provocar uma epidemia de febre amarela no país, principalmente



como determinado por esses fatores extra-setoriais da saúde conjugados”, diz o professor.

DOENÇAS E FALTA D'ÁGUA Os lixões e a falta de abastecimento regular de água também conspiram a favor do mosquito. A doutora Leila Posenato lembra que, por causa das interrupções no abastecimento no primeiro semestre de 2014, a população de São Paulo passou a estocar água e isso provocou uma explosão de dengue no estado. “Por ter a maior população do Brasil, um problema que acontece no estado pode ter consequências sobre os programas de saúde do Brasil inteiro. Foi preciso deslocar recursos para São Paulo e faltou inseticida em alguns lugares”, lembra a técnica do **Ipea**. Assim, a dengue se espalhou pelo país.

“Existem outras doenças com potencial epidêmico que não chegaram ao Brasil e já se sabe que podem ser transmitidas por esse mesmo vetor, como, por exemplo, a febre do Nilo Ocidental, que ocorre nos Estados Unidos”

Leila Posenato, doutora em Epidemiologia e técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**

O médico sanitário José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde, defende a incorporação de uma política nacional de universalização do saneamento básico na agenda de enfrentamento das questões de saúde pública. “A prevalência do mosquito tem suas raízes nesse problema: saneamento básico e ambiental. No Brasil,

sétima economia do mundo, só 50% das moradias estão ligadas à rede de esgoto e 20% não têm oferta regular de água. O processo de urbanização das grandes cidades foi caótico. As más condições de vida, a falta de limpeza das cidades, tudo isso favorece a proliferação do mosquito”, diz.

MÉTODOS DE UM SÉCULO ATRÁS Para piorar o quadro, o país adota as mesmas estratégias de combate ao mosquito do tempo de Oswaldo Cruz (1872-1917), com resultados insatisfatórios. Como as residências concentram a maioria dos criadouros, campanhas de conscientização são feitas em época de chuva. Mas faltam ações coordenadas e contínuas.

No verão, agentes sanitários visitam as moradias na tentativa de exterminar focos de larvas do inseto com larvicidas e inseticidas mais potentes que os vendidos no mercado. Mas não dão conta de vistoriar todos os imóveis.

“Isso não é mais possível, porque o número de domicílios cresceu demais. O Distrito Federal, por exemplo, tem quase um milhão de prédios e cerca de 300 agentes públicos”, diz o professor Pedro Tauil, da UnB. Ele ressalta que a falta de segurança nas cidades ajuda a inviabilizar essa estratégia, pois muitos moradores não permitem a entrada dos agentes com medo de serem assaltados. “Tudo isso faz com que a nossa preocupação, hoje, seja buscar inovações técnicas e estratégias mais adequadas às condições urbanas atuais”, ressalta.

Outra forma de combater o mosquito é a técnica conhecida como fumacê, que consiste na dispersão de uma nuvem de inseticida. Ela é pouco eficiente,



em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde realizou, em Brasília, a Reunião Internacional para Implementação de Novas Alternativas para o Combate ao *Aedes aegypti* no Brasil, evento que durou dois dias e contou com a participação de 40 especialistas, entre eles pesquisadores dos Estados Unidos, México e Austrália.

No encontro, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Agenor Álvares, reconheceu que os métodos atuais de controle de vetores não estão sendo suficientes para reduzir a população de mosquitos e a incidência de agravos. Experiências exitosas de controle do vetor adotadas em alguns municípios foram discutidas, como o uso de espécies transgênicas e da bactéria Wolbachia.

Os mosquitos transgênicos (OX 513), criados pela empresa britânica Oxitec, estão sendo produzidos em Campinas (SP). A técnica consiste na esterilização genética dos machos da espécie. Quando estes acasalam com as fêmeas, elas põem os ovos, que viram larvas, mas os descendentes morrem antes de chegar à vida adulta. Testes feitos em Juazeiro, na Bahia, comprovaram redução acima de 80% nos mosquitos silvestres. Agora os transgênicos estão sendo soltos em Piracicaba (SP), Jacobina e Juazeiro (BA).

Outra técnica consiste na modificação biológica do *Aedes aegypti* pela presença da Wolbachia, bactéria inofensiva aos seres humanos. Inoculado com a bactéria, os mosquitos a repassam de geração em geração, pois ela chega aos ovos e às larvas. Aos poucos, os mosquitos infectados se reproduzem e não conseguem transmitir doenças como a dengue, chikungunya e zika.

pois o componente químico tem de entrar em um espiráculo localizado embaixo da asa do mosquito. Para isso, é preciso que o inseto esteja voando, algo difícil, já que essa espécie fica na maior parte do tempo em repouso. Além disso, agride o meio ambiente e prejudica a saúde das pessoas. Em nota, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) condenou a estratégia:

“Preocupa-nos o uso intensivo de produtos químicos sabidamente tóxicos, como o Malathion, um verdadeiro contrassenso sanitário. Este produto é um agrotóxico organofosforado considerado pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) como potencialmente cancerígeno para seres humanos. No Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, recentemente decretado pelo Ministério da Saúde, está sendo preconizado o uso de larvicida direta-

Uma forma de combater o mosquito é a técnica conhecida como fumacê, que consiste na dispersão de uma nuvem de inseticida. Ela é pouco eficiente, pois o componente químico tem de entrar em um espiráculo localizado embaixo da asa do mosquito

mente nos carros-pipas que distribuem água nas regiões do Agreste e Sertão do Nordeste. Alertamos que esta é a mais recente ameaça sanitária imposta pelo modelo químico dependente de controle vetorial”, diz a nota.

ALTERNATIVAS DE PREVENÇÃO O governo busca opções de controle do vetor. Na segunda quinzena de fevereiro, a Secretaria de Vigilância



Microcefalia: caso grave de saúde pública

Identificado pela primeira vez no Brasil em abril de 2015, o vírus Zika trouxe grande dor de cabeça para o governo e pânico para a sociedade. Pouco se sabe ainda sobre ele, mas uma coisa é certa: se na maioria dos adultos a doença evolui de forma benigna, com sintomas iniciais de febre, manchas vermelhas no corpo, coceira e dores musculares e articulares, ao atingir o feto das gestantes pode provocar nos bebês uma malformação congênita grave: a microcefalia. Além disso, também pode causar em adultos a Síndrome de Guillain-Barré, doença neurológica que pode ser fatal, mas há poucos casos notificados.

“Esta é a crise de saúde pública mais crítica que já vivenciei em toda minha carreira lidando com doenças infecciosas. As epidemias são eventos trágicos, mas essa é pior do ponto de vista social, porque envolve a saúde

Pesquisas pioneiras realizadas no Brasil identificam sérios problemas em bebês e transmissão através de relações sexuais

reprodutiva da mulher – é toda uma geração de mulheres em idade fértil que, se estão grávidas, temem pelo conceito num momento em que ainda não se tem vacina – e toda uma geração que nasce com manifestações desse déficit neurológico”, afirma a médica Celina Turchi, doutora em Epidemiologia de doenças infecciosas, pesquisadora da Fiocruz Pernambuco e integrante do Microcephaly Epidemic Research Group. Trata-se de um consórcio de pesquisa das universidades estadual e federal de Pernambuco, Fiocruz-PE e secretarias estadual e municipal de Saúde.

Segundo ela, todos os resultados de séries de casos, de avaliação patológica, anatomopatológica de fetos natimortos e das características de imagens ou calcificação apontam que se trata de uma causa infecciosa congênita, temporalmente relacionada com o vírus Zika. “A Organização Mundial da Saúde já disse que, frente a essas evidências, já se pode falar, com segurança, que uma infecção causada pelo vírus Zika durante o período gestacional leva a alterações importantes do sistema nervoso central e outras malformações neurológicas, oftálmicas e articulares”, observa.

INCIDÊNCIA NA GRAVIDEZ Foi a partir de agosto que um grupo de profissionais do Nordeste, onde a epidemia teve início, começou a perceber, por meio de tomografias ou ultrassom, um aumento



de casos de crianças que não só tinham o perímetro encefálico pequeno, mas também malformações, calcificações que eram muito compatíveis com outras doenças infecciosas. Eles viram que esse aglomerado de casos coincidiu com mulheres que estavam grávidas no pico da epidemia de Zika de maio do ano passado.

“Essa associação foi feita muito rapidamente, mas, como a literatura científica mundial não tinha nada a respeito, era uma síndrome desconhecida, uma malformação congênita ainda não descrita, o Ministério e a Secretaria de Saúde tiveram a coragem de vir a público, em um momento em que não havia – e ainda não há – testes sorológicos comerciais, para dizer que era o Zika”, conta a doutora Celina Turchi.

RELAÇÕES SEXUAIS Existe também a suspeita de que o vírus Zika possa ser transmitido pela relação sexual, já que foi detectado na saliva e no esperma de pacientes infectados. Três casos

“Esta é a crise de saúde pública mais crítica que já vivenciei em toda minha carreira lidando com doenças infecciosas. As epidemias são eventos trágicos, mas essa é pior do ponto de vista social, porque envolve a saúde reprodutiva da mulher”

Celina Turchi, médica e pesquisadora da Fiocruz Pernambuco

já foram relatados, como o de uma mulher na França, infectada quando o parceiro retornou do Brasil. Outro caso foi confirmado no Texas e, mais recentemente, um terceiro no Chile.

“Não tenho dúvida de que é possível a transmissão sexual. Foi fácil ver isso porque houve casos em países onde não existe transmissão por vetor, causados por pessoas que vieram de países onde há a transmissão por vetor. E teve mais de um caso”,

destaca a doutora Laura Rodrigues, professora da London School of Hygiene and Tropical Medicine, referência em epidemiologia das doenças transmissíveis. Segundo ela, a transmissão sexual é mais lenta, ao contrário da transmissão vetorial, que acontece no Brasil.

O Zika pode estar também associado a outra doença neurológica grave, a encefalomielite aguda disseminada, que acomete o cérebro e a medula espinhal com o ataque à mielina, substância que reveste as células nervosas. Depois de acompanhar a evolução de 151 pacientes com sintomas de arboviroses entre dezembro de 2014 e junho de 2015, a neurologista Maria Lucia Brito Ferreira, médica do Hospital da Restauração, do Recife, constatou que, dos seis que tiveram testes positivos para Zika, quatro apresentavam a Síndrome de Guillain-Barré e dois estavam com encefalomielite aguda disseminada. O resultado do estudo será apresentado na Reunião Anual da Academia Americana de Neurologia em Vancouver, no Canadá.

Mosquito levanta polêmicas da CPMF e do aborto

Divulgação

Sem o fortalecimento do SUS, prevenção e combate às epidemias ficarão seriamente prejudicados

As epidemias causadas pelo *Aedes aegypti* trouxeram à tona duas polêmicas: o direito ao aborto em casos de microcefalia e o resgate da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF). Esta última visa a dar ao Sistema Único de Saúde condições necessárias para as ações de promoção, prevenção e combate ao mosquito e, consequentemente, às doenças por ele transmitidas, incluindo ações de saneamento e de coleta de lixo, uma vez que a política de saúde deve ter uma perspectiva ampla e intersetorial, visando à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

O economista Carlos Octávio Ocké Reis, diretor do Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento (Desid) do Ministério da Saúde, defende a recriação da contribuição. “A aprovação da CPMF pode contribuir não apenas para o incremento de recursos financeiros destinados ao combate ao mosquito, mas também pode ter um papel decisivo no fortalecimento do SUS, que enfrenta pesada crise de subfinanciamento após a aprovação da Emenda Constitucional 86, que acarreta perdas significativas para o setor. Por isso, a aprovação da PEC 01-A/2015 é tão importante na atual conjuntura, uma vez que propõe alterações das alíquotas que serão aplicadas no setor saúde, tendo como base de cálculo a Receita Corrente Líquida da União”, afirma.

Além disso, segundo ele, o SUS desconcentra renda e a ampliação



“A aprovação da CPMF pode contribuir não apenas para o incremento de recursos financeiros destinados ao combate ao mosquito, mas também pode ter um papel decisivo no fortalecimento do SUS, que enfrenta pesada crise de subfinanciamento”

Carlos Octávio Ocké Reis, diretor do Departamento de Economia da Saúde e Desenvolvimento (Desid) do Ministério da Saúde

dos recursos destinados à saúde pública impacta positivamente no orçamento das famílias, sobretudo da população de baixa renda, que gastará menos com serviços privados, como planos de saúde, médicos, remédios e exames. “Considerando os princípios

da equidade e da justiça tributária, o aumento dos recursos aplicados no SUS por meio da CPMF, somado às boas práticas de gestão, pode melhorar não apenas o acesso, mas a qualidade da assistência à saúde prestada à população”. A aprovação da CPMF, contudo, enfrenta resistências no Congresso Nacional e em amplos setores da sociedade.

ABORTO LEGAL A antropóloga Debora Diniz, professora da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, está elaborando uma ação, com argumentos científicos, jurídicos e políticos, em defesa do aborto legal em casos de microcefalia. A ação será encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ela liderou a ação vitoriosa, no tribunal, sobre a anencefalia,

cujas tramitações duraram oito anos. O pedido foi feito em 2004 e o STF só julgou em 2012.

Debora alega que a mulher não deve ser punida por uma falha das autoridades em controlar o *Aedes aegypti*. E diz que a ilegalidade do aborto e a falta de políticas de erradicação do mosquito ferem a Constituição em dois pontos: no direito à saúde e no direito à seguridade social. Segundo ela, abortos clandestinos são feitos sem cuidados médicos adequados e em número alarmante.

José Gomes Temporão, ex-ministro da Saúde do governo Luiz Inácio Lula da Silva entre 2007 e 2011, apoia a iniciativa. “Hoje, há apenas três possibilidades de realizar aborto legal no Brasil: na anencefalia, na gravidez decorrente de estupro e no caso de grave ameaça à saúde da mãe. Ainda assim há iniciativas no Congresso para se retirar algumas dessas possibilidades, o que representa voltarmos a uma época anterior a 1940, quando o Código Penal Brasileiro introduziu as duas

primeiras possibilidades: estupro e risco de vida para a mãe”.

CONSEQUÊNCIAS Temporão alerta para as consequências da proibição de abortos em casos de microcefalia. “A Síndrome do Zika Congênito pode significar retardo mental, convulsões, surdez, problemas graves de visão, problemas motores, entre outros que podem afetar o bebê durante toda a sua vida. Isso vai implicar cuidados especializados caros para os quais o Brasil não dispõe em

País tem uma história de epidemias

Desde a chegada dos portugueses, o Brasil enfrenta um quadro de doenças que atingem largos contingentes da população

O Brasil tem um histórico de epidemias. A primeira delas foi a varíola, em 1563. A partir daí, outras doenças advindas da Europa e da África desembarcaram no País, como malária, febre amarela, tuberculose e peste bubônica.

Em 1850, o Brasil foi atingido pela febre amarela. Por causa disso, criou-se a Junta Central de Saúde Pública, precursora do Ministério da Saúde. Na ocasião, chegou também ao país o conceito de medicina tropical.

Constantes e cada vez mais fortes, as epidemias afetaram as exportações. Quando isso ocorreu, as doenças se tornaram um problema do Estado. Os médicos concentraram suas pesquisas nas enfermidades prevalentes no trópico e foi inaugurada, em Salvador, a escola tropicalista baiana.

As epidemias grassavam no Rio de Janeiro, capital do País. A cidade vivia o pesadelo da febre amarela, da peste bubônica, da varíola e da tuberculose.

Em 1895, em visita ao Brasil, o navio Lombardia, da Marinha italiana, teve a tripulação devastada pela febre amarela. Dos 340 tripulantes, 333 contraíram a doença e 234 morreram. O Rio passou a ser evitado pelas

companhias de navegação, o que travou a exportação do café, uma das maiores fontes de divisas do país. Sem conseguir pagar sua dívida externa, o país enfrentou sérios problemas na balança comercial.

EPIDEMIAS E REVOLTA No início do século passado, o então presidente da República Rodrigues Alves nomeou o cientista Oswaldo Cruz para dirigir a Diretoria de Saúde Pública. Cruz estagiara em Paris e estava familiarizado com os progressos da microbiologia decorrentes dos trabalhos de Louis Pasteur. O sanitarista recebeu carta-branca para sanear o País, sobretudo o Rio, e acabar com as epidemias.

Cruz adotou as campanhas sanitárias e o modelo bem-sucedido aplicado pelos médicos militares em Cuba. Atacou o mosquito, reduziu a febre amarela e debelou a peste bubônica, doença causada por um micróbio transmitido pela pulga de ratos. Mas, no combate à varíola, para a qual havia uma vacina francesa, enfrentou problemas. A vacinação forçada resultou, em novembro de 1904, na

quantidade e qualidade suficiente para cobrir todo o país”.

Celina Turchi, médica e pesquisadora da Fiocruz de Pernambuco, acha que a epidemia de microcefalia está oferecendo ao país uma oportunidade única de discutir a questão reprodutiva da mulher e o aborto. “Em todo esse cenário de crise na saúde pública, temos algumas oportunidades. A primeira é a de melhorar a atenção à saúde reprodutiva das mulheres; a segunda, a de vencer essa distância de todas as classe sociais e proporcionar,

principalmente àquelas que têm menor acesso a serviços de saúde e à educação, um planejamento familiar com gravidez planejada e bem acompanhada; a terceira, a de levantar a discussão sobre a possibilidade de oferecer aborto da forma que é oferecido em outros países em casos de grandes malformações, sejam de origem genética ou infecciosa”, afirma.

Pedro Tauil, médico, professor e pesquisador do Núcleo de Medicina Tropical da UnB, tem opinião diferente. Ele acha que é preciso esperar antes de

se tomar uma decisão sobre o aborto em casos de microcefalia. “O diagnóstico é feito no último trimestre da gravidez. Nesse caso, não se trata nem de aborto, mas da interrupção da gestação. O aborto que a gente chama é relativo ao primeiro trimestre. Recomendar o aborto no primeiro trimestre de gravidez a uma mulher que teve Zika é um perigo, porque pode ser que a criança não tenha se infectado. Isso a medicina só saberá mais tarde. São aspectos polêmicos que precisam ser melhor discutidos”, defende. 

Revolta da Vacina. A entrada de agentes sanitários nas casas e boatos de envenenamento causado pelo medicamento deixaram a população em polvorosa. O resultado foram centenas de mortos e feridos.

Clementino Fraga acabou com a última grande epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro, em 1928, com a eliminação do mosquito. No início da década de 1940 chegou a vacina da febre amarela e, assim, com a vacina e o processo de eliminação do mosquito nas grandes cidades, o Brasil e outros países das Américas erradicaram a febre amarela nas áreas urbanas.

Só mais tarde, em 1955, o Brasil foi considerado livre do *Aedes aegypti*. A eliminação do mosquito foi o resultado de uma ação articulada da Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial da Saúde, iniciada em 1947. As duas instituições decidiram coordenar a ação no continente por intermédio do Programa de Erradicação do *Aedes aegypti* no Hemisfério Oeste.

O Brasil participou intensamente da campanha e teve êxito na primeira eliminação do vetor. O último foco do mosquito foi extinto no dia 2 de abril de 1955, na zona



A febre amarela no cotidiano carioca. Angelo Agostini, Revista Ilustrada, 9 de abril de 1886

rural do município de Santa Terezinha, na Bahia. Em 1958, o País foi considerado livre do vetor pela Organização Mundial da Saúde. A erradicação, no entanto, não se deu na totalidade dos países das Américas. O mosquito permaneceu na Venezuela, no sul dos Estados Unidos, na Guiana, México, Suriname e na região do Caribe e acabou reaparecendo nos países da América do Sul.

Tão importante quanto
amamentar seu bebê, é ter
alguém que escute você.



Conte com um profissional de saúde.

Ele vai escutar você e ajudar a tornar sua amamentação ainda mais tranquila.

O leite materno ajuda o seu bebê a crescer forte e saudável. Por isso, até os 6 meses, dê apenas o leite materno. Depois, ofereça alimentos saudáveis e continue amamentando até os 2 anos ou mais.

A amamentação é incentivada e apoiada pelo SUS. Procure uma unidade de saúde.

DISQUE SAÚDE

136

Ouvidoria Geral do SUS
www.saude.gov.br
www.sbp.com.br



Ministério da
Saúde

MELHORAR SUA VIDA, NOSSO COMPROMISSO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



/amamentacao



@minsaude



Implicação do vírus Zika na causalidade da microcefalia: evidências atuais

O Ministério da Saúde do Brasil declarou comprovada a implicação do vírus Zika na ocorrência do surto de microcefalia, ainda em novembro de 2015. Esta declaração foi subsidiada por informações da vigilância epidemiológica nacional e pela identificação deste vírus em amostras de bebês com malformações. Tratava-se de uma associação inesperada e inédita na literatura científica.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), ao declarar o evento como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em fevereiro de 2016, foi cautelosa e não assumiu a comprovação desta relação causal, embora tenha considerado a existência de uma “possível associação”. No mês seguinte, a OMS finalmente reconheceu a existência de um consenso científico sobre o envolvimento do vírus Zika na causalidade da microcefalia, com base nos resultados de estudos epidemiológicos, clínicos e biológicos disponíveis até então.

À luz dos resultados destes estudos, a aplicação dos critérios de causalidade de Bradford Hill, classicamente empregados por epidemiologistas, assim como dos critérios de Shepard para comprovação de teratogenicidade em humanos, indica a existência de uma relação causal. Inicialmente, foi observada uma associação temporal e geográfica entre a epidemia do vírus Zika e a ocorrência de microcefalia, no Nordeste brasileiro.

Esta observação levantou a hipótese da existência de uma associação entre uma exposição rara (vírus Zika) e um

defeito congênito raro (microcefalia). Em seguida, estudos de casos e estudos epidemiológicos comprovaram a exposição ao vírus Zika durante a gestação dos bebês com microcefalia.

Um estudo extremamente relevante para subsidiar o consenso foi a coorte prospectiva de gestantes, acompanhada por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, que mostrou forte associação entre infecção pelo vírus Zika durante a gestação e malformações fetais diagnosticadas por ultrassonografia. Os achados dos estudos brasileiros foram reforçados por aqueles de estudos retrospectivos realizados com dados da Polinésia Francesa, coletados em 2013-2014, à época da epidemia do vírus Zika naquele território.

A força da associação foi evidenciada, em ambos os estudos de coorte, pelo elevado risco de ocorrência de microcefalia entre nascidos de mães que tiveram infecção pelo vírus Zika, em comparação com filhos daquelas que não a tiveram. Outro critério importante é a consistência entre os achados destes dois estudos – no Brasil e na Polinésia Francesa – e também com relatos de casos. A temporalidade, critério fundamental, é verificada pelo fato de que a circulação viral e a infecção das gestantes antecederam a ocorrência das malformações.

No campo da biologia, estudo realizado por neurocientistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com células pluripotenciais humanas em laboratório, mostrou que o vírus Zika prejudicou severamente o crescimento das células

neurais. O comportamento encontrado foi inesperado, por ser distinto de outros flavivírus, a exemplo do vírus da dengue. Embora outros vírus estejam implicados na causalidade da microcefalia (como os vírus da rubéola, citomegalovírus e herpes zoster), o quadro de microcefalia associado ao vírus Zika é distinto daquele causado por outros agentes, o que confere especificidade. Enfim, é evidente a existência de um mecanismo biológico claro – neurotropismo viral – que confere plausibilidade à associação.

Os dados da vigilância epidemiológica do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos estudos realizados no Brasil foram fundamentais para a identificação do vírus Zika como agente causal da microcefalia. Trabalhadores da saúde e pesquisadores atuantes em todas as regiões brasileiras enviam esforços para responder rapidamente ao evento epidêmico. O consenso sobre a implicação do vírus Zika na causalidade da microcefalia foi extremamente relevante, mas este achado não encerra a necessidade de investigações, tendo em vista o seu envolvimento em outras complicações, como distúrbios neurológicos em bebês, Síndrome de Guillain-Barré e encefalomielite disseminada.

Com base nas evidências existentes até o momento, destaca-se a necessidade da continuidade de investimentos no SUS e em pesquisa, visando ao enfrentamento dos grandes desafios impostos pelo vírus Zika à saúde da população brasileira. **II**

Leila Posenato Garcia é técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea.



Assista ao filme
da campanha.

Baixe o leitor de
QR Code em seu
celular e fotografe
este código

MUDE DE ATITUDE
E AJUDE MUITA GENTE
A GANHAR A VIDA.



Separar o lixo úmido do seco facilita o trabalho dos catadores. Limpe as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de jogar fora.

Assim, mais material é aproveitado e reciclado. Você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais.

Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



A determinação social da microcefalia/Zika

A epidemia de microcefalia associada ao vírus Zika emergiu em outubro de 2015, como uma tragédia sanitária e humanitária no Brasil. Dois enfoques hegemônicos para a compreensão dessa epidemia reproduzem uma perspectiva biológica para a formulação do fenômeno: a abordagem biomédica para explicar os efeitos e o inseto vetor, como causa. Uma relação de causalidade direta.

A estratégia oficial de controle da epidemia é centrada no controle químico do *Aedes aegypti*. Essa estratégia é utilizada há três décadas, apesar de sua evidente ineficácia. Cabe perguntar: o inseto é mesmo o problema? Ao centrar toda a construção do discurso no combate ao *Aedes*, utilizando-se de uma linguagem de guerra, desloca-se o foco das condições que propiciam os criadouros. Responsabiliza-se a população por proliferar criadouros em suas casas, já que é dito que cerca de 90% desses são os reservatórios domiciliares de água.

Todo o discurso oficial está centrado no âmbito da reprodução biológica, no campo das práticas biomédicas. Contudo, sabe-se que a reprodução biológica é, em humanos, regulada ou determinada pela reprodução social. Há uma hierarquia na organização na história da vida, do biológico (átomo, molécula, célula, tecido, órgão, indivíduo) ao social (comunidade, tecno-economia, política pública, ecologia). Nesse nível da reprodução social emergem cultura, cosmologia, política, processos tecno-econômicos e políticas públicas como expressões do Estado. Nessa arquitetura da complexidade, o social é contexto do biológico. Compreender os processos sociais e como eles determinam a saúde é central para desvelar como as condições de vida, enquanto processos sociais, produzem processos biológicos. O

reduccionismo ocorre quando formulamos problemas ancorados apenas em uma ou outra dimensão.

Para compreendermos os processos sociais da microcefalia, precisamos incorporar a vida das pessoas, onde vivem e como vivem, como moram, qual infraestrutura e serviços utilizam. Incorporamos a história na formulação do problema, pois é a história da vida das pessoas e de sua ocupação do espaço urbano que produz essa epidemia.

Em Pernambuco, 97% dos nascimentos dos bebês com microcefalia se dão em hospitais do SUS. Infelizmente, isso significa que são pobres. E, ainda em Pernambuco, 77% das famílias estão na linha de extrema pobreza e, quando ligadas à rede de abastecimento de água, têm racionamento – o que ocorre a 30% da população de Recife –, baixíssima coleta de esgotos, coleta de lixo e drenagem inadequadas.

Os processos tecno-econômicos estão visíveis nas soluções dadas a partir da perspectiva biológica. Um grande mercado da epidemia: a indústria de agrotóxicos (venenos utilizados), vacinas, biolarvicidas, mosquitos transgênicos, mosquitos estéreis por radiação, mosquitos infectados por bactéria e a indústria de cosméticos (R\$ 300 milhões a serem comprados pelo governo federal em repelentes). Custos estes que devem ser incorporados aos orçamentos anuais.

As políticas centrais que determinam essa epidemia, além das políticas seculares que produziram a iniquidade, são as políticas urbanas: habitação, urbanização e saneamento. E estas políticas são, historicamente, implementadas de forma fragmentada, sem resolver o problema sanitário, nem de qualidade de vida das áreas pobres. A iniquidade

se dá na infraestrutura e nos serviços, como o racionamento de água no Recife, que só existe atualmente em áreas pobres. Não há razão técnica para isso. Outra política que reproduz esse modelo é a própria política de saúde, com ações desarticuladas entre as vigilâncias sanitária, epidemiológica e em saúde ambiental e entre estas e a Funasa que faz ações de saneamento.

Um efeito não desejável que a centralidade do controle químico produz é a desresponsabilização dos gestores, sobretudo estaduais e municipais. Dada a centralidade no controle químico, não há iniciativas de políticas públicas em ampliar a infraestrutura nem melhorar os serviços. Abaixo algumas propostas que apontam nesse sentido.

A longo prazo propomos: articular as políticas de saúde com as políticas urbanas; integrar as políticas de habitação, urbanização e saneamento ambiental, urbanizando e saneando áreas de habitação subnormal, e rever o modelo de controle de endemias, redefinindo o papel dos agentes de endemias, articulando-os com a atenção básica e instituindo o controle mecânico de vetores. A curto e médio prazos, as ações devem: centrar o foco da ação na eliminação dos criadouros; priorizar investimentos em melhoria da gestão dos serviços de saneamento, com foco na redução do racionamento do abastecimento; redirecionar as manobras na rede para as áreas mais vulneráveis, por equidade; reorientar os serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos sólidos para áreas mais vulneráveis; realizar mutirões emergenciais de limpeza urbana e articular as ações dos órgãos do Ministério da Saúde: vigilância epidemiológica e saúde ambiental e Funasa. **(I)**

André Monteiro Costa é engenheiro de Saúde Pública e pesquisador do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz de Pernambuco /FioCruz-PE



Os limites do preço do petróleo

Com o aumento de produção nos EUA e na Arábia Saudita, o óleo tem seu menor valor nominal dos últimos 12 anos e provoca crise em países produtores. As oscilações têm impactado o caixa de grandes companhias e gerado uma série de disputas políticas e econômicas. Se para o consumidor final a queda representa uma boa notícia, para a economia petroleira gera preocupação

Murilo Machado – de São Paulo



Uma reviravolta acontece no mercado internacional de petróleo há pelo menos dois anos. Depois de atingir um pico de US\$ 110, em fevereiro de 2014, o preço do barril *brent* (qualidade de referência definida pelo campo de Brent no Mar do Norte) começou a desabar. Um ano depois, o óleo era comercializado pela metade do valor. No início de 2016, os negócios eram fechados a menos de US\$ 30 o barril. O recorde nominal histórico nos preços aconteceu em julho de 2008, quando o barril foi transacionado a mais de US\$ 145.

Os efeitos de tal variação foram crises em países produtores – em especial Rússia, Irã e Venezuela –, uma situação de pressão sobre a nova modalidade de exploração nos Estados Unidos, a partir de rochas de xisto, cara e agressiva ao meio ambiente.

O que aconteceu com o mercado?

O livro de José Mauro Morais, editado pelo **Ipea**, apresenta um ótimo panorama dos fatores que conduziram a Petrobras à liderança na produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, levando em conta aspectos históricos, políticos, tecnológicos e de opções de Estado, desde o início do século XX, no Brasil (disponível em www.ipea.gov.br)

145 dólares

foi o preço recorde do barril de petróleo quando comercializado em julho de 2008

“Houve uma conjunção de fatores que provocou a queda”, avalia o economista José Mauro de Morais, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** e autor do livro *Petróleo em Águas Profundas*.

OFERTA E DEMANDA Uma das explicações é o aumento da oferta e expectativa de diminuição do consumo de forma simultânea, ainda que o petróleo tenha uma demanda pouco elástica.



Pelo lado da oferta, a grande novidade recente foi a produção nos EUA. Entre 2012 e 2015, o país (maior consumidor e, até então, o maior importador mundial) se tornou o principal produtor de petróleo do mundo, por meio da extração não convencional de óleo nas rochas de xisto (ver box na página 51). Aumentou sua produção de 10 milhões para surpreendentes 14 milhões de barris por dia, ultrapassando a Rússia e a Arábia Saudita. Esse adicional de quatro milhões de barris equivale ao que Nigéria, Angola e Líbia produzem conjuntamente no mesmo período.

O Iraque também aumentou seus números, mesmo no cenário de queda de preços, atingindo seu recorde: passou de 3,3 milhões de barris diários, em 2014, para 4,3 milhões no final de 2015.

O professor Igor Fuser, da Universidade Federal do ABC (UFABC), autor do livro *Petróleo e Poder* (Editora Unesp, 2008), faz avaliação semelhante. Para ele, o aumento da oferta impactou o preço, impulsionado pelo papel dos Estados Unidos como produtor.

Ao mesmo tempo, a economia chinesa – a segunda maior consumidora de petróleo do mundo – deu sinais de desaceleração. Em maio de 2012, o noticiário internacional mostrava que, pela primeira vez em três anos, a demanda do gigante asiático por petróleo registrava uma queda. Em 2013, houve o menor aumento em duas décadas. Para 2016, a previsão ainda é de que não haja aumento dessa demanda.

SAUDITAS EM CENA Em 2014, uma decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), capitaneada pela Arábia Saudita, acelerou a derrubada dos preços em escala global. Mesmo com a queda vertiginosa do preço do barril e a mudança de status dos EUA, o país optou por aumentar a sua produção.

“Naquele momento, a Arábia Saudita precisava dar um sinal, e ela incrementou a produção”, afirma Giorgio Romano, coordenador do

Bacharelado em Relações Internacionais da UFABC.

O ato foi recebido com surpresa pela comunidade internacional.

Desde 1973, a posição da OPEP sempre foi a de desacelerar a produção – através de uma política de cotas para cada país-membro – quando surgiam sinais de queda nos preços, de modo a diminuir a oferta e reequilibrar as cotações. “A Arábia Saudita resolveu cruzar os braços diante da queda dos preços”, opina Igor Fuser. Segundo o

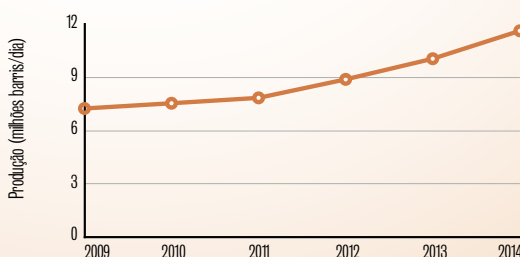
pesquisador, duas hipóteses ajudam a explicar essa decisão. “Na área econômica, seria uma manobra para limitar a expansão do xisto, através de uma concorrência predatória. Com o preço baixo, não há mais estímulo para se produzir a partir do xisto, porque se trata de um investimento caro”. Já na área política, a deliberação se relacionaria ao interesse de criar dificuldades ao Irã e à Rússia, em função das disputas geopolíticas travadas pelos dois países frente aos sauditas.

Maiores produtores de petróleo do mundo, em 2014 (barris por dia)



Em 2014, a produção de petróleo cresceu 15,9% nos Estados Unidos, enquanto a do Brasil avançou 2%

Evolução da produção de petróleo dos EUA entre 2009 e 2014



Fonte: BP Statistical Review of World Energy 2015; para o Brasil, ANP/SDP

Os custos de produção na Arábia Saudita são relativamente baixos. Isso se deve a poços já antigos e ao fato de a região não demandar muitos investimentos novos em prospecção. O fenômeno coloca o país em vantagem em relação a outros, onde os custos são mais elevados, como Irã, Rússia e Venezuela. Na verdade, a decisão política de Riad estabelece uma quebra do pacto produtivo acertado entre os países da OPEP.



Os Estados Unidos se consolidaram como maior produtor de petróleo graças à extração de óleo das rochas de xisto, definindo uma nova geografia de poder em torno da *commodity*

O MAIOR PRODUTOR “Por que estão tristes?”

Há um oceano inteiro de petróleo debaixo de nossos pés. Ninguém pode tirá-lo de lá, exceto eu!”, bradou Daniel Plainview (Daniel Day-Lewis), personagem protagonista do premiado *Sangue Negro* (direção de Paul Thomas Anderson, 2008), após um de seus campos recém-descobertos arder em chamas. Na virada do século XIX para o século XX, o personagem Plainview descobre um subsolo repleto de petróleo em uma pequena cidade no Oeste norte-americano. Segue para

lá com seu filho, ainda uma criança, e logo estabelecerá uma tensa relação com a comunidade local em busca do ouro negro.

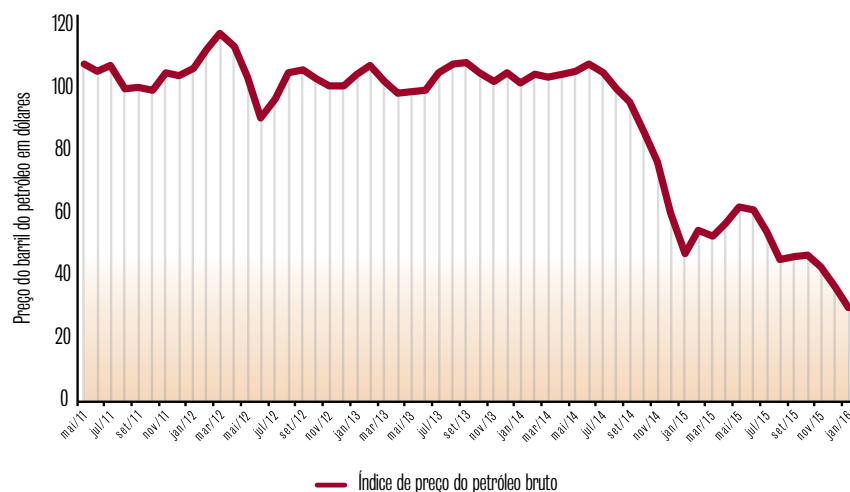
Mais de um século depois, já em cenário nada ficcional, os Estados Unidos se tornam maior produtor de petróleo no mundo, à frente da Rússia, Arábia Saudita e Irã. Nos últimos anos, esse feito se consolidou graças à extração de óleo das rochas de xisto, definindo uma nova geografia

de poder em torno da *commodity*. E a exemplo de Daniel Plainview, ninguém pode tirá-lo de lá, pois atualmente só aquele país domina a tecnologia e os recursos necessários para tanto.

MATRIZ PLANETÁRIA A história do mundo no século XX poderia ser contada através da disputa por recursos naturais. Em especial por combustíveis fósseis – gás natural, carvão mineral e petróleo. Desde que se descobriu o uso do petróleo como fonte de energia, a partir de meados do século anterior, ele se transformou em uma das principais riquezas e a base de grande parte da matriz energética planetária. Ônibus, tratores agrícolas, aviões e navios são, por exemplo, meios de transporte essenciais para o funcionamento de qualquer economia do mundo, e totalmente dependentes de derivados de petróleo.

No século XXI, a história não se desenvolve de forma diversa. O petróleo deve ainda se manter como principal modalidade, apesar de crescentes preocupações ambientais.

Gráfico 1: Variação do preço bruto do petróleo de 2011 a janeiro de 2016



Fonte: FMI (Fundo Monetário Internacional)

Estima-se que a queima do carbono derivado de combustíveis fósseis seja uma das principais causas do aquecimento global. E, de acordo com o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), grupo de pesquisadores criado pela ONU, seria necessário reduzir pelo menos em 40% as emissões de gás carbônico entre 2040 e 2070 para que a temperatura da Terra não ultrapasse mais 2°C.

“É impossível imaginar um mundo em que você não use o petróleo”, explica o economista José Mauro de Moraes, do **Ipea**. Atualmente, o petróleo responde por 32% do consumo de energia. Em seguida, vem o carvão (28%), depois o gás natural (24%), mais adiante a energia nuclear (4%) e a hidrelétrica (5%). No fim da linha estão as fontes de energia renováveis, com 5%.

QUEM DETERMINA O PREÇO Outro fator que influencia o preço do petróleo são os estoques mundiais. Nos últimos quatro anos, segundo Moraes, eles foram se elevando em decorrência do aumento da produção. Já quando houve a queda mais acentuada dos preços, essas reservas, principalmente dos EUA, cresceram relativamente ainda mais.

Por isso, ao fixar os preços no mercado, os analistas sempre observam o nível de estoque nos Estados Unidos. “Toda vez que há uma notícia de queda do estoque, o preço aumenta”, afirma o pesquisador do **Ipea**.

Pelo fato de o mercado funcionar com base em expectativa, Fuser argumenta que a tendência é que os preços subam – não se sabe quando, nem se

alcançarão novamente o patamar de três dígitos. “Os baixos preços inibem investimentos. Como o petróleo é um bem não renovável, a tendência é que, com o passar do tempo, se reduza a reposição das reservas, que vão se esgotando”.

A grande questão é quando os preços voltarão a subir. Embora os analistas afirmem que isso seja inevitável no longo prazo, em abril de 2016 a agência de classificação de risco Moody’s rebaixou a nota de crédito de três das maiores companhias de energia do mundo.

Enquanto Chevron



Depois de atingir um pico de US\$ 110, em fevereiro de 2014, o preço do barril começou a desabar. Um ano depois, o óleo era comercializado pela metade do valor. No início de 2016, os negócios eram fechados a menos de US\$ 30 o barril

e Shell tiveram suas notas reduzidas em um nível, a Total caiu dois níveis. Segundo a agência, espera-se que os preços globais do petróleo continuem fracos no médio prazo, já que os altos estoques estão recuando lentamente.

ESPECULAÇÃO E NOVO PAPEL DA OPEP À recente superprodução norte-americana, combinada à desaceleração da economia mundial nos últimos anos, é importante acrescentar as expectativas dos agentes econômicos na formação dos preços. Para Giorgio Romano, “o barril está exageradamente baixo, num sentido inverso de exageros altistas de outros períodos”.

“O preço alto de anos atrás não expressou escassez. O valor de US\$ 100 o barril era evidentemente especulativo. Estamos falando de mercados futuros, nos quais são transacionados volumes de petróleo dez vezes superiores em relação à oferta e demanda. O ânimo nesses mercados determina os preços. E quando o mundo estava lá, em euforia, os preços apresentaram um fenômeno conhecido como *overshooting*”, defende Romano.

Da mesma forma, segundo o professor, os preços nos patamares atuais refletem mais as expectativas dos investidores quanto aos níveis de produção e estoque da *commodity*, uma vez que, pelos fundamentos, não é possível explicar uma queda tão acentuada.

Em função dos preços baixos e da produção menos dependente da OPEP, é natural que o cartel tenha menor poder de barganha em relação a um passado recente. A participação da Organização na produção mundial, que já foi maior do que 50%, hoje está perto de 30%.



geral. A queda beneficia o consumidor, por exemplo, dos EUA, que tem mais renda para gastar e que usa bastante combustível nos seus carros. Mas o estrago que o preço baixo provocou nas indústrias foi muito intenso”.

Entre os países, o caso mais emblemático é o da Venezuela. A expressão “maldição do petróleo”, criada pelo venezuelano Juan Pablo Pérez Alfonso (1903-1979), fundador da OPEP, caracteriza a situação de um país que praticamente só apresenta essa mercadoria em sua pauta de exportações. Outros produtores, como Rússia e México, enfrentam dificuldades econômicas. A crise também chegou a Angola, país membro da OPEP.

Além dos efeitos negativos para os países e seus orçamentos, muitas companhias têm fechado as portas ou reduzido seu tamanho, quando não são engolidas pelas multinacionais. Um relatório da consultoria CreditSights, especializada em analisar dívidas corporativas, apontou que quase metade das empresas norte-americanas no setor de óleo e gás poderá falir até 2017.

No Brasil, a situação não é muito diferente. Os preços baixos impactaram decisivamente no caixa da Petrobras, que também sofreu as consequências da escalada do dólar ante o real. “A produção da Petrobras é em reais, mas todos os seus gastos são em dólar”, lembra Giorgio Romano.

Por mais que alguns propaguem a ideia de que estamos no limiar de um mundo de economia limpa e não dependente de combustíveis fósseis, os fatos nos escancaram: até onde é possível perceber, seguiremos vivendo num mundo regido pelo “oceano de petróleo” de que nos fala o filme *Sangue Negro*. 

Isso não significa, porém, que a OPEP esteja fadada à irrelevância. Primeiro, porque a produção nos poços tradicionais pode ultrapassar os 50 anos, ao passo que, nos de xisto, dificilmente ultrapassam 10 ou 15 anos – a partir desse ponto, a extração começa a minguar e, em geral, buscam-se outras fontes para se ter novo aumento na produção. Em segundo lugar, a Organização pode se associar a diversos produtores nas tomadas de decisão. “Quando ela se reúne com a Rússia, que é o terceiro maior produtor mundial, ganha uma força, pois a participação da OPEP e de outros países não pertencentes a ela aumenta muito o poder de barganha”, argumenta Moraes, do Ipea.

Prova disso foi a reunião entre ministros da Arábia Saudita, Rússia, Venezuela e Catar, realizada em Doha, em fevereiro de 2016. Do encontro selou-se o acordo de estabilizar as produções nos níveis de janeiro, a fim de estancar a enorme queda nos

No Brasil, os preços baixos impactaram decisivamente no caixa da Petrobras, que também sofreu as consequências da escalada do dólar ante o real

preços. Apesar de modesta (não se falou em queda da produção), a decisão imediatamente provocou aumento no preço do barril.

QUEM GANHA, QUEM PERDE Os países que geralmente ganham com a queda dos preços do petróleo são os grandes importadores e dependentes da *commodity*, que podem aproveitar para impulsionar seu crescimento econômico.

Mas, para Moraes, em linhas gerais, pode-se dizer que o petróleo com preço muito baixo não interessa a quase ninguém. “Provoca uma perda de renda e de emprego, de produção enorme nos países produtores em

Xisto e fraturamento hidráulico

Xisto é um nome utilizado para identificar rochas sedimentares e muito porosas, ricas em material orgânico e fruto de transformações de resíduos vegetais sofridas durante milhões de anos.

Delas é possível extrair gás e petróleo por vias não tradicionais, uma vez que a forma de produção e o próprio reservatório são diferentes. Em razão da porosidade das rochas, é preciso realizar o fraturamento dessas cavidades com água para que o gás saia, em uma técnica conhecida como fraturamento hidráulico – ou *fracking*, no termo em inglês. Por estar comprimido, esse gás é de extração complexa e requer alta tecnologia para perfuração, que ocorre, inicialmente, de modo vertical.

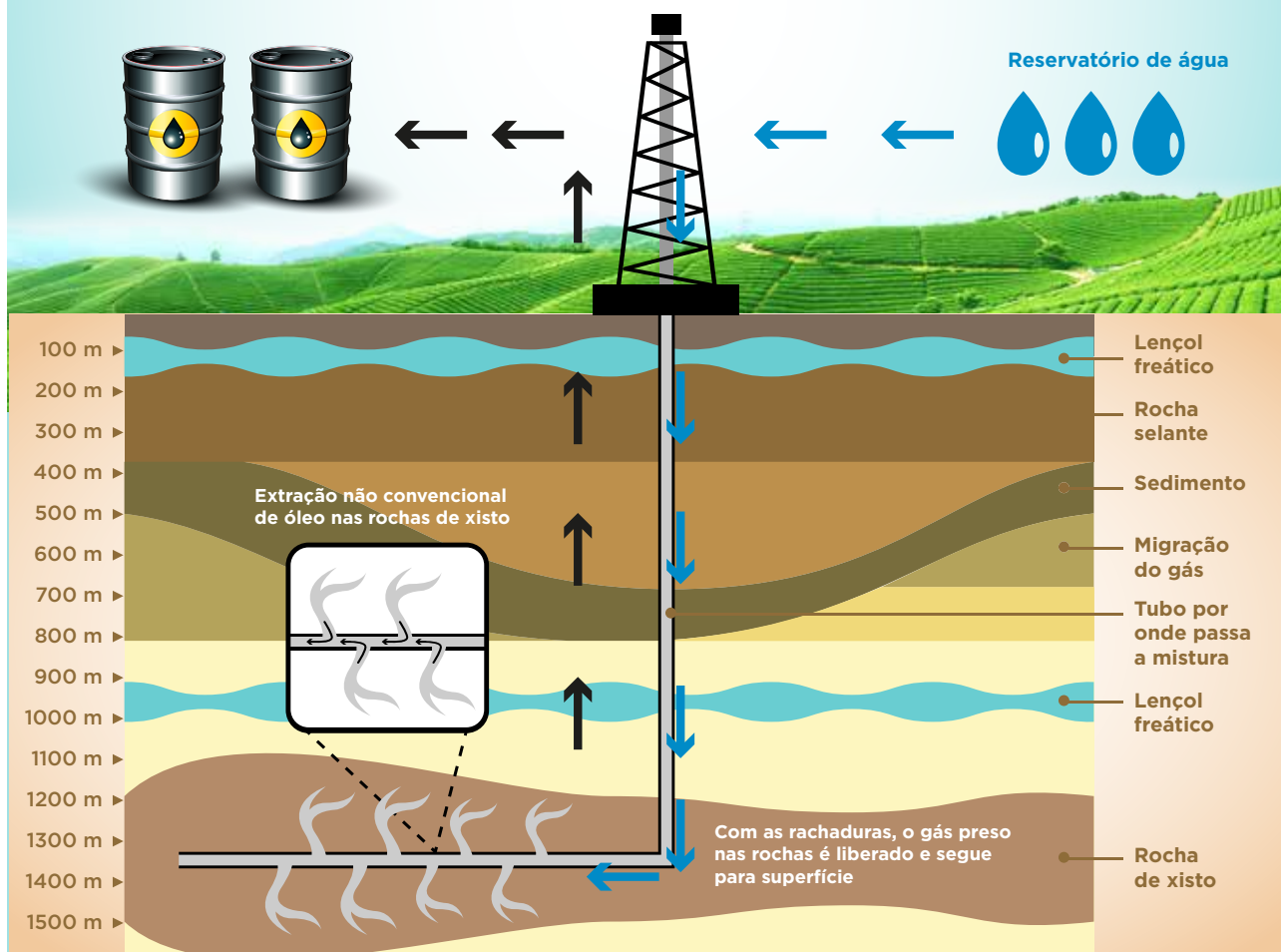
Quando alcançada a profundidade desejada, que pode chegar a mais de três mil metros, a broca é rota-

cionada em 90°, ganhando um sentido horizontal, e continua perfurando por centenas de metros.

Ao aparecimento das primeiras formações rochosas, tem início o fraturamento.

Por meio da tubulação, despejam-se grandes quantidades de água e solventes químicos comprimidos, sob alta pressão, o que provoca explosões e fragmentação das rochas. Da mesma forma, são injetadas grandes quantidades de areia a fim de evitar que o terreno ceda.

Segundo ambientalistas, a extração do óleo de xisto, além de provocar grande desperdício de água, pode causar contaminação do solo, de lençóis freáticos, rios e lagos, impactando faunas e floras locais em razão dos produtos químicos utilizados. Adicionalmente, alerta-se para as emissões de gases de enxofre envolvidas no processo e para o risco de combustão espontânea.

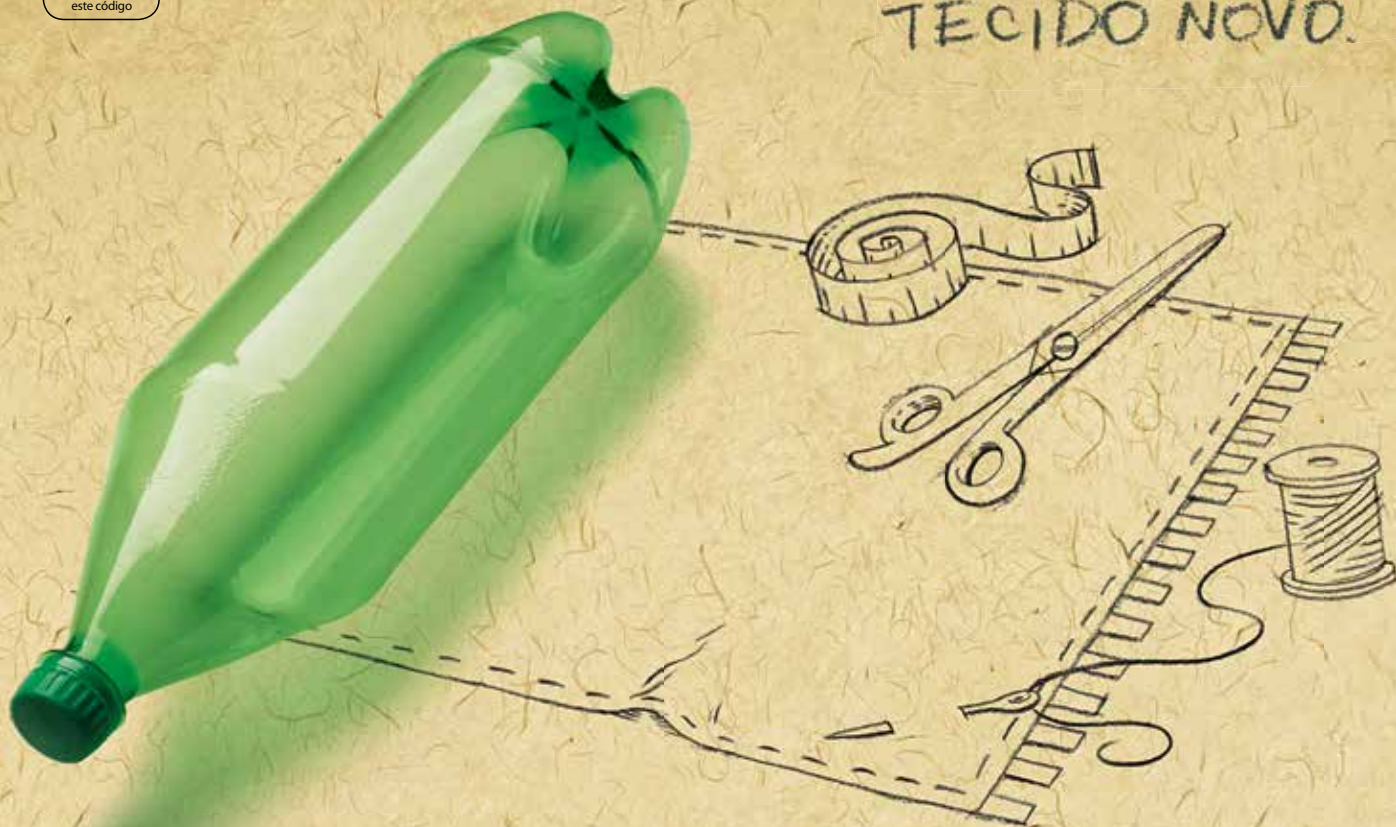




Assista ao filme
da campanha.

Baixe o leitor de
QR Code em seu
celular e fotografe
este código

PLÁSTICO VELHO
PODE VIRAR
TECIDO NOVO.



Garrafa PET vazia tem valor líquido e certo: reciclada, vira tecido, madeira sintética ou plástico novo de novo. Separar o lixo facilita o trabalho dos catadores e aumenta o material aproveitado. Principalmente se você limpar as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de descartá-las. Mude de atitude. Assim, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



O agronegócio brasileiro e o desenvolvimento sustentável

O agronegócio brasileiro exerce papel essencial no crescimento econômico ampliado, pois os efeitos de transbordamento não se limitam ao próprio mercado de produção de alimentos, mas envolvem outros agentes e processos, desde a obtenção dos insumos até a disposição final do produto. Pode-se mencionar que o fomento do agronegócio se relaciona nas várias perspectivas (econômica, social e ambiental) do desenvolvimento sustentável.

É inegável que o setor corrobora favoravelmente com a situação econômica e social do País, mas enfrenta importantes desafios sobre a dicotomia entre aumento da produção e redução de impactos ambientais. Os avanços tecnológicos têm sido aliados nesse sentido. Ainda que distante do nível tecnológico dos países desenvolvidos, a produtividade do setor tem aumentado rapidamente nas últimas duas décadas. Com isso, tem-se observado uma redução da pressão de desmatamento no Brasil.

Desafios relacionados à harmonização e equilíbrio entre as perspectivas se intensificaram a partir dos acordos realizados entre as superintendências dos países da ONU e organismos internacionais em prol da conservação do meio ambiente. Com o intuito de se criar uma forma de consumo sustentável, em 2002, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, no momento em que foram discutidos os resultados da Rio 92, aprovou-se o Plano de Johannesburgo, com a proposta da elaboração de um conjunto de programas de apoio e fortalecimento das iniciativas regionais e nacionais para promoção de

mudanças nos padrões de consumo e produção.

Como resultado das discussões em reunião realizada com chefes de Estado, em 2003, na cidade do Marrocos, o Processo Marrakesh surgiu com o objetivo geral de contribuir para tornar os padrões e níveis de consumo e produção mais sustentáveis por meio de um Marco de Programas, com duração de dez anos. Discussões maiores surgiriam após adoção do Protocolo de Kyoto, que condicionou reduções de emissão de CO₂, para os países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento, por não terem poluído significativamente no passado, a princípio ficaram isentos de metas de redução de emissão.

Com a finalidade de assegurar um comprometimento político renovado nos âmbitos econômico, social e ambiental, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) foi sediada pelo Brasil em junho de 2012, 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. O documento resultante reafirmou princípios da Rio 92, porém não determinou metas sobre os diversos tópicos envolvidos nos principais temas: economia verde e governança.

Em dezembro de 2015, na 21ª Conferência do Clima (COP 21), ocorrida em Paris, houve consenso para redução de emissões dos gases de efeito estufa, a fim de minimizar o aquecimento global, limitado ao aumento de 1,5° C até 2100. Os resultados desse mais recente consenso priorizam no Brasil as energias renováveis, a agricultura de baixo carbono e a restauração florestal. Além disso,

o acordo prevê um apoio financeiro, com piso de US\$ 100 bilhões por ano, aos países em desenvolvimento, tendo em conta as suas necessidades e prioridades. O documento também ressalta o papel importante do setor agropecuário quanto à salvaguarda alimentar em contrapartida das vulnerabilidades particulares dos sistemas de produção aos impactos adversos da mudança climática.

A maior regulação por parte do Estado das atividades e das políticas ambientais leva o setor de agronegócio a se mobilizar em prol de ações de desenvolvimento sustentável. Essas ações possuem um diferencial competitivo no mercado e uma maior valorização das marcas, considerando a adesão da sociedade à nova consciência socioambiental e às influências originadas por países demandantes de produtos agropecuários, com menor impacto sobre os recursos naturais. O novo Código Florestal brasileiro limita o avanço das fronteiras agrícolas ao passo que induz o aumento da produtividade. É necessário propor estudos mais específicos, que possam verificar o impacto produtivo ao longo da cadeia, na busca de maior eficiência.

Deve-se ressaltar que há muito espaço para se melhorar a produtividade e a eficiência dos setores econômicos nacionais. Foi-se o momento em que o desenvolvimento nacional estava desalinhado com as questões ambientais. O agronegócio não sobrevive sem a sustentabilidade produtiva. 

Mari Aparecida dos Santos é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da ESALQ/USP e bolsista do PNPD, **Ipea**.

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur), **Ipea**.

Turbulência global não tem prazo para terminar

O cenário econômico internacional segue apresentando sinais preocupantes, em especial para os países emergentes. A desaceleração chinesa, a queda nos preços das *commodities*, a elevada volatilidade dos mercados financeiros e a desvalorização das moedas nacionais tendem a criar dificuldades para uma recuperação no curto prazo

Marcos Antonio Macedo Cintra¹ – Brasília



¹ Marcos Antonio Macedo Cintra é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais (Dinte) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Sete anos após a crise financeira sistêmica, desencadeada pela desvalorização dos ativos associados com as hipotecas de alto risco (*subprime*), a economia internacional persiste apresentando baixas taxas de crescimento, com elevada instabilidade financeira e tendência à deflação de preços, seja das *commodities*, seja dos bens industrializados, dado o excesso de oferta de produtos e de capacidade ociosa instalada em diversos setores manufatureiros.

O Fundo Monetário Internacional (*World Economic Outlook* – Update, 2016) estimou a taxa de crescimento da economia mundial em 3,1% em 2015, com os países desenvolvidos se expandindo 1,9% e os países em desenvolvimento, 4%. Para 2016, projetou uma expansão de 3,4% da economia mundial, de 2,1% dos países desenvolvidos e de 4,3% dos países em

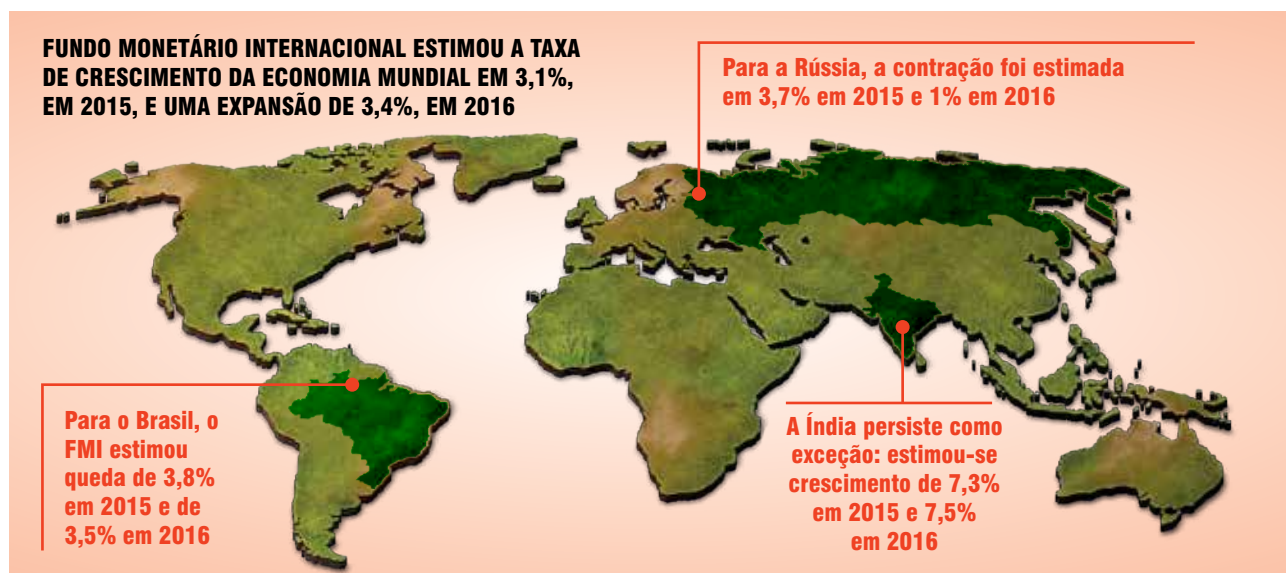
desenvolvimento. As projeções reiteram que desde 2012 a economia mundial vem apresentando baixo dinamismo, em torno de 3% ao ano, concentrada nos países em desenvolvimento, sem configurar motores capazes de sustentar um ciclo de expansão com a duração e a profundidade do que ocorreu entre 2003 e 2007, quando a economia mundial cresceu a taxas superiores a 5%.

DIFICULDADES NO CRESCIMENTO Além das dificuldades em se retomar o crescimento sustentável nas economias desenvolvidas – Estados Unidos, União Europeia e Japão –, a despeito de políticas monetárias muito agressivas – afrouxamento monetário e taxas de juros próximas de zero desde 2008¹ –, as economias

¹ Na verdade, alguns bancos centrais estão adotando taxas de juros negativas nos depósitos realizados pelos bancos, a fim de forçá-los a emprestar: Japão, -0,1% ao ano; Suécia, -0,35% ao ano; Suíça, -0,75% ao ano; zona euro, -0,3% ao ano.

emergentes estão sendo empurradas para o torvelinho da crise: contração da demanda puxada pela desaceleração da China, queda nos preços das principais *commodities*, elevada volatilidade dos mercados financeiros, desvalorização das moedas, fuga de capitais desde a sinalização de alta da taxa de juros básica nos Estados Unidos, contração do crédito. Esse conjunto de fatores arrasta parte significativa dos países em desenvolvimento para um período de recessão ou de baixo dinamismo econômico. Para o Brasil, o FMI estimou queda de 3,8% em 2015 e de 3,5% em 2016; para a Rússia, a contração foi estimada em 3,7% em 2015 e 1% em 2016. A Índia persiste como exceção: estimou-se crescimento de 7,3% em 2015 e 7,5% em 2016.

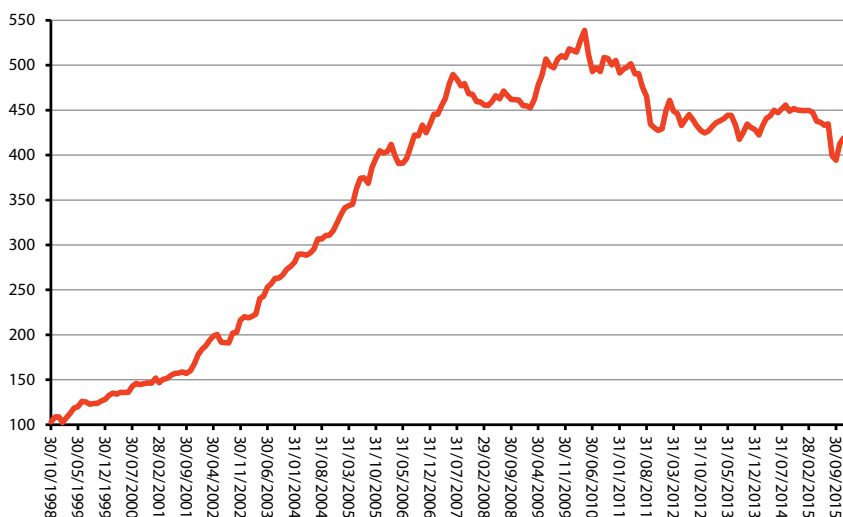
Segundo documento divulgado pelo Instituto de Finanças Internacionais (*Institute of International Finance*, 2016),



a fuga de capitais de 30 economias emergentes alcançou US\$ 735 bilhões em 2015, sendo liderada pela China. Diante de um maior grau de abertura da conta capital da economia chinesa, as incertezas sobre as perspectivas de crescimento, sobre as bolsas de valores e sobre a desvalorização da moeda desencadearam uma fuga de capitais da ordem de US\$ 460 bilhões, a despeito de um superávit na balança comercial de US\$ 595 bilhões.² Para 2016, as expectativas apontam para uma fuga de capitais dos países emergentes de US\$ 448 bilhões.

Outro indicador do aumento da aversão ao risco das economias emergentes constitui a redução nas operações de *carry trade*, nas quais investidores captam recursos em países com taxas de juros mais baixas (iene, euro ou dólar) e aplicam em papéis de países com retornos mais atrativos (real brasileiro, peso mexicano, rand sul-africano ou lira turca, entre outras). Como envolve investimentos em ativos lastreados em moedas locais, o risco da operação corresponde a uma valorização da divisa de financiamento em relação às que recebem essas transações. O índice UBS V24 Carry – que mede os retornos das operações de *carry trade* de uma cesta com 24 moedas – caiu 14,14% desde o pico recente, em agosto de 2014, segundo levantamento do economista José de Castro. Desde a máxima de maio de 2010, registrou queda de 27,37% (gráfico 1).

Gráfico 1 – UBS V24 Carry Index



Fonte: Bloomberg Intelligence.

Segundo documento divulgado pelo Instituto de Finanças Internacionais, a fuga de capitais de 30 economias emergentes alcançou US\$ 735 bilhões em 2015, sendo liderada pela China

financeira sistêmica de setembro de 2008, deve se prolongar ainda mais, revelando-se mais longa do que muitos poderiam imaginar.

PERSPECTIVAS PREOCUPANTES Neste início de 2016, as perspectivas para os países em desenvolvimento se deterioraram ainda mais diante das transformações estruturais em curso na economia mundial, tema extremamente debatido no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, no evento de meados de janeiro. Para Klaus Schwab (2015), a Quarta Revolução Industrial promove uma “fusão de tecnologias, borrando as linhas divisórias entre as esferas físicas, digitais e biológicas”. Ela fomenta a inteligência artificial, a robótica, a impressão 3D, os drones, a nanotecnologia, a biotecnologia, a estocagem de dados (big data) e de energia, os veículos autônomos, os novos materiais, a internet das coisas etc.

Relatório do banco de investimento suíço UBS (2016, p. 3), por sua vez, defende que a Quarta Revolução

Neste cenário de elevada instabilidade dos países emergentes, cresce o risco de uma desaceleração nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, desencadeada pelas perspectivas de alta das taxas de juros americanas (em dezembro de 2015, a taxa básica foi elevada em 0,25%) e de valorização do dólar. Assim, a deterioração dos mercados financeiros, os impactos da desaceleração na China, a queda do preço das *commodities*, sobretudo do petróleo, no início de 2016, introduzem o risco de uma nova recessão global. A Grande Recessão, como tem sido denominada a dinâmica da economia mundial desde a crise

² Os dados da Bloomberg Intelligence (2016) sinalizam para uma fuga de capitais da China em proporção muito maior — US\$ 1 trilhão em 2015 —, o que ilustra a dimensão da batalha travada pelas autoridades econômicas para sustentar a cotação do renminbi. O estoque de reservas reduziu para US\$ 3,33 trilhões, registrando uma perda de US\$ 513 bilhões. Sobre as especificidades do processo de desenvolvimento e de abertura financeira na China, ver, entre outros Aglietta (2015a e 2015b), Cintra, Silva Filho e Pinto (2015) e Cintra e Martins (2013).

Industrial está ancorada em duas forças. “A primeira é a automatização extrema, produto de um crescente papel para a robótica e a inteligência artificial nos negócios, governo e vida privada. A segunda, extrema conectividade, aniquila a distância e o tempo como obstáculos à comunicação cada vez mais ampla e mais rápida entre os seres humanos, entre seres humanos e máquinas e entre máquinas e máquinas”. Com efeito, a criação da plataforma Uber, por exemplo, somente foi possível pelo aumento explosivo de aparelhos portáteis conectados à internet. Facebook, WhatsApp, Snapchat, Twitter e Instagram passaram a desempenhar papel crucial na interação dos cidadãos em todo o mundo.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL O secretário-geral adjunto da Cepal Antonio Prado (2015) destaca os potenciais da inteligência artificial: “Um grupo de pesquisa descobriu uma nova proteína para o combate de determinados tipos de câncer, apoiado pelo sistema Watson [da IBM]. O supercomputador fez uma revisão de mais de 100 mil estudos sobre o assunto e descobriu a nova proteína, posteriormente confirmada pelos cientistas humanos. Vejam, um *software* e um supercomputador fizeram a descoberta. Mais do que jogar xadrez ou ser um grande especialista em charadas televisivas, Watson faz ciência. Nenhum grupo de cientistas seria capaz de revisar uma literatura tão ampla para chegar a essa conclusão. Esses sistemas hoje fazem traduções simultâneas, respondem perguntas em celulares, substituem médicos, advogados, contadores, policiais, economistas, operadores de mesa de bolsas,



professores, assistentes *on-line*. Mas isso é apenas o começo”.

O aumento da capacidade de processamento e, simultaneamente, de redução de custos das análises dos supercomputadores se revela, por exemplo, no custo para o sequenciamento de um genoma: de US\$ 100.000 em 2001 caiu para US\$ 5.000 em 2014 e US\$ 1.400 em 2016 (UBS, 2016, p. 12). A capacidade de armazenamento de dados digital tem dobrado a cada

dois anos. O universo digital deverá atingir 44 zetabytes (ZB) até 2020, um aumento de 50 vezes o montante de 2010. Isso equivale a 318 iPhones (32 GB) por família (UBS, 2016, p. 30).

A venda mundial de robôs atingiu 255 mil unidades em 2015, 12% a mais do que no ano anterior, segundo a pesquisa World Robotics, da Federação Internacional de Robótica (International Federation of Robotics – IFR). Espera-se um salto nas vendas para 400 mil



Um dos impactos mais importantes da Quarta Revolução Industrial deverá ser no mercado de trabalho

CADEIAS PRODUTIVAS CURTAS Isso significa que as cadeias produtivas tenderão a se encurtar, desencadeando outro período de verticalização da produção de alta tecnologia e de distribuição das tecnologias mais simples. Já se observa, por exemplo, um retorno de fábricas (*onshoring*) para os Estados Unidos. Projeta-se ainda que este novo cenário econômico pode fortalecer o dólar, como moeda de pagamentos e de reserva internacional, em razão das vantagens competitivas detidas pelos Estados Unidos com as tecnologias – e a propriedade intelectual – da Quarta Revolução Industrial.

Enfim, baixo dinamismo no curto prazo e mudança estrutural no médio e longo prazo constituem desafios gigantescos colocados aos países em desenvolvimento: alguns poderão avançar; outros se distanciarão ainda mais dos países desenvolvidos; uns provavelmente sucumbirão. A China, por exemplo, planeja se transformar na maior produtora de semicondutores em 2030, com investimentos estimados entre US\$ 100 bilhões e US\$ 150 bilhões anunciados em 2014, para dominar a tecnologia de design, de fabricação e de empacotamento de *chips*, informa *The Economist*.

A secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), Alícia Barcena, argumenta que “vivemos não uma época de mudanças, mas uma mudança de época” (Prado, 2015). Isso significa transformações das estruturas, dos paradigmas técnico-científicos, da dinâmica econômica global. Enfim, mudanças que ocorrem dentro das estruturas e que transformam a própria estrutura. 

em 2018. A Ásia, em especial China e Coreia do Sul, responde por 60% das vendas. Japão, Estados Unidos e Alemanha completam o grupo dos que mais incorporam robôs nas linhas de produção (Rodrigues, 2016). O advento dos *cobots*, ou robôs colaborativos, capazes de se “movimentar” e de interagir sem a necessidade de posições fixas, tem potencial para trabalhar muito mais nas cadeias produtivas do que os trabalhadores humanos menos qualificados.

Dessa forma, um dos impactos mais importantes da Quarta Revolução Industrial deverá ser no mercado de trabalho. Relatório preparado pelo Fórum Econômico Mundial, com base em pesquisa em 15 grandes economias desenvolvidas e em desenvolvimento, projeta uma perda líquida de 5 milhões de empregos até 2020, sendo a perda de 7,1 milhões de empregos compensada pela criação de 2,1 milhões de empregos em áreas mais especializadas, tais como computação, matemática, arquitetura, engenharia, mídia e entretenimento,

indicam estudos de Assis Moreira, Daniel Ritt e Oliver Cann.

Para se ter uma ideia da revolução em andamento, o aplicativo WhatsApp gerou retornos impressionantes para um pequeno grupo de fundadores e investidores quando a Facebook pagou US\$ 22 bilhões pela empresa em fevereiro de 2014, a despeito de ser operada por apenas 55 funcionários. A companhia aérea United Continental, capitalizada de forma semelhante em dezembro de 2015, possuía 82.300 trabalhadores (UBS, 2016, p. 16).

Por conseguinte, a Quarta Revolução Industrial deve favorecer os países mais desenvolvidos, em face do maior acesso à tecnologia, à capacidade de inovação, à mão de obra qualificada, à cultura de integração, à infraestrutura e ao capital necessário para gigantescos investimentos, em detrimento daqueles mais intensos em mão de obra barata, que tenderá a ser substituída por sistemas computacionais e robôs. Além disso, a passagem do comércio físico para o “virtual” pode ter impacto nos motores de crescimento das economias emergentes.



Reforma do Estado no Brasil: a nova ou a velha?

Em entrevista publicada na *Folha de S.Paulo* em 1º de fevereiro de 2016, o ex-ministro do Planejamento Valdir Simão enfatizou a necessidade da retomada do debate sobre a reforma do Estado. É relevante, portanto, estabelecer-se um paralelo com experiências anteriores. Nos anos 1990, importar ferramentas da iniciativa privada para a gestão pública aparecia como a última fronteira das reformas do Estado. Naquele momento, as promessas da então ascendente Nova Gestão Pública (do inglês, *New Public Management*, ou NPM) eram de saltos qualitativos nos serviços públicos e de eficiência nos gastos governamentais. Ambos objetivos ainda prioritários nos dias atuais.

As reformas advindas desse movimento buscaram encorajar uma mentalidade competitiva e comercial dentro das organizações públicas e na burocracia. Seus proponentes também previam que o pacote de mudanças seria naturalmente assimilado pela contraparte mais interessada, o tal do “cidadão-cliente” – isto é, o indivíduo médio prototípico, supostamente guiado por instintos racionais e individualistas.

No Brasil, o movimento gerencial reformista foi sistematizado no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995. Desde então, numa dinâmica quase inercial, a NPM se capitalizou e ainda predomina no discurso político-administrativo brasileiro. Porém, após 30 anos das primeiras experiências com a Nova Gestão Pública no mundo, dois dos principais especialistas no tema, Christopher Hood, reconhecido por ter cunhado o termo NPM, e Ruth Dixon, ambos da Universidade de Oxford, na

Inglaterra, revisitam as premissas do movimento reformista e examinam seus impactos no Reino Unido. Como se sabe, a experiência britânica serviu de modelo para iniciativas semelhantes em diversos países, inclusive no Brasil.

No livro *A Government that Worked Better and Cost Less? Evaluating Three Decades of Reform and Change in UK Central Government*, lançado há alguns meses, Hood e Dixon não deixam dúvidas quanto à impropriedade da tentativa de tornar o Estado um apêndice da lógica privada de gestão. Segundo os autores, após 30 anos de reformas, a estrutura de governo britânica custa mais e funciona pior. Ou seja, a Nova Gestão Pública teve impactos incompatíveis com o discurso proposto.

Para a elaboração desse trabalho, Hood e Dixon sistematizaram, a partir das duas dimensões intrínsecas da NPM, quais sejam, qualidade e custo, nove possibilidades de impacto de 30 anos de reformas gerenciais, como se vê na figura abaixo. No canto superior esquerdo, representa-se o resultado “de sonho” (isto é, a combinação do funcionamento melhor e a um

custo menor) e no canto inferior direito, o resultado “de pesadelo” (funcionamento pior a um custo maior). A despeito de não corroborarem as teses mais catastróficas, Hood e Dixon descartaram as possibilidades de ocorrência dos resultados 1, 2, 3, 4 e 7. Ou seja, os pesquisadores afastam a possibilidade de que os serviços públicos tenham passado a custar menos (1, 4 e 7) ou funcionar melhor (1, 2 e 3). Estas eram, mais do que quaisquer outras, as promessas essenciais da NPM.

No momento em que o governo federal volta a se interessar pelo tema da reforma do Estado, o trabalho de Hood e Dixon é muito oportuno. Fundamentalmente, as evidências mostram ser inadiável que se esvaziem falácias embutidas em simplificações duvidosas e que se concentrem esforços na geração de inovações na gestão pública de um perfil diferente. Os principais desafios contemporâneos responderão a inovações que enfatizem a coordenação e a cooperação como princípios. Este é o melhor caminho para o alcance de legitimidade e economia de recursos, mediante a redução de conflitos.

A governança compartilhada, o experimentalismo com equidade nos processos decisórios e a criatividade devem se somar a uma habilidade comunicacional forte no Estado. Também é imperioso transcender concepções rasas de meritocracia, racionalidade e eficiência. Finalmente, que se reservem as denominações para o que são apropriadas: cidadão é uma coisa; cliente é outra. **1**

Governo Central Britânico: como funciona e quanto custa: nove possíveis resultados da reforma gerencial

1 - (Sonho) Funciona melhor e custa menos	2 - Funciona melhor e custa o mesmo	3 - Funciona melhor e custa mais
4 - Funciona da mesma forma e custa menos	5 - Funciona da mesma forma e custa o mesmo	6 - Funciona da mesma forma e custa mais
7 - Funciona pior e custa menos	8 - Funciona pior e custa o mesmo	9 - (Pesadelo) Funciona pior e custa mais

Fonte: Hood e Dixon (2015)

Alexandre Pires Domingues e Bruno Queiroz Cunha são especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental



Assista ao filme
da campanha.
Baixe o leitor de
QR Code em seu
celular e fotografe
este código

TODA CAIXINHA
VAZIA CONTÉM
UMA TELHA INTEIRINHA



Embalagem longa vida faz jus ao nome: reciclada, vira telha, madeira sintética, papel novo em folha.

Separar o lixo facilita o trabalho dos catadores e aumenta o material aproveitado. Principalmente se você limpar as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de descartá-las. Mude de atitude. Assim, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Casca e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



A 'Estratégia de Lisboa' e o Estado de bem estar da Ásia Oriental – Convergência?

Em março de 2000, o Conselho da Europa se reuniu em Lisboa para traçar uma estratégia global. Seu mote era fazer da União Europeia (UE) “a mais competitiva e dinâmica economia do mundo baseada no conhecimento, capaz de manter crescimento econômico sustentável com mais e melhores empregos e maior coesão social”.

A reforma ao modelo de Estado de Bem-Estar europeu era um painel de destaque. Em particular a questão do financiamento desses Estados de Bem-Estar se tornou um problema quando o período de prosperidade do pós-guerra se esgotou em meados dos anos 1970. Foi da crítica à funcionalidade dessa modalidade de organização que se tornou notória a retórica da redução do tamanho do Estado, comum a partir dos anos 1980.

Os anos 1990 foram aqueles em que a esquerda social-democrata europeia tentou dar uma resposta satisfatória aos argumentos dos advogados do Estado mínimo.

Nessa resposta destacavam-se dois pontos. O primeiro foi que o Estado de Bem-Estar deveria ser ativo no sentido de que ele não poderia ser um incentivo aos que faziam uso dele de receberem benefícios sem contrapartida. O segundo ponto – umbilicalmente ligado ao primeiro – foi que ao usuário dos benefícios sociais seria cobrada responsabilidade, em um sentido amplo.

Ele deveria zelar pelo uso parcimonioso dos benefícios e se empenhar pela sua emancipação da sua situação de vulnerabilidade. Anthony Giddens cunhou o conceito de Estado de Investimento Social para expressar a ideia de que se queria um Estado que ajudasse mais a promover o desenvolvimento econômico e menos afastar o beneficiário do mercado de

trabalho. Assim enfatizava a prioridade da criança através de um esforço educacional maior e uma política trabalhista que eliminasse o auxílio-desemprego por períodos muito longos através de uma requisição de que o receptor desses auxílios desse uma contrapartida em prestação de trabalhos para o setor público ou para a comunidade.

Na virada do século XX para o século XXI era grande a expectativa de que a região da Ásia Oriental fosse a fronteira para o desenvolvimento econômico mundial. Com uma concepção cultural diferente do Ocidente, as economias com melhores perspectivas – Japão, Coreia do Sul, China, Taiwan, Cingapura e Vietnã – tinham em comum uma matriz cultural fortemente influenciada pelo confucionismo – antiga filosofia chinesa. Em seu conceito básico ‘Piedade Filial’, o confucionismo fundou nessas sociedades uma relação de forte apoio dentro das famílias. Como consequência, as empresas e os grupos sociais funcionam com base em regras de apoio recíproco e atenção à senioridade em extensão às famílias.

Desse modo o chamado ‘Estado de Bem-Estar confucionista’ ou *Developmental welfare state* se caracteriza por níveis baixos de tributação, transferências sociais modestas e gasto público elevado nas escolas de primeiro e segundo graus. Os sistemas de saúde possuem pouco subsídio governamental, assim como o setor de assistência social, de seguro-desemprego e pensões. Por outro lado, as famílias cumprem um papel importante, assim como as empresas que possuem sistemas de previdência e de benefícios próprios, em que se privilegiam os salários dos homens segundo as faixas de idade em

que supostamente sua responsabilidade com a família seria maior – entre 40 e 50 anos. Dentro sobretudo das grandes corporações haveria o já conhecido ‘emprego por toda a vida’, em que se entraria com vinte e poucos anos e se sairia só com a aposentadoria.

Após os choques da crise asiática de 1997 e mundial em 2008, aprofundou-se na Coreia do Sul um debate sobre a premência da criação/aperfeiçoamento de um Estado de Bem-Estar coreano, que pela perspectiva simpática a muitos se aproximaria do modelo sueco.

Uma conclusão possível dessas perspectivas diferentes seria que os dois modelos de Estado social (o ‘europeu’ e o ‘asiático’) tenderiam à convergência? Essa leitura da aproximação dos dois modelos procede, embora alguns aspectos devam ser levados em conta. As economias da dinâmica Ásia Oriental oferecem à Europa – às voltas com taxas de crescimento baixas desde meados dos anos de 1970 – um fascínio indiscutível. Ao mesmo tempo a imagem da proteção contra o infortúnio e a segurança do indivíduo ‘do berço ao túmulo’ seduz os ressabiados sul-coreanos que entendem estarem vulneráveis às agruras da incerteza que as crises só puseram a nu. Entretanto, a leitura mais correta deve ser a que entenda que o mundo complexo da atualidade não se coaduna com modelos estáticos, quaisquer que sejam eles. O que é universal parece ser a incapacidade de um modelo rígido – qualquer que seja ele – de responder aos desafios que se renovam no século XXI. 

Marcelo Almeida de Britto é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.



Os resultados dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio

Estudo inédito produzido por pesquisadora do **Ipea** traz balanço sobre as quatro edições do Prêmio ODM conferido pelo governo federal a práticas sociais inovadoras, realizadas por entidades da sociedade. A multiplicação de ações e o incentivo a iniciativas autônomas são duas das metas da premiação

Renata Laurindo - Brasília

Com intuito de reconhecer e incentivar práticas sociais e ambientais desenvolvidas ao redor do País, o governo federal lançou em 2005 o prêmio ODM (Objetivos do Desenvolvimento do Milênio). Os oito objetivos são: reduzir a pobreza, atingir o ensino básico universal, igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Após cinco edições de sucesso, o prêmio fechou o seu ciclo, mas suas sementes plantadas ainda dão frutos, a partir de projetos que continuam a todo vapor.

Nas cinco edições do Prêmio ODM Brasil, foram inscritas 6.187 práticas, das quais 117 foram premiadas e divulgadas como referências.

O Ipea, em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), participou de todo o processo dessa premiação e respondeu pela coordenação técnica do prêmio durante esses anos. Para fechar com chave de ouro o ciclo do ODM Brasil, a socióloga e pesquisadora do Ipea Anna Peliano produziu estudo que resultou em um relatório sobre o balanço das premiações ODM Brasil e o impacto da iniciativa. A realização contou com o importante apoio e participação da Secretaria Geral da Presidência da República.

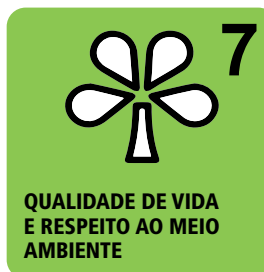
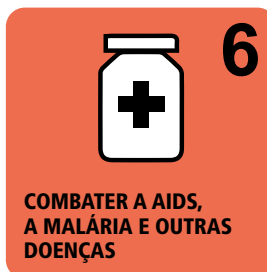
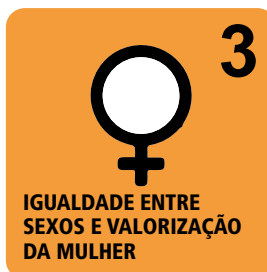
Nas cinco edições do Prêmio ODM Brasil, foram inscritas 6.187 práticas, das quais 117 foram premiadas e divulgadas como referências

IMPACTO NOS PROJETOS Em entrevista à *Desafios do Desenvolvimento*, a socióloga e pesquisadora do Ipea Anna Peliano conta que a maior motivação do trabalho foi a necessidade de saber

o que acontecia com as práticas depois que recebiam o prêmio e qual era o impacto do prêmio para esses projetos.

Para a elaboração do relatório, foram analisadas todas as organizações não governamentais premiadas em 2005, 2007, 2009 e 2011. As práticas após 2013 não foram contempladas por ainda serem muito recentes. Após a triagem, o desafio foi saber o que tinha ocorrido com essas experiências, ou seja, se ainda continuavam funcionando, se tinham se expandido, se a prática havia sido

8 PASSOS PARA MUDAR O MUNDO



replicada em outras regiões e o mais importante: o que havia mudado após o recebimento do prêmio ODM. Para isso, foi elaborado um questionário particularizado para cada uma das práticas e enviado por *e-mail*. O objetivo foi fazer um “diagnóstico” sobre a iniciativa para saber o motivo pelo qual a organização havia decidido participar do prêmio, as dificuldades dessa participação, a contribuição do prêmio para o seu fortalecimento, a evolução do número de pessoas atendidas, do orçamento, das parcerias, se as práticas foram replicadas e se vieram a ganhar novos prêmios.

Após a resposta de todas as organizações, o trabalho foi de análise do conteúdo. Anna conta que um dos resultados que mais a impressionaram foi o fato de apenas uma das 41 organizações não ter tido continuidade e quatro serem incorporadas em programas ainda maiores.

Um dado que também surpreendeu, segundo ela, foi o reconhecimento da importância do prêmio para replicar o projeto em outras regiões. Vale ressaltar que 45% das práticas foram replicadas e expandidas por outras regiões. “Mais da metade das práticas assinalaram, por exemplo, que a contribuição foi alta, ou muito alta, para a continuidade e para a expansão do atendimento dos projetos premiados, assim como para a ampliação das parcerias”, afirma a pesquisadora.

Outro dado importante citado pela socióloga foi a importância do voluntariado nessas dinâmicas, que chegou a 50% da mão de obra dedicada à sua execução em 2014. “Merece ainda destaque, entre os resultados da pesquisa, o fato de que as organizações se empenharam e conseguiram fazer



*O prêmio ODM
representou muito
mais do que um
reconhecimento
público de experiências
bem-sucedidas,
contribuiu acima
de tudo para o
fortalecimento das
atividades e esse
resultado foi se
ampliando com o
passar dos anos*

mais com menos. Isto é, a ampliação do número de beneficiários foi relativamente muito maior do que a do volume de recursos investidos e do número de pessoas envolvidas na sua execução”, explica.

FORTELECIMENTO DAS ATIVIDADES De acordo com o relatório, os resultados revelam que o prêmio ODM representou muito mais do que um reconhecimento público de experiências bem-sucedidas, contribuiu acima de tudo para o fortalecimento das atividades e esse resultado foi se ampliando com o passar dos anos.

Os dados da pesquisa revelam essa tendência e entre eles merecem destaque: 98% das práticas mantiveram a continuidade do atendimento; a ampliação do número de pessoas atendidas, entre

o ano de premiação e 2014, foi de 757%; 45% das iniciativas foram reproduzidas por outras organizações; 58% delas foram posteriormente agraciadas em outras premiações; e 80% dos participantes assinalam a realização de novas parcerias com organizações públicas e privadas.

Só as organizações premiadas nessas cinco edições atenderam mais de três milhões de pessoas.

Para o pesquisador Luis Fernando de Lara Resende, que também contribuiu com o relatório, o trabalho é muito importante por ser inédito em avaliar o impacto de uma distinção do governo federal. “Ao fim da pesquisa, concluímos que o prêmio contribuiu efetivamente para o crescimento tanto do atendimento como da adesão de novas parcerias realizadas por essas organizações não governamentais. Isso



“As organizações se empenharam e conseguiram fazer mais com menos. Isto é, a ampliação do número de beneficiários foi relativamente maior do que a do volume de recursos investidos e do número de pessoas envolvidas na sua execução”

Anna Peliano, socióloga e pesquisadora do Ipea

ficou muito claro nos questionários e nas visitas de campo, já que os vencedores atribuem uma importância significativa ao prêmio, até mesmo para captação de recursos no Brasil e fora dele”, explica.

Desenvolvimento sustentável

Em setembro de 2015 foi aprovada a Agenda 2030, a qual contém 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas. Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho e responder aos novos desafios. Segundo o coordenador-geral de Projetos Especiais na Secretaria de Governo da Presidência da República, Davi Schmidt, a pesquisa sobre o Prêmio ODM é um dos elementos que ajudarão na definição do formato e do período de implantação do novo prêmio. Ele ressalta que os ODS irão completar os ODM. “Cabe ao Brasil, depois



Os ODS aprovados foram construídos sobre as bases estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de maneira a completar o trabalho e responder aos novos desafios

de assinar a Declaração sobre os ODS, em 25 de setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, junto com outros 192 países, a implantação desta Agenda,

assim como ocorreu com os ODM”, disse. Na Conferência Internacional Rio +20, em 2012, foram lançadas as primeiras ideias sobre os ODS, levadas à ONU e negociadas com os demais países-membros.

O último relatório dos ODM da ONU mostra que o esforço de 15 anos tem produzido o mais bem-sucedido movimento de combate à pobreza da história:



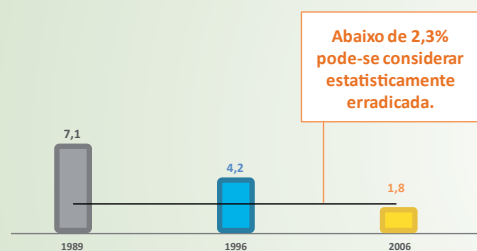
Desde 1990, o número de pessoas que vivem em extrema pobreza diminuiu em mais da metade



A proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento caiu quase pela metade

Desnutrição na infância no Brasil (em %)

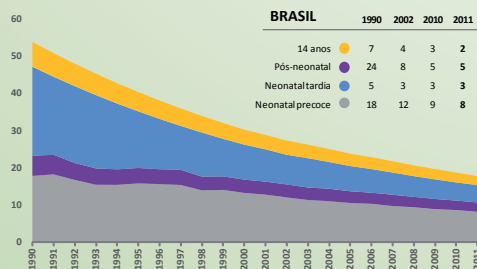
(Desnutrição aguda - peso abaixo do esperado para a idade)



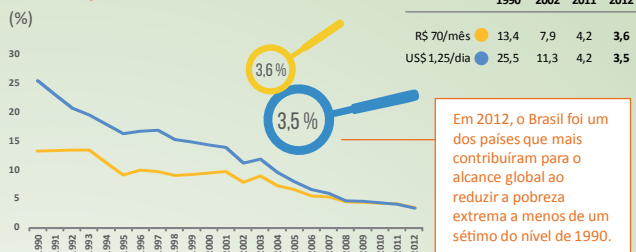
A taxa de mortalidade de menores de cinco anos diminuiu em mais da metade e a mortalidade materna caiu 45 por cento no mundo

Taxa de mortalidade na infância segundo componentes

(por mil nascidos vivos)



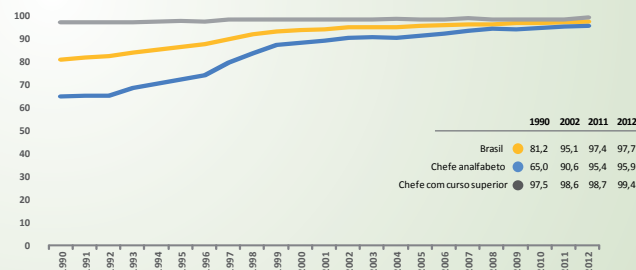
Taxa de pobreza extrema no Brasil



A taxa de matrículas no ensino primário nas regiões em desenvolvimento atingiu 91 por cento e muito mais meninas estão agora na escola em comparação com 15 anos atrás

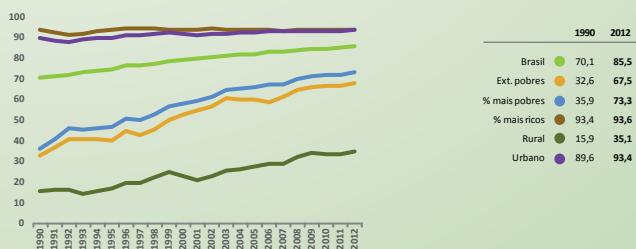
Taxa de escolarização da população no Brasil

7 a 14 anos de idade no ensino fundamental (%)



A meta de reduzir pela metade a proporção de pessoas que não têm acesso a fontes de água potável também foi atendida

Acesso permanente e sustentável à água potável (em %)



Fonte: Site PNUD

PARCERIA EFICIENTE Em todas as edições, a coordenação técnica foi realizada pelo **Ipea** e a Enap. Coube às duas instituições a responsabilidade pelo processo de recebimento das inscrições, a criação e manutenção do banco de práticas, a seleção e visita técnica às atividades finalistas, a assessoria à Secretaria-Executiva da Coordenação-Geral e à Comissão de Premiação, bem como o fornecimento de subsídios para o Júri do Prêmio, composto por profissionais de destaque em seus campos de atuação.

De acordo com o relatório, as visitas *in loco* representaram uma

excelente oportunidade para os técnicos avaliarem a importância das dinâmicas para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e, ao mesmo tempo, para entrarem em contato com as diferentes realidades do Brasil.

O pesquisador do **Ipea** Albino Rodrigues, que já visitou várias práticas, conta que atuar como avaliador na premiação ODM foi a experiência mais gratificante de sua estada no Instituto.

“Atuar como avaliador na premiação ODM Brasil foi uma extraordinária e raríssima oportunidade de tomar

contato com um Brasil muito distante dos escritórios refrigerados das grandes cidades. O Brasil profundo e extremamente verdadeiro, tanto em relação ao território como quanto à luta de sua gente por uma vida melhor”, relata.

Na terceira e última fase do estudo, os pesquisadores visitam dez das 41 práticas para verem localmente os impactos do prêmio no fortalecimento dos projetos. Todas as impressões serão adicionadas ao relatório, que será divulgado no segundo semestre, ao final dessa última etapa de visita de campo. **ii**

Conheça a história de algumas práticas premiadas

Renalle Benicio

Centro de Educação Popular e Formação Social - Paraíba

O CEPFS é uma organização que atua há mais de 20 anos desenvolvendo ações que fomentam o desenvolvimento rural sustentável de todo o sertão paraibano. Com foco em programas participativos que capacitam agricultores e desenvolvem tecnologias sociais capazes de transformar o semiárido.

Projeto vencedor do prêmio:

Convivendo com a Realidade Semiárida

Tem como objetivo promover o empoderamento social e político-organizativo de famílias e da comunidade a partir do resgate de práticas culturais e de solidariedade. O projeto vem sendo



Projeto Convivendo com a Realidade Semiárida: produção agroecológica na comunidade de Teixeira

desenvolvido em comunidades rurais dos municípios de Teixeira, Cacimbas, Desterro, Matureia, Princesa Isabel,

Imaculada e São José do Bonfim, no Médio Sertão da Paraíba, a 350 km de João Pessoa.

“Atuar como avaliador na premiação ODM Brasil foi uma extraordinária e raríssima oportunidade de tomar contato com um Brasil muito distante dos escritórios refrigerados das grandes cidades. O Brasil profundo e extremamente verdadeiro, tanto em relação ao território, quanto à luta de sua gente por uma vida melhor”

Albino Rodrigues, pesquisador do Ipea



Renalle Benicio

A seguir, entrevista com José Dias Campos, coordenador-executivo do CEPFS

Em que ano vocês ganharam o prêmio ODM Brasil?

Na Edição 2009/2010.

O que mudou com o projeto após o recebimento do Prêmio ODM?

Ampliou a credibilidade, possibilitando expandir o trabalho a partir de novas parcerias.

O número de pessoas atendidas aumentou nos últimos anos?

Sim.

Após o recebimento do Prêmio ODM, a prática foi reproduzida por outras organizações, públicas ou privadas?

Sim, a cisterna com sistema de boia para lavagem do telhado foi reaplicada pela ADEL (Agência de



Agricultor Raimundo Arruda, experimentador da comunidade Catolé da Pista, é beneficiado com uma cisterna de 52 mil litros de água

Desenvolvimento Local), uma ONG do Ceará, Pentecostes e pelo IABS (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade), em um centro de capacitação em Alagoas.

Quais foram os principais avanços da prática nos últimos anos, após o recebimento do Prêmio ODM?

A prática avançou bastante no aspecto de captação de água para a produção de alimentos saudáveis, a partir de parceria com a ASA Brasil/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e também com o patrocínio da Petrobras.

Conheça a história de algumas práticas premiadas (continuação)

Divulgação

Associação Redes de Desenvolvimento da Maré — Rio de Janeiro

Busca promover a construção de uma rede de desenvolvimento territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro. As participantes produzem conhecimentos e ações relativas aos espaços populares que interfiram na lógica de organização da cidade e combatem todas as formas de violência. Mais detalhes no depoimento de Shirley Villela, coordenadora da Maré de Sabores.

Projeto vencedor do prêmio:

Maré de Sabores

É uma oficina de culinária que busca qualificar as quituteiras da Maré, oferecendo módulos de confeitaria, massas, chocolates e entradas que as qualificam para trabalhar como cozinheiras ou para abrir seus próprios negócios, de forma individual ou coletiva, aumentando sua renda. Criado a partir de uma demanda das mães de alunos do Programa Petrobras na Maré, também da Redes de Desenvolvimento da Maré, o Maré de Sabores é hoje um projeto reconhecido nacionalmente por sua contribuição na melhoria da qualidade de vida de mulheres das 16 comunidades da Maré.



Aula de gastronomia básica do projeto Maré de Sabores

Em que ano vocês ganharam o Prêmio ODM Brasil?

Julho de 2012.

O que mudou com o projeto após o recebimento do Prêmio ODM?

Desde 2012, temos oferecido oficinas de gastronomia continuamente, com duas turmas por ano. Desde 2013, inserimos um módulo de gastronomia avançada direcionado para alunas que já cursaram o módulo básico.

O número de pessoas atendidas aumentou nos últimos anos?

Sim. Até fevereiro de 2016, cerca de 310 mulheres já foram certificadas em nossas oficinas. Lembrando que essas são as beneficiárias diretas, mas sabemos o quanto suas famílias acabam sendo afetadas diretamente pelo aprendizado, seja na própria área de gastronomia e melhoria de padrão alimentar, seja no

aumento de renda advindo da venda de produtos e/ou serviços que elas passam a oferecer, seja no aspecto subjetivo a partir da reflexão provocada pelas aulas de gênero que recebem.

Após o recebimento do Prêmio ODM, a prática foi reproduzida por outras organizações, públicas ou privadas?

Não.

Quais foram os principais avanços da prática nos últimos anos, após o recebimento do Prêmio ODM?

Desde que o projeto começou, em 2010, aperfeiçoamos nossos instrumentos de ensino, ampliamos a oficina de básico para avançado, melhoramos nossa organização interna e compramos diversos equipamentos que nos possibilitam atender melhor as alunas. Além disso, o buffet Maré de Sabores também evoluiu: desde janeiro até o dia 7 de abril de 2016, atendemos

a 18 eventos. Eles nos permitem gerar renda para as mulheres que trabalham. Neste momento, estamos recomeçando a construção da Casa das Mulheres da Maré que, além de ser a futura sede do Maré de Sabores, abrigará também outras oficinas de qualificação profissional, assessoria jurídica e assistência psicossocial. Esperamos inaugurar a casa em agosto.

Rede de Desenvolvimento Humano — Rio de Janeiro

Criada em 1990, é uma associação civil, sem fins lucrativos, sem filiação político-partidária ou orientação religiosa e tem como missão a promoção do desenvolvimento humano que contemple a igualdade entre os gêneros, raças/etnias, o desenvolvimento justo e sustentável, a proteção e conservação do meio ambiente e promoção da diversidade cultural. A organização tem sede no Rio de Janeiro, mas atua em várias regiões do Brasil.

Projeto vencedor do prêmio:

Adapta Sertão

Modelo produtivo que se baseia na criação sustentável de animais e na mecanização da produção agrícola para aumentar a produtividade no campo e armazenar alimentos para os animais, a fim de enfrentarem os períodos de estiagem. A partir de uma primeira experiência, o projeto mostrou aos agricultores que balanceando a ração era possível



Feira realizada pelo projeto Adapta Sertão

aumentar a renda gerada pela venda do leite de uma quantia que varia entre R\$ 15 e R\$ 60 por animal ao mês. A aproximação do município de Pintadas com a REDEH surgiu por meio de uma rede de programas de rádio de mulheres. O município era um dos mais ativos durante a programação e, por isso, surgiu a ideia de trabalhar a agricultura familiar naquela região, que costumava sofrer com a estiagem, já que os agricultores não tinham meios para armazenamento de água.

Confira a entrevista de Daniele Cesano, coordenadora técnica da Rede de Desenvolvimento Humano.

Em que ano vocês ganharam o Prêmio ODM Brasil?

2014.

O que mudou com o projeto após o recebimento do Prêmio ODM?

Visibilidade. Foi importante para o financiador atual (BID).

O número de pessoas atendidas aumentou nos últimos anos?

Sim. Chegamos para 700. Estamos nos estruturando para chegar em 5000.

Após o recebimento do Prêmio ODM, a prática foi reproduzida por outras organizações, públicas ou privadas?

Ainda não, mas a Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia está interessada em testar o nosso modelo.

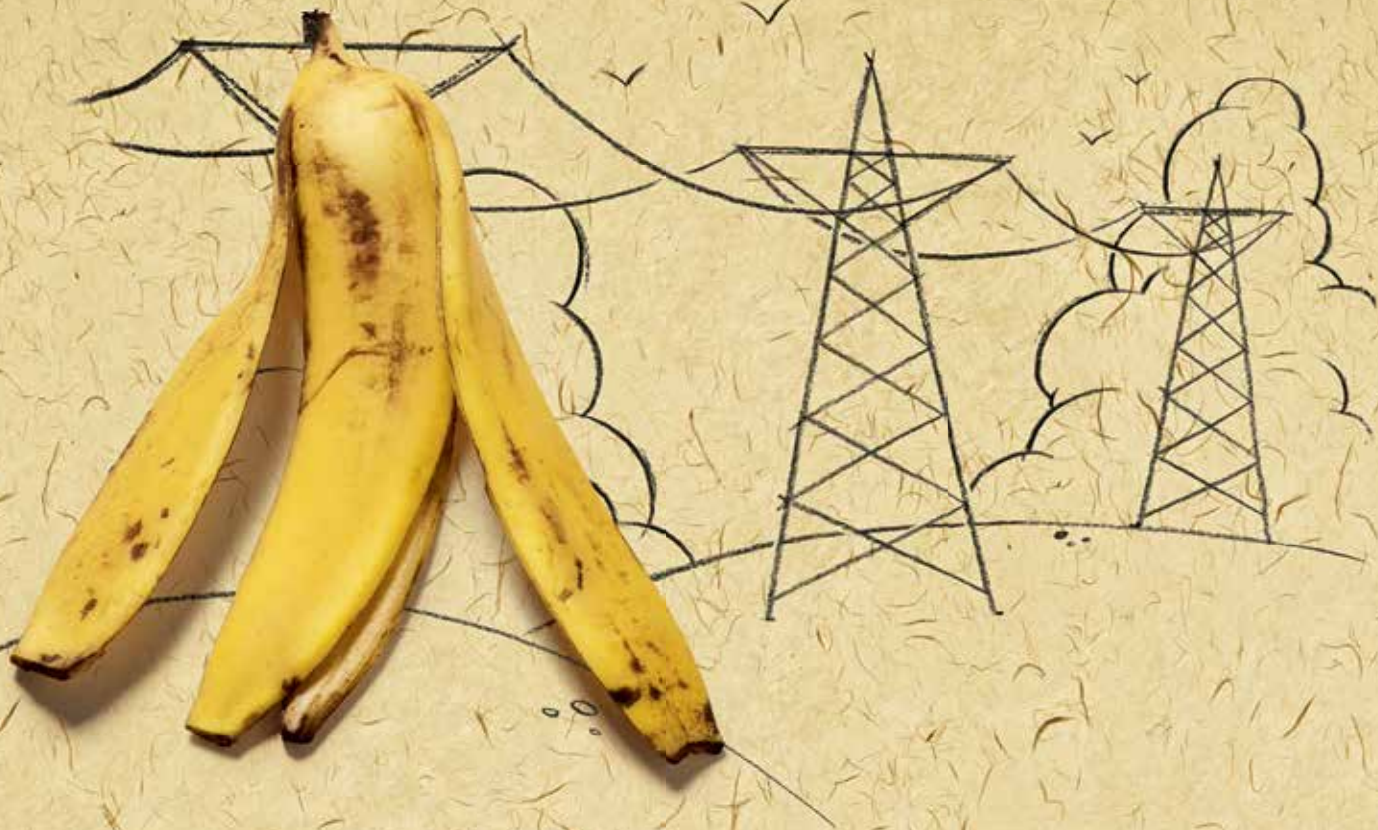
Quais foram os principais avanços da prática nos últimos anos, após o recebimento do Prêmio ODM?

Aprimoramos o sistema produtivo MAIS – Módulo Agroclimático Inteligente e Sustentável; desenvolvemos um sistema de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) baseado no MAIS, que está sendo testado em 700 propriedades; estamos ligando o MAIS com o crédito e testando numa parte das 700 propriedades. A parte de reflorestamento e sistema ILPF (Integração Lavoura Pecuária Floresta) ocupou um espaço muito importante no MAIS.



Assista ao filme
da campanha.
Baixe o leitor de
QR Code em seu
celular e fotografe
este código

RESTO DE COMIDA PODE VIRAR ENERGIA DE SOBERA.



Cascas de legumes, restos de frutas, ossos. Tudo isso vira adubo, gás combustível e até energia termoeletrica.

Faz crescer a plantação e aquece a economia. Em outras palavras: realimenta a vida. É um recurso valioso, que não se pode desperdiçar.

Para garantir que mais material seja aproveitado, separe o lixo úmido do seco. Com uma atitude simples, você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais. Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Efeito do desmatamento sobre malária e leishmaniose na Amazônia

O impacto do desmatamento sobre a saúde humana pode ser considerado uma lacuna de conhecimento e atuação dentro do cenário ambiental e sanitário no Brasil. Diversos estudos nacionais e internacionais sugerem que a incidência de doenças pode aumentar localmente com a derrubada das florestas. Esse seria assim um dos menos conhecidos – e ao mesmo tempo um dos mais graves – efeitos da atividade.

Embora o combate ao desmatamento seja atualmente uma das prioridades da política ambiental brasileira, muitos setores da sociedade ainda veem um *trade-off* entre a preservação das florestas nativas e o desenvolvimento econômico do País. Iniciativas globais e nacionais que tentam estimar o valor da floresta em pé surgem para tentar colocar fim a esse impasse, tentando clarificar os benefícios e custos do desmatamento. Muitas são, entretanto, as lacunas de conhecimento existentes. Isso dificulta uma valoração ambiental adequada e, consequentemente, a adequada tomada de decisões acerca do capital natural.

Além disso, como a maioria do debate público a respeito do desmatamento enfatiza seus impactos globais e continentais, via emissão de CO₂ e mudanças de padrões climáticos, um número relativamente pequeno de estudos tem por foco seus efeitos locais. Mesmo aqueles que o fazem são restritos a localidades específicas, dificultando generalizações necessárias para políticas estaduais, regionais e nacionais. Os efeitos locais, dessa forma, acabam passando despercebidos, embora possam representar custos ambientais, sociais

e econômicos tão elevados quanto os efeitos globais.

Apesar de haver certo consenso sobre o impacto do desmatamento na incidência de malária, essa relação não é tão clara para outras doenças. Os estudos existentes baseiam-se em abordagens metodológicas distintas, além de escalas espaciais e temporais variáveis, o que torna difícil a comparação de resultados e a estimativa da magnitude dos impactos para cada doença. Avançar no conhecimento sobre o tema significa, portanto, ter informações mais completas tanto para o gerenciamento da saúde quanto para a tomada de decisões acerca do uso do capital natural e das ações de mitigação de impactos socioambientais.

Com esse intuito, em um estudo do **Ipea**, foram analisadas as relações entre diversas doenças de notificação compulsória no Brasil e o desmatamento na Amazônia.

Dados de desmatamento via satélite foram comparados com a ocorrência das seguintes doenças notificadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS): dengue, doença de Chagas, esquistossomose, febre tifoide, leishmaniose tegumentar, leishmaniose visceral, leptospirose, malária e sarampo/rubéola. Para cada uma delas foram estimadas regressões com efeitos fixos de município, com a inclusão de controles para características climáticas, socioeconômicas e de saúde pública. As análises tiveram como unidade espacial os municípios, englobando toda a área da Amazônia Legal. Essa escala espacial facilita a utilização das conclusões deste estudo pelos formuladores de políticas públicas ambientais e de saúde.

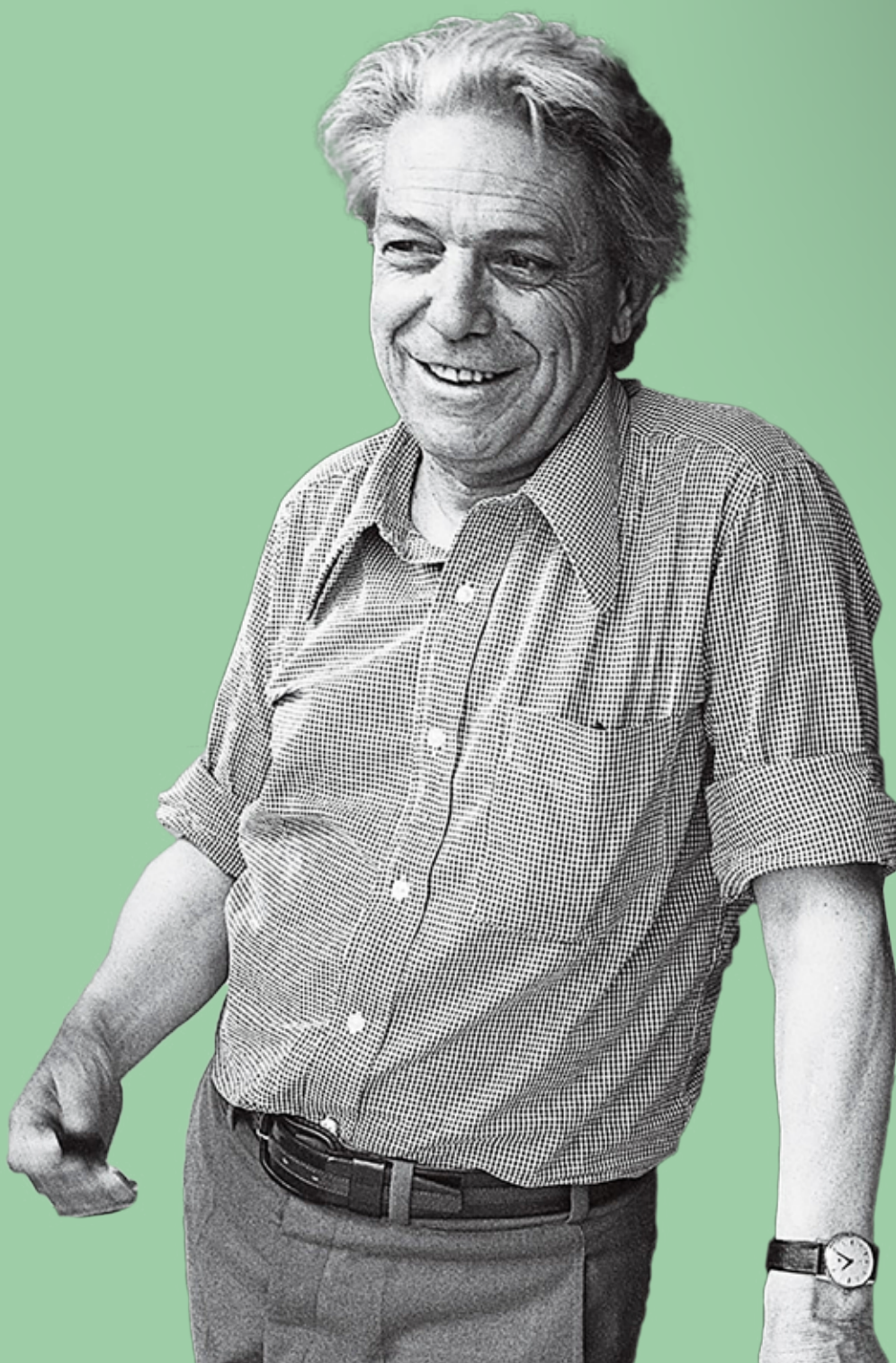
As análises mostraram um efeito significativo do desmatamento sobre malária e leishmaniose: um incremento de 1% na área desmatada de um município leva a um aumento de 23% nos casos da primeira e 8% a 9% nos casos da segunda. Não foram captados efeitos estatisticamente significantes sobre outras doenças, algumas das quais apontadas como fortes candidatas por trabalhos anteriores. Ainda assim, em concordância com outros autores, o trabalho evidencia a existência de custos do desmatamento relacionados à saúde.

Dessa forma, conclui-se que tais custos devem ser levados em consideração pelas políticas públicas atuais. Isso é especialmente verdadeiro na região Norte, onde ocorre a maior parte do desmatamento no país e cuja vulnerabilidade social pode amplificar o efeito dos desequilíbrios ambientais. De maneira específica, pode-se buscar a sinergia entre as políticas de controle de malária e leishmaniose e as políticas de combate ao desmatamento amazônico. Ações de prevenção dessas doenças podem ocorrer de maneira conjunta com ações de fiscalização ambiental, levando em consideração a distribuição espacial do desmatamento e sua evolução.

Ao mesmo tempo, depreende-se que os modelos de valoração utilizados para a tomada de decisões governamentais, assim como a avaliação de impactos ambientais e sua mitigação, devem incluir o efeito do desmatamento na incidência de malária e leishmaniose como mais uma variável nos custos sociais dos empreendimentos. 

Nilo Luiz Saccaro Junior, Lucas Ferreira Mation e Patrícia A. Morita Sakowski são técnicos de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Vilanova Artigas



Arquiteto, político e professor

João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) foi um dos mais importantes arquitetos brasileiros do século XX. Militante comunista e ativo participante da vida cultural paulista, foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Afastado da Universidade pela ditadura, em 1969, exilou-se no Uruguai. Sua trajetória funde obras marcantes, uma concepção inovadora de ensino e um importante material teórico.

José Armênio de Brito Cruz ¹

A partir do convite da *Desafios do Desenvolvimento* para apresentar um perfil do arquiteto, decidi – e talvez não seria apto para fazer de outra forma – elaborá-lo a partir de minha experiência desde os bancos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUUSP), quando tive oportunidade de conhecer o professor João Batista Vilanova Artigas.

Em 1979, o momento para nós, engajados no movimento estudantil pelas liberdades democráticas, era também o da luta pela Anistia. A faculdade estava imersa em discussões políticas, como toda a sociedade de então. A FAU, a exemplo de diversas unidades da USP, havia sido vitimada pelo golpe de 1964.

Em 1969, os professores Artigas (autor do prédio da faculdade, inaugurado no mesmo ano), Paulo Mendes da Rocha e Jan Maitrejean foram afastados compulsoriamente de suas atividades. Dez anos depois, nós estudantes reivindicávamos a reintegração imediata dos afastados. Naquele momento, além de uma conquista democrática, a volta significava a retomada do eixo principal da escola – o “projeto”, conforme proposta de ensino de Artigas, materializada no novo edifício.

POLIVALENTE Artigas foi um artista, um intelectual, um político e um professor como poucos. Formado engenheiro-arquiteto pela Escola

Politécnica da USP, em 1937, foi um dos organizadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desde o seu início, em 1948. A FAU passou a ocupar a Vila Penteado, antiga residência da família de mesmo nome, na Rua Maranhão, centro de São Paulo. A mansão fora doada à Universidade para abrigar o curso recém-criado.

A origem da FAU, a partir dos engenheiros-arquitetos da Escola Politécnica, é definidora de sua identidade – uma visão humanista da técnica.

A origem da escola de arquitetura a partir dos engenheiros da Politécnica foi definitiva na estruturação curricular e nas características dos profissionais de lá egressos. No binômio arte+técnica que define a arquitetura, o caráter humanista da Escola estava aí definido.

¹ Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, São Paulo (IAB-SP)



NA BASE, O PROJETO A proposta de ensino elaborada em 1962 por Vilanova Artigas estruturava a faculdade em três departamentos: o de tecnologia, o de história e o de projeto.

A proposta de uma formação globalizante considerava o “projeto” como eixo do ensino. Essa estrutura foi confirmada em 1969 em um fórum interno, quando da mudança para o novo prédio. A Escola, que até então recebia 50 alunos por turma, passou a abrigar 150. A proposta de Artigas para estruturação do ensino de arquitetura na FAUUSP em 1962 é absolutamente integrada à proposta do projeto de arquitetura do novo edifício inaugurado em 1969, na Cidade Universitária. O prédio da FAU é o grande exemplo da integridade da obra de Artigas. Esta funde linguagem, matéria e discurso político.

No prédio da FAUUSP vemos claramente a coerência entre pensamento e materialização. Uma escola não apenas como prédio, mas uma atitude humanista na formação dos jovens, uma linguagem com léxico próprio e apoiada na arte e na técnica, com uma visão civilizatória e compromissos sociais claros

Artigas construiu uma “escola”. Entre aspas para remeter ao sentido original da palavra. Uma “escola” de pensamento, uma maneira de pensar arquitetura, inovadora, livre, humanista e comprometida com o futuro

do País. Poucos têm a capacidade e a grandeza de se dedicar à formação de novas gerações. Formação em uma ótica global e não apenas instrumental.

Enquanto artista e pensador, Artigas viu sempre nos jovens uma esperança de futuro e muitas gerações de arquitetos brasileiros foram formadas por ele.

No prédio da FAUUSP vemos claramente a coerência entre pensamento e materialização. Uma escola não apenas como prédio, mas uma atitude humanista na formação dos jovens, uma linguagem com léxico próprio e apoiada na arte e na técnica, com uma visão civilizatória e compromissos sociais claros.

ENGAJAMENTO POLÍTICO A sua compreensão da profissão é fruto da formação como intelectual, artista e também de seu engajamento político. A linguagem enquanto estruturação do conhecimento faz da arquitetura de Artigas uma forma peculiar de conhecimento e transformação do mundo, entre a política, a técnica e a arte. A partir dessa afirmação, entende-se a proposta de formação globalizante da escola de arquitetura de Artigas, baseada na liberdade de pensamento como condição e ponto de partida. Se o prédio da FAU é um modelo de integração entre concepção e solução de projeto, o projeto da Rodoviária de Jaú (1973), tão coerente quanto, é um exemplo da liberdade. Liberdade no

alcance técnico da solução estrutural que transforma as peças tradicionais da estrutura – o pilar e a viga – absolutamente integrada ao programa e à cidade. A constante busca por novas soluções técnicas, articuladas à construção de um discurso artístico e fundamentalmente comprometido, está presente em todos os seus projetos.

LEGADO A definição de um perfil desse intelectual múltiplo não passa ao largo de sua obra. A FAU é política. Lindamente política. A Rodoviária de Jaú é livre. Politicamente livre na cidade. A casa Elza Berquó (1967) é um discurso contemporâneo da arte e da vida em família. E assim poderíamos percorrer o vasto legado de sua obra. Se o geógrafo Milton Santos (1926 – 2001) afirmou o caráter totalizante do território em seu texto *O retorno do território* (1992), Artigas atribui a mesma carga íntegra ao projeto, no texto *O desenho* (1968).

Sua atenção ao caráter tectônico da arquitetura, a partir de sua formação de politécnico, está presente em todos os seus projetos, imprimindo significado às construções e sempre atento à realidade do País. Chegou a abrir uma construtora que funcionava em paralelo ao seu escritório.

No ano de 2015, comemoramos o centenário do arquiteto. Exposições, filme e publicações foram lançados. O sucesso de público dos eventos



O projeto da Rodoviária de Jau (1973) é um exemplo da liberdade no alcance técnico da solução estrutural que transforma as peças tradicionais da estrutura – o pilar e a viga – absolutamente integrada ao programa e à cidade

No ano de 2015, comemoramos o centenário do arquiteto. Exposições, filme e publicações foram lançadas. O sucesso de público dos eventos demonstrou a atualidade de suas proposições

demonstrou a atualidade de suas proposições. Pensamento este que foi truncado e interrompido violentamente durante a ditadura militar.

No texto *Arquitetura e Cultura Nacional* (1959), Artigas coloca a arquitetura como cultura em um significado bastante próprio e definido, diferente dos rumos a que assistimos

nas últimas décadas. A proposição da arquitetura inserida na produção do território nacional e assim desenhando as intervenções humanas pelo País é o sentido de cultura na visão de Artigas. A busca de uma atitude sustentável diante da ocupação do território já estava presente em seu pensamento há 50 anos.

O afastamento compulsório do professor e o intencional rompimento da cena nacional desta maneira de pensar marcaram o desenvolvimento urbano nas décadas de maior crescimento das cidades. As urbes brasileiras abandonaram a visão do espaço público e ficaram nas mãos de interesses imediatos, gerando a situação que vivemos atualmente.



A casa Elza Berquó (1967) é um discurso contemporâneo da arte e da vida em família

Hoje, a busca de um caminho que pautе o projeto como instrumento do desenvolvimento do País, acurado técnica e democraticamente, significa nos aproximarmos novamente do pensamento de Artigas. A retomada não é apenas formal, o que levaria a soluções maneiristas. O conceito e os processos de produção são o desafio. A inserção da arquitetura como obra de exceção e instrumento de egos é, segundo o pensamento de Artigas, uma estratégia cruel de desenvolvimento. A luta, sob o ponto de vista intelectual, e que exigiu dele sacrifícios pessoais, como o exílio ou mesmo a clandestinidade no próprio País, sempre foi uma luta ao lado do povo brasileiro.

Artigas participou, desde a década de 1930, da cena cultural paulista. Como estudante, no grupo Santa Helena, como estagiário no escritório de Oswaldo Bratke e no grupo Família Artística Paulista, junto a nomes como Clovis Graciano, Rebolo, Waldemar da Costa e outros

Artigas participou, desde a década de 1930, da cena cultural paulista. Como estudante, no grupo Santa Helena, como estagiário no escritório de Oswaldo Bratke e no grupo Família Artística Paulista, junto a nomes como



Artigas na FAUUSP

Clovis Graciano, Rebolo, Waldemar da Costa e outros.

ANISTIADO NA UNIVERSIDADE Quando da volta do professor à faculdade, em 1979, após a Anistia, a escola viveu momentos efervescentes e de esperança com o fim da ditadura e a perspectiva de estruturação da democracia no país.

Tendo voltado como simples “auxiliar de ensino”, devido às mudanças da carreira universitária durante seu afastamento compulsório, tratou logo de encontrar seu local na real liderança do pensamento na Escola. Apesar de oficialmente “escanteado”, fez do que era uma disciplina meramente burocrática – Estudo de Problemas

Brasileiros, (imposição pela ditadura nos currículos) – um fórum de avaliação e perspectiva para a realidade brasileira sob os mais diversos aspectos, como a arte, a economia, a política, a mobilidade ou o patrimônio.

A FAU vivia às sextas-feiras, nas aulas de EPB, momentos de reflexão sobre o País. Toda a instituição, e não apenas os alunos de EPB, participava das discussões. A formação de algumas turmas foi extremamente marcada por estes debates, nos quais personalidades do momento nacional eram convidadas a dar o seu depoimento. Gianfrancesco Guarnieri, Severo Gomes e Augusto Boal foram alguns dos convidados, além de arquitetos e políticos.

Apesar da tentativa de isolar e silenciar o pensamento representado por Artigas, ele mostrava, aliado aos estudantes, a sua força.

A ação da burocracia universitária, em sua recusa de dar a Artigas o seu devido lugar quando da volta à Escola, obrigou-o a prestar um concurso para professor titular e recuperar, dessa maneira, a condição de contrato anterior à cassação. A chamada burocracia, representada por diversos professores de então, recusou-se, em reunião da Congregação, a encaminhar ao Conselho Universitário o título sem concurso. Apesar de consciente da trapaça operada pela burocracia, Artigas prestou o concurso e apresentou neste dia uma das mais fortes defesas já vistas na Escola.



O afastamento compulsório da universidade e o intencional rompimento da cena nacional desta maneira de pensar marcaram o desenvolvimento urbano nas décadas de maior crescimento das cidades. As urbes brasileiras abandonaram a visão do espaço público e ficaram nas mãos de interesses imediatos, gerando a situação que vivemos atualmente

A negação do projeto como instrumento democrático de estruturação do espaço nacional foi, infelizmente e salvo raras exceções, uma constante na Escola após 1969. Essa negação

ocupou administrações públicas sucessivas no País e ainda hoje vivemos o afastamento do desenho, do projeto e do planejamento.

A partir de 1970 a “urgência” substituiu o projeto e 75% da rede de cidades brasileiras foram construídas com recursos privados e sem planejamento público.

Resta a afirmação de Artigas quando, em 1985, já adoentado e pouco antes de sua morte, foi indagado sobre o futuro das cidades. A resposta a um jovem estudante foi emocionante. Afirmou que não deveria ser indagado sobre o futuro da cidade, pois neste futuro ele já estaria participando do cosmos de outra maneira. “O desafio é da juventude...”.

Hoje, 30 anos depois, parece que o desafio permanece. 



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Acesse: atlasbrasil.ipea.gov.br



O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 é uma plataforma online de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM - de 5.565 municípios brasileiros, além de mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Realização:



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



O Pronatec em tempos de ajuste fiscal

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído por lei em fins de 2011, é hoje a política federal de fomento à educação profissional e tecnológica no País. Seis iniciativas integram o programa, mas só uma era realmente inédita: a oferta de vagas gratuitas por meio de bolsas formação. Foi esta a iniciativa que deu impulso ao Pronatec. Entre 2013 e 2015, cerca de dois terços do que fora pago pelo programa referia-se à rubrica responsável por ela. Não à toa, costuma a bolsa formação ser confundida com o próprio Pronatec.

Com o ajuste fiscal iniciado em 2015, o volume de recursos pagos pela bolsa formação foi reduzido, em termos reais, em 59%. Ela seguiu sendo a iniciativa de maior vulto do Pronatec, mas também a mais afetada pelos sucessivos cortes orçamentários de 2015 e de 2016. Em tempos de restrição fiscal, a oferta de vagas gratuitas de cursos técnicos e de formação inicial continuada (FIC) perde força e compromete a abertura de 5 milhões de novas vagas, meta estipulada para o horizonte de tempo do Plano Plurianual 2016-2019. São necessárias, portanto, alternativas de financiamento que estejam além do orçamento federal e que ajudem a contornar minimamente a carência de recursos públicos. Um caminho que se coloca é criar condições para que floresçam alternativas de financiamento no mercado privado.

Nesse sentido, vale destacar que, como desdobramento do Pronatec, foi regulamentada, em 2012, a extensão do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) a cursos técnicos e a cursos FIC, para a qual já havia previsão legal desde 2010.

Duas linhas de financiamento foram criadas e incorporadas ao Pronatec. Convencionou-se chamar de Fies Empresa a linha imaginada para as empresas financiarem cursos FIC de seus colaboradores. E de Fies Técnico a linha para o próprio trabalhador obter financiamento para seu curso técnico ou FIC.

Enquanto havia fartura de oferta de bolsas formação, nem o Fies Empresa nem o Fies Técnico mostraram-se viáveis. Mesmo com significativa redução da oferta de bolsas-formação, o momento econômico por que passa o país dificulta o deslanche dessas duas iniciativas, pois pressupõem aportes de recursos públicos. Sem embargo, ajustes no formato de ambas as tornariam livres de subsídios governamentais e opções viáveis e atrativas para trabalhadores, empresas e investidores, liberando as bolsas-formação basicamente para a qualificação de pessoas que, por alguma condição específica, apresentem maior dificuldade de inserção no mundo do trabalho. Um possível e promissor caminho de reforma do Fies Técnico e do Fies Empresa envolve o formato que a literatura econômica chama de *contratos de capital humano*: estudantes têm seus estudos financiados por algum ente privado em troca de um percentual fixo de sua renda futura por determinado período de tempo.

No formato ora proposto, empregadores financiam a qualificação de colaboradores em cursos credenciados, tendo a garantia de que a Receita Federal futuramente recolherá um percentual da renda dessas pessoas por um prazo pré-estabelecido e lhes transferirá, na forma de compensação tributária, de títulos públicos ou mesmo por crédito

em conta corrente. Um mecanismo assim explicitaria o caráter de investimento da formação profissional e teria o potencial de remover um dos principais motivos mormente apontado como inibidor desse tipo de decisão por parte das empresas: o receio de investir em seus colaboradores para depois vê-los capturados por concorrentes, beneficiando ao final mais estes do que a si mesmas com os eventuais ganhos de produtividade propiciados pela qualificação custeada.

O financiamento poderia também partir de outros entes privados que não necessariamente as empresas diretamente, como fundações, fundos de investimento, organizações não governamentais ou quaisquer entidades do terceiro setor, vinculadas ou não ao setor produtivo, desde que utilizassem recursos próprios para esse fim. Esta poderia ser uma opção de investimento até mesmo para pessoas físicas, como uma figura análoga à dos investidores-anjos de *startups*. Com isso, compartilha-se o custo da qualificação profissional no âmbito do próprio setor privado, envolvendo diretamente os agentes mais bem informados sobre as carências do mercado de trabalho e sobre o potencial de crescimento profissional de cada trabalhador.

Trata-se de uma modalidade de financiamento que poderia reerguer o Pronatec e ser estendida também para cursos de pós-graduação, com potenciais ganhos de produtividade sistêmica se, e à medida que, se espaliassem pela economia novos investimentos empresariais em capital humano. 

Paulo A. Meyer M. Nascimento é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.



BIBLIOTECAS

Tecnologia a favor do conhecimento

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveram uma biblioteca digital que disponibiliza os acervos dos melhores centros de pesquisa, especialmente dos países de língua portuguesa. A Biblioteca Digital Versila foi planejada para fazer um recorte regional e priorizar conteúdos de instituições brasileiras, hispânicas e latino-americanas. Lançada no final de 2015, a plataforma já é considerada a que possui o maior acervo digital acadêmico do Hemisfério Sul. A expectativa dos desenvolvedores do sistema é que, com a exposição pela internet, as pesquisas brasileiras tenham maior visibilidade frente às instituições internacionais. Uma rede de servidores em países como Estados Unidos, Irlanda, Alemanha, Japão e Brasil, entre outros, compõe a infraestrutura física e logística da Versila. Atualmente, 63 países integram a base de dados da biblioteca e no Brasil aproximadamente 150 universidades estão integradas à plataforma. As pesquisas são atualizadas semanalmente e disponibilizadas gratuitamente no site biblioteca.versila.com

VACINA

Pecuária tem aliada contra herpes bovina

Foi liberada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) uma vacina contra a herpes bovina. Segundo os relatores para a liberação do medicamento, o antivírus produzido pela empresa Hipra Saúde Animal denominado de Hiprabovis IBR Marker Live não causa dano à saúde humana, animal ou ao meio ambiente. A medicação, que é destinada ao controle sanitário das criações, será grande aliada



dos produtores de bovinos, tanto no que diz respeito à produção de leite quanto de carne, pois poderão manter a saúde de seus rebanhos controlada. Para a pecuária brasileira esse é um avanço considerável, levando em consideração que o Brasil é um grande produtor desse tipo de alimento.

CIÊNCIA

Brasil e Rússia assinam acordo para monitorar o espaço

O Laboratório Nacional de Astrofísica e a estatal russa Roscosmos assinaram um acordo de cooperação para detectar e monitorar detritos espaciais. O acordo visa a instalar um telescópio no Observatório Pico dos Dias, em Brazópolis (MG), que entrará em operação até novembro deste ano. Com a cooperação entre as duas entidades, será possível produzir um arquivo, chamado de “mapa de detritos”, com dados sobre a localização e as órbitas de objetos que possam ter perigo de colidir com satélites artificiais ativos ou que apresentem riscos de danos à superfície da Terra após a entrada na atmosfera. Com esses dados será possível identificar



o tamanho e a posição dos detritos e realizar estratégias de como estes irão entrar novamente na atmosfera. As imagens geradas pelo telescópio, além de serem transmitidas pela internet para a Roscosmos, ficarão disponíveis para os pesquisadores brasileiros. O investimento financeiro será realizado pela empresa russa e o Brasil cooperará com o espaço físico e a infraestrutura do Observatório do Pico dos Dias, além de proporcionar apoio logístico.

TRATAMENTO

Pesquisas para a doença de Chagas avançam

Pesquisadores do laboratório de parasitologia da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP), da USP, estão testando novas formas de tratamento para a doença de Chagas. Atualmente, o estudo envolve o hormônio melatonina, conhecido como o hormônio do sono. A melatonina já havia apresentado ação anti-inflamatória e protetora na fase crônica da infecção. Agora, a equipe percebeu que o hormônio ajudou a



reduzir a carga parasitária no sangue e nos tecidos infectados dos animais submetidos ao tratamento. O fato de esse hormônio mostrar eficiência na fase crônica da doença é altamente positivo, pois o remédio para o tratamento de Chagas disponível no Brasil, o benzonidazol, não produz efeito satisfatório em pacientes no estado avançado da doença. O teste ainda não foi realizado em seres humanos.

DESCOBERTA

Metástase óssea é mais comum em pessoas com adenocarcinoma

Pessoas com adenocarcinoma de pulmão, um subtipo específico do câncer, são mais propensas a sofrerem com metástase óssea de câncer de pulmão. A identificação desse maior risco foi feita por pesquisadores do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), no Rio de Janeiro, e ajudará a diagnosticar, monitorar e tratar os pacientes precocemente. A descoberta auxilia na melhora da qualidade de vida e também ajuda na sobrevivência da pessoa. Os resultados da pesquisa foram publicados no periódico *Lung Cancer*, a mais importante revista científica sobre o tema.

MUDANÇAS

Tempo e qualidade do ar serão testados simultaneamente

O novo sistema de previsão do tempo desenvolvido por pesquisadores brasileiros é capaz de medir a qualidade do ar e fazer a previsão do tempo simultaneamente na América do Sul em tempo real. Lançada pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a nova versão do modelo regional de previsão de tempo e estudos climáticos (BRAMS) permite, por exemplo, a visualização da poluição atmosférica em megacidades da América do Sul, como São Paulo e Rio de Janeiro, e de plumas de monóxido de carbono de queimadas.

Divulgação/INPE



TECNOLOGIA

Informática ajuda medicina em tratamentos de doenças complexas

A bioinformática tem sido utilizada por pesquisadores para identificar possíveis tratamentos de doenças complexas como esquizofrenia, autismo e câncer. Essas ferramentas ajudam a modelar redes de interação entre genes, a desvendar relações funcionais dessas enfermidades e a promover um tratamento individualizado para cada paciente de acordo com suas necessidades. Com isso, espera-se conseguir entender como os genes se conectam e como controlam as funções celulares. A tecnologia faz parte dos estudos de equipes das universidades federais do ABC (UFABC) e de São Paulo (USP). Um exemplo dessa tecnologia é a ferramenta NERI (*Network Medicine Relative Importance*), que cruza dados de expressão gênica, redes de interação entre proteínas e dados de estudos de associação. Assim é possível identificar novos genes que possam estar associados à enfermidade em análise.

PARA QUE ESTUDAR O FUTURO?



A participação mais ativa do Brasil nas discussões mundiais exige que o País tenha cada vez mais conhecimento dos cenários globais para, assim, poder construir estratégias de políticas públicas eficazes. Dessa forma, o pensamento de personalidades e entidades internacionais sobre qual o futuro do mundo foi o norteador do livro *Megatendências Mundiais 2030*, que reuniu 788 temas e gerou, a partir de correlações temáticas, 201 sementes de futuro. As análises dessas sementes possibilitaram agrupar cinco temas: população e sociedade, geopolítica,

ciência e tecnologia, economia e meio ambiente. O estudo do futuro ajuda os gestores públicos a formularem melhores estratégias para os países e para o mundo. A publicação faz parte do projeto Brasil 2100, realizado em parceria com a Assecor e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), e é uma plataforma que permite diálogos para a construção de cenários entre sociedade civil, Estado e academia. Além do projeto Brasil 2100, o estudo está inserido no projeto **Ipea** mais 50, que lançará o Instituto para os próximos 50 anos.

CIDADES SUSTENTÁVEIS PARA OS PRÓXIMOS 20 ANOS

O Brasil está se preparando para participar da Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Habitat III. O tema a ser debatido em Quito/Equador, este ano, será o Direito à Cidade. Cada país está elaborando relatórios para apresentar durante a conferência e o Brasil preparou uma série de eventos para discutir os pontos mais importantes a serem apresentados. Dessa forma, o relatório editado pelo **Ipea**, em parceria

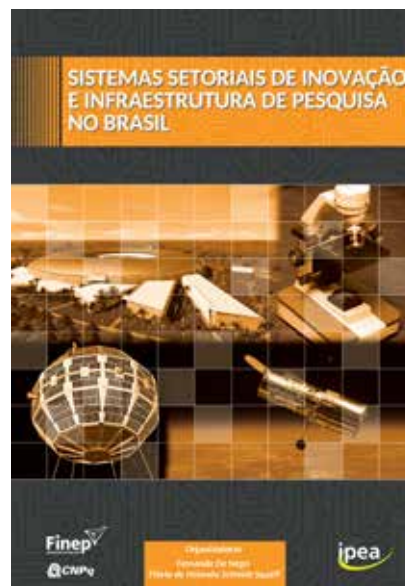
com o Ministério das Cidades e o Ministério das Relações Exteriores, apresenta aos movimentos sociais, gestores públicos, pesquisadores, profissionais de todas as áreas e sociedade civil organizada, do Brasil e do exterior, as posições assumidas pelo Estado brasileiro para a nova agenda urbana mundial. Entre os temas abordados estão o planejamento urbano e territorial, meio ambiente e urbanização, habitação, saneamento e serviços básicos.



UMA RADIOGRAFIA DOS LABORATÓRIOS BRASILEIROS

O Ipea e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mapearam a estrutura de laboratórios no País para descobrir, entre outras coisas, quantos são e onde estão localizados os laboratórios brasileiros. Os resultados identificaram aproximadamente dois mil laboratórios e, ainda, diversas universidades e instituições de pesquisa. Outro ponto importante apontado é que a maioria dessas instituições iniciou suas atividades nos anos 2000 e a maior concentração

de laboratórios encontra-se no Sudeste (57%) e no Sul (23%). Além desses resultados, uma das conclusões do estudo é que provavelmente existam mais laboratórios individuais do que laboratórios abertos, de uso compartilhado. A pesquisa foi responsável, também, por gerar uma base de dados importante para a reflexão da necessidade de avaliar políticas de distribuição de recursos em ciência e tecnologia, em especial no que diz respeito à infraestrutura.



A SEGURANÇA DO FUTURO

Projetar o futuro tem sido uma das preocupações do Ipea. O fato de a violência ser um dos temas que mais preocupam os brasileiros motivou o estudo *Violência e Segurança Pública em 2023: cenários exploratórios e planejamento prospectivo*, que apresenta os desafios para a segurança pública e sugestões para o aprimoramento e a construção de políticas de segurança democrática, garantista e efetiva. O cruzamento dos dados gerou

12 objetivos estratégicos para a segurança brasileira. Entre eles está a elaboração de um plano nacional de segurança pública com a definição clara das atribuições da União, dos estados e dos municípios, fortalecendo o paradigma da prevenção à violência e de um programa nacional de prevenção a homicídio focado nos municípios com maiores taxas de criminalidade violenta, garantindo fluxo contínuo e suficiente de recursos.



Humanizando o DESENVOLVIMENTO



Um jovem recebe um impulso de seu amigo durante uma performance em um acampamento no Dia Mundial do Refugiado. O grupo de dança mostra os esforços do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e seus parceiros para envolver os jovens congoleses em atividades que constroem as suas capacidades pessoais e incutir-lhes um sentimento de orgulho e esperança no futuro. Fotografia feita em Ruanda, enviada por Joanna Pollonais.

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A campanha mundial de fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. A campanha chama a atenção para os sucessos obtidos como forma de contrabalançar as imagens

frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente montada no escritório do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e aberta à visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Gostaríamos de agradecer aos partici-

pantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e suas histórias e compartilharam sonhos e desafios. Agradecemos às instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e promover o desenvolvimento por meio de novas lentes. Parabéns aos participantes.



Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>

SIMPLES DOMÉSTICO. É ÚNICO. É LEGAL.



O Simples Doméstico reúne os tributos previdenciários e trabalhistas num único boleto de pagamento. É praticidade para você que contrata e mais tranquilidade na relação patrão e empregado.

Acesse **www.esocial.gov.br** e saiba mais.

É O GOVERNO FEDERAL
TRABALHANDO PARA
O BRASIL AVANÇAR.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

**O Programa Mais Médicos
é muito mais que médicos.
Você que sonha em ser médico,
esse é o caminho cheio
de oportunidades.**



**MAIS
SAÚDE
PARA
VOCÊ**



- Mais 11.400 vagas para medicina até 2017.
- 5.200 vagas já autorizadas e um novo currículo de medicina.
- Expansão de vagas de residência médica em andamento. E, a partir de 2019, cada médico formado terá garantida a sua vaga de residência.

Acesse maismedicos.gov.br e informe-se sobre os novos cursos de medicina, vagas de graduação e residência médica.

O Brasil do Mais Médicos é o Brasil que cuida, educa e avança.

Uma Pátria Educadora se faz com mais acesso à educação.

Ministério da
Saúde

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA